

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Laraene Alves Tolentino Silva

CALIBAN E A FUNDAÇÃO DA LINGUAGEM: UMA LEITURA DE A
TEMPESTADE

Juiz de Fora

1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CALIBAN E A FUNDAÇÃO DA LINGUAGEM: UMA LEITURA DE A
TEMPESTADE

Laraene Alves Tolentino Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Área de concentração em Teoria da Literatura, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. William V. Redmond

Juiz de Fora

1999

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Laraene Alves Tolentino.
CALIBAN E A FUNDAÇÃO DA LINGUAGEM: UMA LEITURA DE A
TEMPESTADE / Laraene Alves Tolentino Silva. -- 1999.
93 p.

Orientador: William V. Redmond
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em
Estudos Literários, 1999.

1. Shakespeare. 2. A Tempestade. 3. Língua estrangeira. I.
Redmond, William V., orient. II. Título.

Laraene Alves Tolentino Silva

Caliban e a fundação da linguagem: uma leitura de *A Tempestade*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, Área de concentração em Teoria da Literatura, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovada em ____ / ____ / ____ .

Banca Examinadora

Prof. Dr. William V. Redmond (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Geisa Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Aimara Cunha Rezende
Universidade Federal de Minas Gerais

Aos meus filhos, Marcos, Thiago e Júnio, que suportaram a distância em que escrevi essa dissertação.

Aos meus irmãos, Leones, Lélío, Leonel e Leomar.

Às minhas irmãs Leonarda e Lucilene.

Ao meu pai Manoel.

À Maria José e Victória, amigas que dividiram comigo as interrogações e as incertezas do conhecimento.

À Neuza, Miriam, Fatinha e Bel.

A todas as colegas que compartilharam a busca do saber.

À minha mãe Elisa (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

“E nossos dias parecem estar impregnados do contrário”

“O que cheguei a pensar me apressa a cumprir”

“A palavra do mestre, sozinha, contém a necessidade”

O início e término desta dissertação não seria possível sem a contribuição de diversas pessoas que, de alguma forma, auxiliaram na realização deste trabalho. A elas, meu agradecimento especial:

- Ao Prof. Dr. William V. Redmond, que assumiu com empenho a orientação deste projeto, revelando-se um mestre exigente que busca a medida exata do ensinamento.

- À Profa. Dra. Aimara Cunha Resende e a Profa. Dra. Geísa Silva.

- Aos demais professores – Maria Lúcia Campanha da Rocha Ribeiro (com quem discuti as primeiras ideias desta dissertação à luz da semiótica do espetáculo); Nancy Campi de Castro; Tereza Domingues, Terezinha Scher; Maria de Lourdes Abreu de Oliveira.

- A SEE/MG, que me concedeu tempo e liberdade para realizar esta pesquisa.

- Quanto a outras obrigações que devo, tudo que pode ser dito aqui é não menos verdade por ser rotineiro, é que muitas das virtudes desta pesquisa pertencem a outros.

A todos, o meu muito obrigado.

Tudo que é sólido é profanado, e os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com os outros homens.

Karl Marx

*Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.*

Fernando Pessoa

RESUMO

Estudo sobre as formas imperativas da Linguagem racionalizadas pelo reino do discurso do poder, matéria fônica que ora se assenta no álibi das necessidades recortada pela ideologia, ora recorre à fundação simbólica da língua enquanto dádiva que tenciona dois mundos antagônicos sob a orientação de uma lógica das equivalências de transmissão de valores alheios. Este estudo busca verificar o resgate do mito da língua como legado na peça *A tempestade*, de Shakespeare, para explicitar o engendramento das relações econômicas que perpassam essa ou aquela fronteira da língua expressada na obra, bem como as transposições de linguagem operada. Condicionantes de mudanças anunciadas pelos mecanismos que caracterizam a modernidade dos tempos das navegações marítimas, que perpassam passado e presente até a atualidade dos modos de produção e acumulação econômica.

Palavras-chave: *A Tempestade*; invasor; colonização; língua estrangeira.

ABSTRACT

Study on imperative forms of language rationalized by the realm of speech of power, phonemic matter that stands on an alibi of necessities shaped by ideology. Sometimes it goes further to a symbolic foundation of language as a gift, which establishes a tension between two opposites worlds under an orientation of the logic of equivalencies of transmission of someone else's values. This study intends to verify the rescue of the myth of language as a heritage in the play *The Tempest* of Shakespeare, to make explicit the relationship within economic matters, which goes through it, or even that frontier of language expressed in the play, as well as the transpositions of the language worked out. Conditions of changes announced by the mechanisms that characterize the modern times of maritime navigations, that pervade past and present to the present modes of economic production and accumulation.

Keywords: *The Tempest*; invader; colonization; foreign language.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – Os caminhos percorridos pela língua enquanto fenômeno de troca	19
1.1. Em Mikhail Bakhtin	24
1.2. Em Ferdinand de Saussure	27
1.3. Em Jean Baudrillard	30
CAPÍTULO 2 – A <i>Tempestade</i> de Shakespeare	38
2.1. A Sequência da História	38
2.2. As Similitudes das fontes em <i>A tempestade</i>	40
2.3. A estrutura do vai e vem do texto em seu contexto hitórico	41
2.3.1. Caliban no paraíso das infâncias	51
2.3.2. Caliban e a eficiência do poder de Próspero	57
2.3.3. Caliban e a sujeição do corpo	58
CAPÍTULO 3 – Análise de <i>A Tempestade</i>	61
CONCLUSÃO	84
REFERÊNCIAS	89

INTRODUÇÃO

Este trabalho baseia-se na construção narrativa de *A tempestade*, de William Shakespeare (1564-1616). Muitos fios narrativos foram puxados, mas, logo em seguida, aparecia outro fio que desembocava em outra teoria narrativa. Para se ter uma idéia, após a realização desse trabalho, percebe-se claramente que o livro *Utopia*, de Thomas More (1477-1535), está presente na construção do texto através de vários encadeamentos narrativos.

Encontram-se aí, ainda, as histórias dos marinheiros realizadas em várias referências. Dentro desse contexto e das razões expostas acima, tornou-se difícil encaixar uma ou duas teorias para explicar a construção narrativa de *A tempestade* e seus variados textos. À luz dessas dificuldades, traçou-se um percurso teórico na tentativa de dialogar com os vários discursos: teoria literária, semiótica, histórias das culturas e a teoria do pensamento econômico.

Nesse típico brinquedo shakespeariano surge Próspero, quase como um Deus do conhecimento a ancorar o mito cristão da linguagem para, logo em seguida, ultrapassar o princípio bíblico do Evangelho segundo São João: “No princípio era o verbo” (BÍBLIA SAGRADA, 1996, p.1306). Mas, entusiasmado com a possibilidade de eternização de exploração do Novo Mundo, parece inaugurar outro princípio ao dizer: “não, no princípio era a ação e todos os signos daqui para frente estarão orientados pela ação de Próspero”.

O álibi escravocrata de Próspero acaba substituindo uma forma significante pela outra, não explícita, que há a coexistência de um duplo fato em sua forma degenerada. Um que conjugou os traços constitutivos da primeiridade: “que é aquilo sem referência a qualquer coisa dentro dele, ou fora dele, independentemente de toda a força e de toda a razão”. (PIERCE, 1974, p.24) e outro, o colonizador, em que intervém a intenção, a ação da mente, a obsistência “que faz de uma coisa o que a outra a obriga a ser”. (ibid., p. 27).

Alegorizado pela antiga tensão entre os dois mundos em conflito, assumida pela ambigüidade do conjunto dos relatos que se assentam na virtude da linguagem articulada que, de alguma maneira, estimula a memória de modo que permita, em caso único, agir como se tivesse uma idéia geral do mundo anterior. É dessa falsa idéia do mundo anterior que, no conjunto dos relatos de Próspero, a narrativa estreita-se num condensamento dos fatos em que a verossimilhança da relação dos predicados com o sujeito permite, no conflito dos dois mundos, a transição do universal para o particular.

Representada pela primeira vez no inverno de 1611, ante a corte inglesa, *A tempestade* colheu um sucesso extraordinário tanto nessa primeira apresentação, quanto nas outras que lhe sucederam através dos séculos e idiomas. As circunstâncias em que Shakespeare escreveu a obra são, segundo os seus biógrafos, pouco claras. Tendo deixado Londres no ano anterior para recolher-se em Stratford, sua cidade natal – mudança que recebeu interpretações variadas, do alcoolismo a uma enfermidade indeterminada, mas todas confluindo em um estado mental alterado, dominado pela depressão – o certo é que *A tempestade* constitui uma autêntica despedida do bardo (embora Henrique VIII lhe seja posterior) não só das luzes da capital, mas da vida. Alguns intérpretes assim lêem a fala final de Próspero: um autêntico adeus à arte e à vida. E de fato, cinco anos mais tarde, e sem voltar a Londres, morre William Shakespeare.

A tempestade parece ter tido, como todas as últimas obras do poeta, claras influências espanholas. Para começar, certamente teve diante de si as *Noches de Invierno* (Madri, 1609) de Antônio de Eslava. Esta obra é uma coleção de relatos, entre os quais figura a “História de Nicephoro Y Dardano” – cuja analogia com *A tempestade* é enorme. Vejamos o seu trama: Dardano, rei da Bulgária, é um mago virtuoso que, destronado por Nicephoro, usurpador da Grécia, embarca com sua filha única, Serafina, em uma pequena nau, e constrói no meio do oceano um formosíssimo palácio submarino para residir. Serafina cresce ali, como Miranda na ilha deserta. Quando se torna mulher, o mago, disfarçado de pescador, captura o filho do usurpador de seu país e o leva à sua residência submarina. O príncipe e Serafina casam-se, o usurpador morre, o mago retorna a seu reino e, finalmente, transfere o poder ao jovem casal.

Além do mais é notável a profusão de nomes próprios espanhóis entre os personagens: Ariel, Próspero, Fernando, Gonçalo, Alonso, além do próprio Caliban, que seria um anagrama a palavra “canibal”. Quanto a Sebastião e Miranda, presume-se que Shakespeare tenha conhecido um dos numerosos relatos que percorrem a Europa em meados do século XVI, alusivos a um episódio ocorrido em 1526 no Rio da Prata – aliás, os pesquisadores apontam relatos semelhantes que corroboram a hipótese do ambiente claramente indo-americano da ilha de *A tempestade*. O primeiro estabelecimento espanhol na região, o forte Sancti Spiritus, situava-se nas terras dos índios mambus. Maugoré, seu cacique, apaixonou-se perdidamente por Lúcia Miranda, esposa de um dos oficiais espanhóis, o capitão Sebastião Hurtado. O relato segue com o rapto de Lúcia pelo cacique, a morte desse último e uma sucessão de acontecimentos romanescos

Só o acesso de Shakespeare a essa história, bastante provável, inclusive, pela ampla difusão que ela teve, explicaria a escolha de nomes como Sebastião e Miranda, sobretudo do último, um sobrenome usado como nome de mulher. Por outro lado, na construção da narrativa, observa-se o intertexto de algumas frases oriundas dos *Essays de Montaigne*:

[...] é uma nação, diria a Platão, na qual não há qualquer espécie de tráfico, nenhum conhecimento das letras, da ciência dos números, nenhum nome de magistrado ou de superioridade política, nenhum uso de servidão, de riqueza ou de pobreza, nada de contratos ou de heranças, partilhas e ocupações [...] nenhum metal, nem uso de vinhedos ou de cultivos... (MONTAIGNE, 1603, p.196-197).

Em *A Tempestade* de Shakespeare, a audiência e o leitor deparam com um quadro do ideal de República semelhante a esta passagem descrita por Gonçalo ao Alonso, confira:

Gon. I' th' commonwealth I would by contraries/ Execute all things; for no kind of traffic/ Would I admit; no name of magistrate;/ Letters should not be known; riches, poverty,/ And use of service, none; contract, succession,/ Bourn, bound of land, tilth, vineyard, none;/ No use of metal, corn or wine, or oil;/ No occupation; all men idle, all;¹ (SHAKESPEARE, 1994, p. 50-51)

A *Tempestade* de Shakespeare carrega em sua estrutura narrativa uma multiplicidade de esquemas, intertextos e possibilidades de análise da conjuntura política, econômica e religiosa vigente àquela época. A referida obra traz uma ilha invadida por Próspero, que institui seu governo, após ter sido destronado por seu irmão Antônio, do Ducado de Milão, pactuado com o rei de Nápoles. Subsequentemente à usurpação, Próspero e sua filha Miranda são colocados em um barco (com alguns livros e mantimentos, graças ao nobre Gonçalo) à deriva que, graças a Providência Divina, de acordo com a ideologia colonizadora da época, os conduz até aquela ilha. Mais tarde, instalado e investido de novos poderes, inclusive do governo da ilha, Próspero domina seus habitantes e os submetem à escravidão. Caliban, o herdeiro da ilha, é feito escravo por Próspero, sua filha Ariel; os outros espíritos habitantes da ilha são manipulados e se tornam servidores de Próspero. Mas, agraciado por um estranho acaso da generosa fortuna, Próspero vingá-se dos usurpadores quando eles estão navegando nas costas da ilha. O protagonista arma uma tempestade e, com a ajuda de Ariel, manipula o destino dos náufragos, que conseguem chegar às praias da ilha intactos, com as roupas impecáveis, sem a perda de nenhum fio de cabelo.

¹ “Gonçalo: Em minha república, eu faria tudo pelo avesso. Não permitiria nenhuma espécie de comércio, nem nomearia juízes. Ninguém saberia ler nem escrever. Nada de riqueza, pobreza ou servidão. Nem contratos, heranças, limites, demarcação de terra, nem lavouras nem vinhedos Nada de azeite, vinho, trigo ou metal. Nada de trabalho. Todos os homens seriam desocupados, todos.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 69.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de acumulação econômica através da troca de uma língua por outra e, do mesmo modo, visa interpretar a construção de identidade do dominado, mediante a relação de exploração estabelecida pelo invasor na obra referida de William Shakespeare através do aparato teórico e as funções econômicas do signo linguístico nas relações de produção do homem. Para atingir esse objetivo geral, este trabalho tem os seguintes objetivos específicos:

Verificar o processo de acumulação econômica através dos caminhos de troca de uma língua por outra na fabricação da identidade do dominado pelo dominador na peça. Identificar os mecanismos que encobrem os processos de troca de uma língua por outra, através da economia do signo. Verificar as metodologias que norteiam as intervenções de violações e imposição da língua do invasor aos habitantes da ilha. Identificar as relações de poder e dominação entre Próspero e Caliban através dos mecanismos de sujeição, inferiorização, coisificação, degradação e animalização impostos a Caliban pelo dominador e, por fim, verificar os mecanismos que os sujeitos invasores fabricam na construção das imagens dos dominados como objetos estereotipados.

O objeto de estudo do presente trabalho trata-se da política da economia do signo linguístico, através da troca de uma língua por outra, gestada por Próspero na peça através do ensinamento da língua do invasor aos habitantes da ilha invadida. Invasão esta que possibilita a Próspero, durante a atuação do exercício de sua atividade de dominação, a exposição do invadido como alguém inferior, monstruoso e deformado, escravo distanciado pela diferença de raça e origem comparado ao invasor, álibi que justifica o apagamento da língua dos habitantes da ilha. Em consonância a isso, Bhabha (1991, p. 196) assinala que

o sujeito é construído dentro de um aparato de poder que contém, em ambos os sentidos da palavra, um “outro” conhecimento, que é incompleto e fetichista e circula dentro do discurso colonial como uma forma limitada da alteridade, como forma fixa da diferença: o estereótipo.

Neste sentido, Bakhtin (1981) resume que historicamente as mudanças sofridas nas formas da língua são alterações desprovidas de sentido, desvinculadas de motivos em situações estranhas e que é através da enunciação que se dá a interlocução: posto em análise, o indivíduo manifesta em seu enunciado a deformação em seus atos de fala. Próspero, ao impor o seu poder, força o conhecimento sobre Caliban e possibilita que este último retruque, manifestando em seus atos de fala o seu ponto de vista em uma linguagem de

[...] refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas. Mas são justamente estes atos individuais de fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos entre si. (BAKHTIN, 1981, p.82 - 83).

Todavia, esse processo dinâmico e contraditório põe em questão o desafio da cultura da política de dominação, profunda e radical, frente a substituição de uma língua por outra, com a conseqüente troca do signo, nos variados processos de colonização durante o período elisabetano, metaforizado pela peça aqui estudada. Por fim, destaca-se que o objeto proposto para este estudo se trata de um tema atual, visto que as falas do invadido (Caliban) apontam para o aprendizado da língua do invasor (Próspero) que retratam os meios de domesticação, inferiorização, barbarização, animalização e *aperteid*, propiciando a visualização da imagem de descaracterização do invadido fabricadas pelo invasor, possibilitando ao leitor capturar as nuances dos modos de produção pela substituição sígnica e escravização do outro.

Tendo em vista os objetivos propostos neste trabalho, para o qual se busca familiarizar-se com o fenômeno da substituição de uma língua por outra, ou obter uma nova percepção, utilizar-se-á para a realização deste uma pesquisa do tipo descritiva, o que envolve pesquisa bibliográfica, observando a atuação e protagonismo das personagens que compõem a peça pesquisada. Vale ressaltar que se tomou como base para análise a edição inglesa de *The Tempest*, produzida pela *The arden edition of the works of William Shakespeare*, editada por Frank Kermode em 1994. Justifica-se essa escolha pela atualidade da edição, clareza e veracidade textual, com subseqüentes comentários e notações detalhadas na mesma página do texto, bem como relevantes informações sobre Shakespeare e as fontes.

Quanto a escolha da versão traduzida da peça *A Tempestade*, embora haja outras traduções, escolheu-se para esta análise o trabalho bilíngue do tradutor e poeta Geraldo Carneiro, publicado no Rio de Janeiro em 1991, porque percebeu-se que a referida versão da obra shakespeariana aproxima-se um pouco da “língua brasileira”, visto que a obra citada acima foi traduzida, em edição bilíngue, para fins de encenação e montagem nos anos de 1982 e 1983, na velha mansão do Parque Lage, Rio de Janeiro, sob a direção de Paulo Reis.

A partir disso podemos dizer que este trabalho está dividido em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. Na segunda seção será descrita a arte e técnica de formulação dos mecanismos, através dos quais os invasores impõem a substituição de uma língua por outra aos povos invadidos no Novo Mundo, metaforizado pelo contrato político resultante da

imposição do Império Britânico ao Novo Mundo, protagonizado pela representação das personagens Caliban e Próspero.

Nesse sentido, o aparato teórico utilizado para efeito de análise deste estudo considera autores renomados que concentram suas pesquisas no estudo da língua em suas realizações e manifestações da linguagem, imagens, códigos e os caminhos percorridos pelos mesmos para substituição de uma língua por outra, seja por embates históricos, invasões, dominações e colonização dos povos, ou seja por imperativos econômicos, ancorados na expansão dos territórios e dominações tribais (cf. BAKHTIN, 1981).

Por outro lado, Ferdinand de Saussure em suas formulações filiadas ao objetivismo abstrato, apoia o estudo da língua em seus estudos filosóficos enquanto algo sistêmico, adquirido e convencional, portanto classificável; imagem auditiva que vem associar-se a um conceito. De acordo com Saussure (1995), a existência da língua deve-se a uma espécie de “contrato estabelecido entre os membros da comunidade”, conclui que “somente através do ensino e aprendizagem que pouco a pouco a criança a assimila”. Acrescenta, ainda, que a língua é o produto que o indivíduo registra passivamente. As condições psicofisiológicas, raciais, religiosas e civilizatórias é que determinam que seja enunciada esta ou aquela língua por esse ou aquele povo. (cf. SAUSSURE, 1995, p. 17-22).

Por meio da lente da perspectiva da dominação dos povos e a troca da língua, Saussure constata que vários povos adotam ou suportam a língua de seus vencedores e toma como exemplo os gauleses após a dominação dos romanos. Deste modo, nesse contexto semiológico, este estudo debruça-se sobre as idéias revisionistas e residiárias de Jean Baudrillard, sobretudo o pensamento central da economia política marxista burguesa e cultural, interpretadas pelo autor acima citado. Assinalando-se, para complementar este estudo, um modelo de pensamento e análise que atue direto sobre os mecanismos e características da “economia política dos signos”, em sua perspectiva de troca, enquanto resíduo de um estoque social de signo disponível, no coração econômico da lógica feudal e no modo de dominação atual, embora a economia política clássica e a marxista não considerem a economia política do signo.

Nessa linha de pensamento, Baudrillard (1995) amplia a lente deste estudo, explicitando os dois níveis relacionais entre a forma/signo: significado e significante em seu valor de uso e de troca ou as formas: mercadoria/objeto. Para Baudrillard, a forma/mercadoria

transforma-se em forma signo, ideia que sinaliza à equação da lógica funcional do valor de uso, mais a lógica econômica, que é igual a equivalência do valor de troca e que investe em outro valor, sendo o valor de troca/signo, conduzido pelo fio da lógica da diferença, na relação diferencial com outros signos, destacando-se pela troca.(cf. BAUDRILLARD, 1995).

Nesse sentido, diz Baudrillard, o valor de troca está para o valor de uso, assim como o significante está para o significado. Deste modo, para essa relação homológica, o signo é uma forma e a mercadoria também o é, ambos geram “mais valia”. A mercadoria gera o lucro e o signo gera dominação, logo, ambos são próprios da economia política e o seu deciframento está na base dos modos de dominação, pois este esclarece como o modo de dominação assume, integra, apaga e processa um modo de produção sógnica, que está na base tanto no modo de produção capitalista, quanto nos modos de produção de troca “anteriores” e “arcaicos” (cf. BAUDRILLARD, 1995, p. 116-117).

Na terceira seção do presente estudo, apresenta-se a obra shakespeariana *A Tempestade* em suas sequências delimitadas pela ordem da construção e a organização dos núcleos de aparecimento dos grupos de personagens na peça em cada ponto de apresentação à audiência. Subsequentemente, aponta-se as possíveis fontes que William Shakespeare bebeu para escrever a peça aqui em causa. Dessa forma, respeitando a unidade clássica, as ações da obra *A Tempestade* transcorrem em um mesmo lugar, a ilha, e tem-se a duração de um único dia.

Assinala-se, também, para efeito de análise do discurso, as interfaces dos variados contratos entre os diferentes personagens que dão suporte à tessitura do texto shakespeariano: tendo como pano de fundo o background do mundo elisabetano, sua ética, as viagens colonizadoras, as mudanças das relações econômicas dominantes e os novos princípios organizadores de acumulação dos meios de produção. Neste ponto de vista, temos a alegoria metafórica da literatura do rompimento de contratos, das traições e dominações, mesclados com a selvageria da colonização, retratados por meio das molduras de ourives, expresso em *A Tempestade*.

Por outro lado, ancora-se este estudo, também, sobre a estrutura narrativa do texto shakespeariano, a imposição da troca de uma língua por outra, em face de um texto moderno, que traz em seu corpo textual os mecanismos de manipulação dos significantes, que em sua realização de matéria fônica, possibilita a aparição do outro, sujeito do conhecimento, magia e

colonização, com o domínio do poder, possibilitando a realização da forma /mercadoria pela troca do signo em suas variantes expressivas, acordadas com o falante local, armadilha travada no teatro dos atos e cenas que banalizam a imposição da língua do dominador aos habitantes da ilha, tendo como consequência a expropriação da terra, a substituição da língua e a sujeição do corpo ao trabalho escravo.

Na quarta seção estuda-se o desenho da construção da vítima – Caliban – e a naturalização das ações do colonizador/agressor, sob o prisma de um programa de degradação comandado por Próspero. Assim, Próspero apresenta Caliban, o dono da Ilha, à audiência e ao leitor como escravo, enclausurado em uma rocha, por ter sido degenerado em relação à filha daquele, Miranda. As características que descrevem o personagem Caliban são pejorativamente adjetivados; o mesmo é descrito como desumano, inferior, emissário de grunhidos incompreensíveis. É a partir desta característica que Próspero se aproveita para trocar a língua de Caliban por outra, pois como disse Baudrillard, não se troca uma mercadoria igual, a troca reside justamente no valor de uso da mercadoria pela diferença.

Dessa forma, Caliban é descrito e visto pelos outros personagens como um objeto desumanizado e monstruoso, tanto pelas falas de Miranda, quanto pelas enunciações dos recém naufragados Trínculo e Estefano, que o veem como um peixe ou um monstro parecido com homem, embora este último se admire que Caliban fale a língua dele. Para Alonso Caliban é descrito como coisa estranha, carregada de todo o sentido visionário da ilusão do estranho, pois se filia à paternidade demoníaca, indica Próspero. Neste sentido, o processo de construção da personagem Caliban está sempre atualizando as iniciativas do mesmo para a retomada de sua ilha, entretanto o conhecimento de Próspero, as relações de acumulação estabelecidas durante o período no modo de reprodução da vida, ali descrito, não permitem que Caliban tenha êxito. Portanto este excomunga a si próprio e a Próspero por ter caído nas armadilhas artificiais do discurso verborrágico e assimétrico do estrangeiro.

Assim sendo, sob o prisma da fala de Miranda, o signo linguístico, oriundo do europeu, foi ensinado a Caliban não só em seu aspecto de material acústico significante, mas também na articulação do valor/significante com o valor/significado da língua, código, na qual Próspero e Miranda se identificam. Nesse sentido, a língua foi repassada em sua dupla face, tanto do valor de uso significado, quanto no valor de troca significante.

Por fim, na quinta e última seção deste estudo, as conclusões apontam algumas respostas que moveram esta pesquisa, ou seja, nos processos de colonizações houve todo um trabalho programático no sentido de apagamento de experiências culturais dos naturais; há um lugar da diferença em que esta troca se dá, conseqüentemente, o desconhecido inscreve-se na desumanização do outro para conquistar uma lógica de acumulação, partindo da estruturação da troca simbólica, que se institui enquanto um novo valor, a língua do invasor, que carrega, dimensiona, classifica, domina e inscreve uma ordem falsa de identidade entre os habitantes. Deste modo *A Tempestade* é um documento ímpar para se perceber como se processa a troca de uma língua por outra dentro dos cânones dos interesses econômicos e dos variados modos de produção que irradiam a terra. Portanto, espera-se que os apontamentos, balanços e análises registradas a seguir possam contribuir para uma reflexão sobre o desenho encenado pelos navegantes e colonizadores com a imposição de sua língua aos povos invadidos.

CAPÍTULO 1 – OS CAMINHOS PERCORRIDOS PELA LÍNGUA ENQUANTO FENÔMENO DE TROCA

Que mecanismos escondem os processos de troca de uma língua por outra? Qual a natureza concreta desses processos? O que é a língua? Que função os signos linguísticos exercem nas relações de produção do homem?

Evidentemente não se espera que tais questões sejam respondidas no início desta pesquisa. Espera-se encontrar, ao final desse trabalho, uma tentativa metodológica a fim de buscar uma formulação satisfatória desses questionamentos. Tendo como base a relação dos processos e performances dos atos sociais que levam à substituição de uma língua por outra, espera-se obter a resolução dessa premissa após a constituição de um aparato teórico que oriente as citações, em termos das orientações do pensamento filosófico-linguístico, baseados nas orientações de Ferdinand Saussure, Mikhail Bakhtin, Roland Barthes, Jean Baudrillard e outros.

A dificuldade de se estudar a língua, nas suas performances realizadoras, reside no fato de que esta é um objeto que não se pode analisar com as mãos ou com os olhos; nesse caso, a função de destaque cabe ao ouvido humano: escutar a palavra na sua legislação maior, a linguagem. Daí a grande facilidade que a lingüística encontra, muitas vezes, ao estudar a língua – residir no aspecto referente aos sons produzidos pelos órgãos de fonação e capturados pelo ouvido “independentemente de seu lugar no sistema da língua, e na constituição das enunciações” (BAKHTIN, 1981, p. 69-70), descuidando-se, portanto, desta escrita, do tom ideológico que rege o código lingüístico.

Tais obstáculos de ordem metodológica têm dificultado o exercício teórico, porque quando se isola o signo lingüístico em seu aspecto acústico, perde-se a linguagem como objeto específico. Mas, se porventura, colocam-se frente a frente duas competências psicofísicas diferentes diante do mesmo aparato sonoro físico, ainda que se realizado na natureza das leis da física, não se tem um fato lingüístico ainda. A esse complexo global de três esferas organizadas – física, fisiológica e psicológica – falta a esfera da relação social organizada, portanto, englobadora do processo. (cf. BAKHTIN 1981, p.70).

Enfim, para que esse processo ocorra, alguns requisitos são necessários: os sujeitos envolvidos no ato de linguagem precisam estar bem situados – emissor e receptor, bem como o próprio som no meio social. Isto é, locutor e ouvinte precisam pertencer à mesma comunidade lingüística e a uma sociedade claramente organizada, o que implica na unidade do meio social e de seu contexto imediato como condições necessárias para que o complexo físico-químico-fisiológico possa ser vinculado à língua, à fala, e possa tornar-se um fato de linguagem. Isto quer dizer que dois organismos biológicos, postos frente a frente, num meio puramente natural, não produzirão um ato de fala. (BAKHTIN, 1981).

Bakhtin recorre a duas linhas mestras de pensamento filosófico e linguístico de seu tempo para analisar a questão referente à filosofia da linguagem e da linguística, bem como para balizar as suas afirmações ou discordâncias em relação às interpretações dos fatos de linguagem. Dando a palavra a Bakhtin, pode-se ver que ele identifica duas orientações que isolam e determinam a linguagem, ou seja: a primeira orientação, ou “subjativismo idealista”, e a segunda orientação, ou “objetivismo abstrato”.

O subjativismo idealista apoia-se no psiquismo individual como fonte da língua, enquanto que as leis do desenvolvimento linguístico são leis psicológicas. Estudar a língua, nessa tendência, significa que o linguista toma como objeto um ato significativo de criação individual, os passos restantes têm apenas um caráter preliminar, construtivo, descritivo e classificatório, que serve para explicar o fato linguístico como um ato de criação individual ou para aquisição de uma língua dada. Nesse campo a língua, enquanto fenômeno, se iguala a arte e a estética. Bakhtin identifica, apoiado em Potebnia, Humboldt, Wundt e seus discípulos, quatro posições que tentam explicar os fundamentos da língua na tendência do subjativismo idealista:

1. A língua é uma atividade, um processo criativo ininterrupto de construção (“energia”), que se materializa sob a forma de atos individuais de fala.
2. As leis da criação linguística são essencialmente as leis da psicologia individual.
3. A criação linguística é uma criação significativa, análoga à criação artística.
4. A língua, enquanto produto acabado (“ergon”), enquanto sistema estável (léxico, gramática, fonética), apresenta-se como depósito inerte, tal como a lava fria da criação linguística, abstratamente construída pelos lingüistas com vistas à sua aquisição prática como instrumento pronto para ser usado. (BAKHTIN, 1981, p. 72-73).

Para a segunda orientação do pensamento filosófico linguístico, o objetivismo abstrato, a antítese em relação à primeira orientação é que dá a tônica da análise, não os atos

da fala ou de criação individual que serão extraídos da sua mobilidade ininterrupta para estudo, mas o próprio “sistema linguístico, a saber o sistema das formas fonéticas gramaticais e lexicais da língua”. (ibid., p.77).

A segunda orientação opõe-se à primeira; em cada intervenção enunciada, os atos individuais da fala são os únicos e irreiteráveis, então, se se toma um certo grupo de falantes de uma dada língua, observa-se que os enunciados produzidos no seio daquele grupo de locutores apresentam alguns traços idênticos e que esses traços normatizam todas as enunciações para além da norma. Esses traços fonéticos gramaticais e lexicais mantêm a unicidade de uma dada língua e a sua compreensão por todos os locutores de uma mesma comunidade.

Radicalizando na argumentação, a tendência do objetivismo abstrato irá dizer que até o som produzido pelo aparelho fonador de um indivíduo, frente a outro, é tão único quanto a carga genética de cada pessoa, mas que esta constatação não tem a mínima importância do ponto de vista da língua. O que é importante, por exemplo, é a “identidade normativa” que regula, dá conhecimento e compreensão à identificação de uma palavra assim que ela é pronunciada pelos membros de uma comunidade linguística. O fonema /a/ de “lápiz”, por exemplo, assim como é identificado e pronunciado pelos componentes de uma mesma comunidade, constitui-se no ato da fala, um fato da língua que se transforma em objeto científico para o estudo da linguística.

Assim, tanto os fatos de ordem fonológica, quanto os pertinentes aos esquemas sintáticos, são processos resultantes dos condicionamentos a que os indivíduos são submetidos, no ponto de vista da língua como sistema social. Esta é uma norma indestrutível e o indivíduo só pode aceitá-la como tal. Numa situação virtual, em que o indivíduo não fosse usuário dessa ou daquela norma linguística, esta deixaria de existir para ele enquanto forma concreta de língua para transformar-se numa virtualidade, em estado de potência para seu aparelho psicofísico individual.

Para esta tendência, as leis que governam o sistema interno da língua são leis que não se aprisionam pela consciência individual de cada um, pois é um sistema fechado, cercado pela imutabilidade da norma idêntica a si mesma, que só se deixa tomá-lo e assinalá-lo no seu conjunto. Não há lugar para distinções ideológicas, de caráter apreciativo do tipo “bom, ruim, gosto linguístico” ou “verdade linguística”. Portanto, do ponto de vista individual, as leis

linguísticas são arbitrárias, privadas de uma justificativa natural ou ideológica. Daí do ponto de vista sincrônico, o sistema linguístico vir a ser imutável.

Enquanto do ponto de vista da evolução histórica de uma dada língua, a identidade de um fonema, por exemplo, é diferenciada nas várias épocas da evolução linguística, ou seja, a língua também tem sua história. O nó da mutabilidade do signo é um problema para a segunda orientação no plano diacrônico; este é um plano que foge à lógica sincrônica, uma vez que as mudanças se efetuam fora da consciência individual dos falantes, as mutações são debitadas por conta dos erros ou dos desvios da norma que não foram corrigidos a tempo e tornaram-se generalizações incorporadas à nova norma linguística.

Portanto, para a tendência do objetivismo abstrato, existem duas lógicas diferenciadas que regem a língua como sistema de formas e como evolução histórica, isto é, as leis que regulam estas duas esferas são completamente orientadas por fatores heterogêneos. O que serve como determinante no plano sincrônico da língua é descartável no plano diacrônico. “A história de um domínio irracional que corrompe a pureza lógica do sistema linguístico”. (BAKHTIN, 1981, p.88). As duas orientações, tal qual Bakhtin as compreendeu, ficam bem ilustradas da seguinte forma:

As formas normativas, responsáveis pelo imobilismo do sistema linguístico (“ergon”), não eram para a primeira orientação, senão resíduos deteriorados da evolução linguística, da verdadeira substância da língua, tornada viva pelo ato de criação individual e único. Para a segunda orientação, é justamente este sistema de formas normativas que se torna a substância da língua. A refração e a variação de caráter individual e criador das normas linguísticas não constituem mais que detritos da vida na língua, (mas exatamente do imobilismo fenomenal desta), harmônicas, inúteis e intangíveis do tom fundamentalmente estável das formas linguísticas. (BAKHTIN, 1981, p.82).

Bakhtin explicita, através de quatro proposições, o resumo antitético que constrói a lógica constitucional da tendência orientada no objetivismo abstrato:

1. A língua é um sistema estável, imutável, de formas linguísticas submetidas a uma norma fornecida tal qual à consciência individual e preempatória para esta.
2. As leis da língua são essencialmente leis linguísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos linguísticos no interior de um sistema fechado. Estas leis são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva.
3. As ligações linguísticas específicas nada têm a ver com valores ideológicos (artísticos cognitivos ou outros). Não se encontra na base dos fatos linguísticos, nenhum mote ideológico. Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência, nem vínculo artístico.
4. Os atos individuais da fala constituem do ponto de vista da língua, simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas. Mas são justamente estes atos individuais de fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. Entre o sistema da língua e sua história não existe

nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos entre si. (BAKHTIN, 1981, p.82-83).

Ao seguir os passos de Bakhtin, tenta-se responder às questões formuladas, no início deste trabalho, que se assemelham ao tapete de Penélope, ainda por costurar, até que as perguntas sejam respondidas. Algumas pressuposições foram colocadas, mas a questão central sobre que mecanismos escondem os processos de substituição de uma língua por outra e se existem esses mecanismos que a língua esconde em seus caminhos de troca de um sistema por outro, Bakhtin começa a responder nos itens 2 e 4 supracitados, sob o prisma da lógica que orienta o objetivismo abstrato.

Pode-se inferir que as respostas dadas até aqui jogam um pouco de luz neste estudo, embora o trabalho com a língua nas duas tendências pesquisadas por Bakhtin, sob a denominação de “objetivismo abstrato” e “subjetivismo idealista”, tenha levantado os aspectos mais relevantes presentes nessas tendências; tais estudos que privilegiam a análise da língua por dentro, em que se constrói um edifício fechado nas comunidades linguísticas, que quem fala por um lado são os indivíduos portadores de uma realidade de língua, nos seus atos individuais de uso da língua, por outro o sistema estático na sua previsão sincrônica localizada na irracionalidade histórica voltada de tempos em tempos para as correções generalizantes da norma incorporada.

Assim, a explicitação da língua enquanto um sistema fechado, quase que escapa a análise da possibilidade de troca de uma língua por outra. Os fatores que assinalam os aspectos fundamentais nos processos de troca de uma língua por outra são uma incógnita, arrisca-se aqui e ali possibilidades dessas realizações, visto que se trata de um terreno pouco estudado.

Apesar disso, tem-se nos registros literários o mito inculcado de anos e anos de bancos escolares que afirmam ser a “língua um legado”. Mas um legado a troco de quê e de quem? Quem impõe esse legado? Que material ideológico se esconde por detrás dessas informações? A quem interessa que esta configuração discursiva seja incorporada? Logo uma terceira via deve ser construída para responder a estas questões, ou não. Por último: quais as leis que impõem a estas ou aquelas línguas na concorrência da dominação e da colonização escravista e de exploração dos povos?

1.1. Em Mikhail Bakhtin

A enunciação é vista como uma realidade da linguagem e como uma estrutura sócio-ideológica que a palavra estrangeira desempenhou no processo de formação de todas as civilizações da história, buscando na realização da palavra os seus vários nós, levando em consideração a história, situação sócio-político-ideológica e os vários atos de fala vividos pelos povos em diversas situações, inclusive nas conquistas impostas pelos invasores aos povos dominado; Bakhtin focaliza a sua lanterna na relação do mundo como experiência da língua estrangeira. Destaca, apoiado nos escritos de Nicolau Marr, que a percepção do homem pré-histórico tem do caráter mágico da palavra é fortemente marcado pela palavra estrangeira e que esta foi, efetivamente, o veículo da civilização, da cultura, da religião e da organização sócio-política com alcance até no código de boas maneiras (ressaltando os sumérios em relação aos semitas babilônicos, os Jaféticos em relação aos helenos de Roma, o cristianismo em relação aos eslavos do Leste, etc.). Nem as culturas mais antigas e poderosas fugiram a esta regra. Daí a grande importância da palavra estrangeira nos vários processos civilizatórios que recobrem toda formação histórica dos povos da terra, em todos os tempos.

Para estudar esta questão, Bakhtin coloca em causa as afirmações do linguista Nicolau Marr, que discute a idéia de “cruzamento das línguas”, na tentativa de resolver o problema da origem da linguagem com as seguintes constatações:

A interferência em geral, como fator que provoca a aparição de formas e de tipos linguísticos diferentes, é a fonte da formação de novas espécies: isso é observado e apontado em todas as línguas Jaféticas e esse é um dos resultados mais bem-sucedidos da linguística Jafética [...] O fato é que não existe nenhuma língua onomatopaica primitiva, comum a todos os povos e, como veremos, tal língua jamais existiu nem poderia ter existido. A língua é uma criação da sociedade, oriunda da comunicação entre os povos provocada por imperativos econômicos; constitui um subproduto da comunicação social, que implica sempre populações numerosas. (BAKHTIN, 1981, p. 102).

Ou sobre a origem da linguagem com as seguintes afirmações:

Em suma, a concepção que a assim chamada cultura nacional possui dessa ou daquela língua, como língua nativa, de massa, de toda a população, é anticientífica e irrealista. Por enquanto, a idéia de uma língua nacional comum a todas as castas, a todas as classes é uma ficção. Ou melhor: assim como a estratificação da sociedade durante as primeiras fases de desenvolvimento procede de tribos, isto é, na realidade, de formações tribais – que nem por isso são simples – por via de cruzamento, as línguas tribais concretas, e a fortiore, as línguas nacionais, representam tipos cruzados de línguas – cruzamentos constituídos de elementos simples cuja associação está na base de qualquer língua. A análise paleontologia da linguagem humana não vai além da definição desses elementos tribais; mas a teoria Jafética ajusta esses elementos de maneira tão direta e decisiva que a questão da origem da linguagem

fica reduzida à questão do surgimento desses elementos, que nada mais são do que as denominações tribais. (BAKHTIN, 1981, p. 102).

Bakhtin levanta alguns indícios que esboçam as categorias provenientes da palavra estrangeira que serviram de base ao *objetivismo abstrato*:

1. Nas formas linguísticas, o fator *normativo* e estável prevalece sobre o caráter mutável.
2. O abstrato prevalece sobre o concreto.
3. O sistemático abstrato prevalece sobre a verdade histórica.
4. As formas do elemento prevalecem sobre a do conjunto.
5. A retificação do elemento lingüístico isolado substitui a dinâmica da fala.
6. Univocidade da palavra mais de que *polissemia* e plurivalência vivas.
7. Representação da linguagem como um produto acabado, que se transmite de geração a geração.
8. Incapacidade de compreender o processo gerativo interno da língua. (ibid., p. 103).

A primeira categoria traz alguns erros de interpretação porque a compreensão que o usuário tem de sua língua não está orientada para a identificação dos elementos normativos do discurso, mas para a apreciação de sua nova qualidade contextual. No processo de deciframento e de transmissão de uma língua estrangeira, faz-se necessária a construção de um sistema de formas submetidas a uma norma, mas na “língua nativa” não é esta a questão. Bakhtin reconhece que a enunciação monológica fechada constitui, de fato, uma abstração. A palavra requer um contexto histórico real para a sua realização. Ele também critica os linguistas que tomam as línguas mortas como objeto de reflexão e sistematização, caindo num formalismo de pensamento alheio e na dominação do pensamento autoritário, sem dar crédito aos **criadores** e inovadores da linguística, adotando em relação às línguas vivas a mesma posição conservadora e acadêmica dispensada às línguas mortas.

A quarta categoria orienta o pesquisador para o estudo da enunciação monológica isolada, o que prejudica a compreensão, não só porque limita os estudos, como também deixa de fora todos os problemas da “política externa” da enunciação ignorando, por sua vez, o todo da enunciação e deixando a estrutura da enunciação completa para a retórica e a poética, abrindo, desta forma, um abismo entre a sintaxe e os problemas de composição de discurso, o que prejudica o entendimento e o acesso às obras literárias. Com efeito, essa postura dos adeptos do objetivismo abstrato é bastante coerente, uma vez que esta vertente pensa a forma linguística na versão abstrata do isolamento da fala do seu todo dinâmico no limite de um período, por exemplo, o que serve bem a determinados objetivos linguísticos.

Na próxima categoria, observa-se alguns equívocos que, apesar das múltiplas significações da palavra, o fato é que há tantas significações para uma mesma palavra quantos contextos forem possíveis à sua inserção, mas nem por isso a palavra deixa de ser uma, ela não se desintegra na presença de vários contextos. Essa unicidade da palavra é garantida tanto pela composição fonética que a constitui, quanto pelas possibilidades de significações que ela carrega. Como, então, conciliar esse corpo sistêmico e esta alma polissêmica? É um problema que só a dialética pode resolver, uma vez que transcende uma unidade material da palavra. No entanto, o objetivismo abstrato salienta o fator de unicidade da palavra em detrimento da pluralidade de suas significações, daí essa forma de pensar parte da compreensão de que a língua é um produto acabado e que se transmite de geração em geração; o tratamento dispensado às línguas vivas como se fossem mortas e estrangeiras, “coloca[ndo] a língua fora do fluxo a comunicação verbal. Esse fluxo avança continuamente, enquanto a língua, como uma bola, pula de geração em geração” (BAKHTIN, 1981, p.107).

A última categoria discute a respeito da língua enquanto fato vivo e transmissora da *mimesis* ideológica presente em sua evolução. Ao contrário, privilegia o estudo da língua enquanto sistema de formas normativas abstraídas de uma língua morta e descontextualizada, aproximando o pesquisador de uma visão mecanicista e racionalista, o que mascara as significações sociológicas e evolutivas que a língua possa ter, isto é, deslocando o fenômeno linguístico do seu eixo puramente histórico, frente às forças internas de seu modo de produção. Desta forma, tanto o objetivismo abstrato que esbarra nos atos da fala, como os atos de criação individual, quanto o subjetivismo idealista que somente leva em conta os atos de fala a partir das condições psicofisiológicas do sujeito, não dão conta de explicar o produto social que é a enunciação, pois esta é de natureza social.

Todavia, verifica-se, neste estudo, que: “A língua é uma criação da sociedade, oriunda da comunicação entre os povos provocada por imperativos econômicos” (ibid., p. 102). Vale dizer, acompanhando Bakhtin, que a língua carrega em sua origem os “imperativos econômicos”, princípio importante que começa a delinear os caminhos percorridos pela língua em suas variáveis de trocas e imposições.

1.2. Em Ferdinand de Saussure

Como um expoente de envergadura da chamada Escola de Genebra, Ferdinand de Saussure desponta como a mais brilhante expressão do subjetivismo abstrato dos tempos modernos. Suas formulações na organização conceitual da linguística tornaram-se imperativos clássicos para um traçado geral ou aprofundado dos estudos de uma língua.

Saussure baseia o estudo filosófico-linguístico em três distinções: **Le langage, La langue** (como sistema de formas) e do ato individual da fala (**La parole**). Esses são os elementos que constituem a linguagem, compreendida na globalidade das manifestações físicas, fisiológicas e psíquicas, que entram em jogo na comunicação linguística. A linguagem, por ser heteróclita e multiforme, não se deixa fisgar, segundo Saussure, portanto, ela não pode ser o objeto da linguística, uma vez que aquela é dona de vários domínios, tanto física, fisiológica e psíquica, quanto individual e social. Escorregadia, não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos e, por conseguinte, fotografar em sua identidade isolada, porque não sabe como fazê-lo. O marco zero, apontado por Saussure, no estudo da linguagem, parte, em primeiro lugar, do estudo da língua, porque a linguagem é uma faculdade natural com que o indivíduo nasce, já a língua é algo sistêmico, adquirido e convencional, portanto classificável. O método concebido por Saussure toma a língua em seus caracteres, isto é:

1. Ela é um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem. Pode-se localizá-la na porção determinada do circuito em que uma imagem auditiva vem a associar-se a um conceito. [...]. Ela não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade. Por outro lado, o indivíduo tem necessidade de uma aprendizagem para conhecer-lhe o funcionamento; somente pouco a pouco a criança a assimila.
2. A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente.
3. [...] a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea.
4. A língua é classificável, enquanto a linguagem não o é.
5. É necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e torná-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem. [...] Somente a língua parece suscetível de uma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito. (SAUSSURE, 1995, p. 17; 21; 22).

Pressupondo uma auto-regulamentação da língua com suas formas estáveis e autônomas, Saussure parte da língua para esclarecer todos os fatos de linguagem. Tendo feito um exercício de distinção da língua em relação à linguagem na globalidade das manifestações linguísticas, Saussure parte para distinguir a língua dos atos individuais da fala:

Ao separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1º; o que é social do que é individual; 2º; o que é essencial do que é acessório e mais ou menos ocidental. A língua não constitui uma ação do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente; não supõe jamais premeditação, e a reflexão nela intervém somente para a atividade de classificação. A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência, na qual convém distinguir: 1º; as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º; o mecanismo psicofísico que permite exteriorizar essas combinações. (SAUSSURE, 1995, p. 22).

Saussure elege a língua como objeto de estudo da linguística, mas secundariza a importância da fala dizendo que: “cumpre escolher dois caminhos possíveis de trilhar ao mesmo tempo; devem ser seguidos separadamente” (ibid., p. 28). O teórico expressa um paradoxo quando remete a diacronia da língua para os atos de fala individual numa oposição de língua à fala e de individual ao social, argumentando que as leis que regem a fala são da ordem da formação e da psicofísica. Enquanto a língua independe do indivíduo, a fala é a parte individual da linguagem. Basicamente, o fenômeno sincrônico não tem a ver com o diacrônico. É sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência. É diacrônico tudo que diz respeito às evoluções:

A sincronia conhece somente uma perspectiva, a das pessoas que falam, e todo o seu método consiste em recolher-lhe o testemunho; para saber em que medida uma coisa é realidade, será necessário e suficiente averiguar em que medida ela existe para a consciência de tais pessoas. A linguística diacrônica, pelo contrário, deve distinguir duas perspectivas: uma prospectiva, que acompanha o curso do tempo, e outra retrospectiva, que faça o mesmo em sentido contrário. ” (SAUSSURE, 1995, p. 106).

O ponto de vista, em relação à história, contada a partir de termos sucessivos, não percebidos por uma mesma consciência e que dão o salto na substituição de um termo por outro, como se a natureza desses saltos, sem formar um sistema entre si, fica bem ao gosto do espírito racionalista que serviu de alicerce para o pensamento objetivo abstrato, para o qual a história é um domínio alógico que corrompe a pureza lógica do sistema linguístico. A questão levantada no início deste trabalho, de certa forma, está em Nicolau Marr, apontando algumas pistas que iluminam um pouco as indagações levadas a esta tese, isto é, localizam no processo alguns fatores responsáveis pela aparição de formas e de tipos linguísticos diferentes: a interferência em geral e os imperativos econômicos nos movimentos de dominação e colonização dos povos.

Saussure não se aprofunda em uma pesquisa mais séria em relação à troca de uma língua por outra, ao contrário, arrisca-se a alguns palpites e constatações, uma delas é que vários povos adotam ou suportam a língua de seus vencedores, exemplificando sua premissa

com os gauleses após a dominação dos romanos. Sugere, ainda, que não é verdade que uma “comunidade de línguas infere a consanguinidade”, isto é, que uma “família de línguas encubra uma família antropológica”. Para explicitar o seu raciocínio, Saussure toma como exemplo os falantes da língua germânica, especialmente os moradores dos países escandinavos e alemães localizados aos pés dos Alpes, chamando a atenção do leitor para a diferença entre o tipo antropológico do escandinavo portador de um fenótipo muito claro, cabelo louro, crânio alongado, estatura elevada, enquanto o alemão, ao pé dos Alpes, possui um fenótipo muito diferente do dos escandinavos.

Saussure discorda do ponto de vista que diz que a raça possa ser um determinante da língua. Para ele esse pressuposto é uma simplificação da realidade. Todavia, por outro lado, a questão persiste, e como deslindar tal fato? Se se admitir que um idioma pertença propriamente a uma raça, assim como o casco pertence a uma tartaruga, poderia-se estar diante de outro questionamento: se um idioma é falado por povos alógenos, seria pelo fato de lhes ter sido imposto por conquista? Pode ser uma possibilidade, mas para Saussure não o é, visto que tal processo levaria a um efeito esponja. Tomando os germanos como exemplo, o teórico afirma que embora os germanos “tenham subjugado tantas populações diversas, não é possível que os tenha absorvido todas; para tanto, seria mister supor uma longa dominação pré-histórica” (SAUSSURE, 1995, p. 261).

Neste sentido, Saussure apresenta o etnismo como a chave para a solução do problema: a reconstrução das línguas faladas por certos povos muito antes de sua entrada na história. Para o pensador, o “vínculo social” é o fato hierarquizante mais forte que prepondera na relação língua falada X povos, ao invés de “unidade racial X família de línguas”. Como propagador do vínculo social, Saussure entende o etnismo como categoria que compreende múltiplas relações, desde a religião, passando pela civilização, até a defesa comum, que serve à unificação entre povos de raças diferentes e que se realiza até mesmo na ausência de todo o vínculo político. Ao entender, basta o etnismo para construir esta unidade.

Pode-se até encontrar povos ou nações que suportaram ou adotaram a língua de seu vencedor ou conquistador, entretanto constata-se que essa força unificadora veio por força do etnismo, como se o mundo das manifestações linguísticas fosse pacificador e das relações tranquilas entre os povos é desconhecer ou secundarizar exemplos literários ou as relações antagônicas do homem nos vários modos de produção e nos vários processos de colonização pelos quais passou a terra, especialmente o Novo Mundo, num período mais recente.

É desconhecer as possibilidades imanentes no valor de troca que colocam o homem no plano abstrato das equivalências, é desconhecer o feitiço investido na palavra estrangeira que se realiza na veiculação social como produto novo e bem-sucedido no mercado, desde os tempos a-históricos até hoje. É desconhecer as fronteiras institucionais da mercadoria e seu modo de reprodução. Se não são, somente as condições psicofisiológicas, raciais, religiosas e civilizatórias é que determinam que seja enunciada esta ou aquela língua por aquele povo é preciso que mais algumas pedras sejam distribuídas pelo tabuleiro de xadrez.

1.3. Em Jean Baudrillard

É nesse sentido que se passa a palavra para Baudrillard, tentando perseguir o signo em sua exteriorização expressiva de um indivíduo para outro, no sistema de trocas. Extraído pelo locutor de um estoque social de signo disponível isso, embora a economia política clássica e a marxista não considerem a economia política do signo, “Situa-se igualmente aqui, diz Baudrillard, o campo da consagração do valor de troca pelo valor de uso, da transfiguração da forma/ mercadoria da forma/ objeto” (BAUDRILLARD, 1995, p.151).

Partindo das matrizes ideológicas portadoras e reprodutoras de uma “Economia Política do Signo”, plagiando Marx em seu método de deciframento do nascimento da mercadoria como forma de dupla face, Baudrillard persegue o nascimento do signo em seu embricamento de forma, logo o signo é uma forma e a mercadoria também o é, ambos geram “mais valia”, a mercadoria gera o lucro e o signo gera dominação, neste sentido, ambos são próprios da economia política e o seu deciframento está na base dos modos de dominação, pois esse esclarece como o modo de dominação assume, integra, apaga e simultaneamente, com a transmutação de todos os objetos, processa um modo de produção sógnica que está na base tanto do modo de produção capitalista, quanto nos modos de produção de troca “anteriores”, “arcaicos”, infra ou transeconômicos. Assim, diz Baudrillard:

Como ele reinventa (ou reproduz), no próprio coração do econômico, a lógica e a estratégia dos signos, das castas, da segregação, da discriminação, da lógica feudal das relações pessoais [...] para por toda a parte iludir e coroar a lógica moderna, sócio-econômica, [modo de dominação atual], de classe. Mas talvez que a exploração econômica e a dominação “de classe” não sejam mais no fundo que uma variante “histórica” e um desvio na imensa genealogia das formas da dominação social. Talvez que a sociedade atual se torne antes de tudo o mais uma sociedade de dominação pelos signos. (BAUDRILLARD, 1995, p.116-117).

Baudrillard, em *Para uma crítica da economia política do signo* (1969), trata o signo em sua generalidade de objetos, da produção dos Mitos, especialmente o Mito das “necessidades”, regido pelo sistema de equivalência geral, base da sustentação teórica da discussão marxista sobre a teoria do valor. Entretanto Baudrillard discute, também, o signo linguístico e sua relação social, focalizando o seu olhar nas posições de Marx, Benveniste e Saussure. Analisando a forma/signo como a crítica da economia política se propôs fazer com a forma/mercadoria. O teórico partiu do conceito de mercadoria como produção da dupla face do valor, ou seja, valor-de-uso e valor-de-troca, o que requer uma análise total dos dois lados do sistema. Também o signo é, concomitantemente, significante e significado, portanto analisar a forma/signo exige conhecer os dois níveis do processo. Para tanto, Baudrillard cria uma equação estratégica que permite a análise lógica relacional entre dois termos: primeiro entre o sistema do valor de troca e o sistema do valor de uso (ou entre forma/mercadoria e forma/objeto), e o segundo entre sistema do significante e o sistema do significado (ou entre o seu respectivo código, que define a articulação do valor/ significado e da forma/signo).

Baudrillard entende que Marx trata do valor-de-uso como um signo ambíguo. A mercadoria é ao mesmo tempo valor-de-uso e valor-de-troca. Sendo que o valor-de-uso é concreto e o valor-de-troca é abstrato e geral. Isto é, o valor de uso está no campo das utilidades, mesmo sob o invólucro do valor de troca, não se inscreve verdadeiramente no campo da economia mercantil, apresenta sempre a promessa de renascer na relação do homem com o seu trabalho e com o seu produto. Já o valor de troca está no plano das equivalências. Para explicitar a ação social das mercadorias no plano das equivalências, Baudrillard cita Marx dizendo:

Para definir a noção de mercadoria, pouco importa conhecer o seu conteúdo particular e o seu destino exato. Basta que o artigo que deve ser mercadoria – por outras palavras, o suporte de valor-de-troca satisfaça qualquer necessidade social que tenha a propriedade útil correspondente – É tudo. (BAUDRILLARD, 1995, p.161).

Marx define a forma de valor de troca e da mercadoria pelo fato de todos os produtos poderem equivaler-se na base do trabalho social abstrato. E afirma inversamente a “incomparabilidade” dos valores de uso. Partindo do princípio de que a mesma lógica que regula a forma/objeto, cujo equivalente geral é a utilidade e cuja articulação regula o valor de troca, Baudrillard ressalta alguns pontos necessários à compreensão desse estudo:

1. Para que haja troca econômica e valor de troca, também já é preciso que o princípio de utilidade se tenha tornado o princípio de realidade do objeto ou do

produto [...] A redução ao estatuto da utilidade é a base da possibilidade de troca (econômica).

2. Se o princípio de troca e o princípio de utilidade têm uma tal afinidade [...] a lógica da equivalência está já inteiramente na utilidade. O valor de uso, se não se inscreve no quantitativo no sentido aritmético, inscreve-se já no equivalente.

3. É a funcionalidade que triunfa como código, é este código, que se funda unicamente na adequação de um objeto ao seu fim (útil), submete a si todos os objetos reais ou virtuais, sem acepção de pessoa. Aqui nasce o econômico, o cálculo econômico do qual a forma/ mercadoria não é mais que a forma desenvolvida e que aí volta sempre.

4. Ora este valor de uso (utilidade), contrariamente à ilusão antropológica que pretende fazer dele simples relação de “necessidade” do homem com uma propriedade útil do objeto, é certamente também uma relação social. Do mesmo modo que no valor de troca, também o homem/ produtor não aparece como criador, mas como força de trabalho social abstrato, assim no sistema de valor de uso, o homem/ “consumidor” nunca aparece como desejo e gozo, mas como força da necessidade social abstrata. (BAUDRILLARD, 1995, p. 163-164).

Baudrillard opõe-se a Marx no aspecto conceitual da “incomparabilidade” do valor de uso já que, segundo Baudrillard, o valor de uso habilita a lógica da equivalência e sua utilidade, consequentemente atua junto a uma homologia na moral burguesa entre o indivíduo privado, que é finalizado pelas suas necessidades, e a emancipação dos objetos no seu valor de uso. Substituindo um velho ritual, quando os objetos eram radicalmente e simbolicamente trocados de forma diferente sem pertencerem ao estatuto da objetividade que a sociedade lhes dá hoje. A partir de agora os objetos, secundarizados, funcionalizados, racionalizados naquilo para que servem, tornam-se a promessa de uma economia política ideal.

Portanto, na relação do sujeito com o sistema econômico, longe de ser o indivíduo a exprimir as suas necessidades nesse sistema, é ele que induz a função/indivíduo, a funcionalidade simultânea e das necessidades. Na correlação das estruturas e na tradução da forma do econômico, Baudrillard define o indivíduo como uma estrutura ideológica, uma forma histórica correlativa da forma/mercadoria (valor-de-troca) e da forma do objeto (valor-de-uso). O indivíduo não é mais do que um sujeito pensando em termos de economia, repensado, simplificado e abstraído pela economia. Marx elucida a questão do fetichismo da mercadoria, ligada ao caráter social próprio do trabalho que as produz, e escreve:

A mercadoria é misteriosa, simplesmente por encobrir as características sociais do trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos e seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, como propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. [...] A forma mercadoria é a relação de valor entre os produtos do trabalho, o qual caracteriza essa forma. Nada tem a ver com a natureza física desses produtos nem com as relações materiais dela decorrentes. Uma relação social definida, estabelecida entre os

homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre as coisas. [...]. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chama a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como as mercadorias. (MARX, 1982, p.81).

Para além de Marx, o *fetichismo* do valor de uso é mais profundo, mais “misterioso” que o fetichismo do valor de troca, diz Baudrillard. O valor de uso reveste-se de um mistério total. É aqui que reside a verdadeira “teologia” do valor, na ordem das finalidades e na relação ideal da equivalência de harmonia, de economia e de equilíbrio que o conceito da utilidade implica, observado em todos os níveis: entre o homem e a natureza, entre o homem e os objetos, entre o homem e o seu corpo, entre ele e os outros. É aí que o mistério e a astúcia se tornam mais tenazes e autônomos e é aí que se dá o reino da mimesis ideológica, o sistema de valor de uso produzido pelo sistema de valor de troca, seduzindo, escorregando, construindo o álibi do valor de troca para renascer na forma/signo, significante de um significado naturalizado pela ideologia da utilidade, engendrado numa relação social enfeitiçada, abstraída do sistema das necessidades, que toma a evidência falsa de um destino concreto, de uma finalidade própria dos bens e dos produtos, tal como a abstração do trabalho social que funda a lógica da equivalência e regula o valor de uso e o valor de troca de um mesmo código.

Nesse processo nasce a combinatória de um cálculo virtual que engloba valor de uso e de troca reunidos em um mesmo signo que constitui o fetichismo da mercadoria. A partir da mesma forma (forma/signo: economia política do signo) e (forma/mercadoria: economia política clássica), Baudrillard desenvolve, dentro dessa relação de formas, uma correlação definitiva entre forma/signo e forma/mercadoria que obedece a esta fórmula:

$$\text{VTEC} = \text{STE}$$

$$\text{VU} = \text{SDO}$$

Isto é: o valor de troca está para o valor de uso assim como o significante está para o significado na proporcionalidade horizontal, ou seja, o valor de troca está para o significante, assim como o valor de uso está para o significado; por outras palavras: a afinidade lógica do valor de troca e do significante, por um lado, do valor de uso e do significado, por outro. Nesta base, diremos que esta relação homológica descreve o campo da economia política geral. O terceiro ponto caracteriza-se pela troca simbólica; uma vez a relação homológica saturada, pelo fato mesmo, a troca simbólica encontra-se como que expulsa para fora do

campo do valor (ou campo da economia política geral), o que corresponde à alternativa radical que a define (transgressão do valor).

A barra que marca o processo de redução, ou de abstração racional, que separa o valor de uso do valor de troca, e o significado do significante, desloca-se. A redução fundamental já não passa de valor de uso e de troca entre SDE e SDO: passa entre todo esse sistema e a troca simbólica, na realidade, *todas essas relações fazem sistema* no quadro da economia política. E todo esse sistema, na sua organização lógica, nega, recalca e reduz a troca simbólica. A barra que separa todos estes termos em conjunto da troca simbólica não é uma barra de implicação estrutural: é a barra da exclusão radical (a que supõe a alternativa radical da transgressão). Chega-se assim a esta distribuição geral:

VTEC STE / TSB (troca simbólica)

VU SDO /

Ou seja, uma só grande oposição entre todo o campo do valor, em que se articulam numa mesma lógica sistemática o processo de produção dos signos (a forma/mercadoria) e o processo da produção dos signos (a forma/signo) – e o campo do não valor, ou da troca simbólica”. (BAUDRILLARD, 1995, p. 126-127).

Para ir além do valor-de-uso e do seu reino ideológico – o das necessidades – Baudrillard afirma que Marx aprofundou a crítica sobre o capitalismo em seu início e que o mesmo não percebeu a diferença do capitalismo tardio. Diz ainda que o primeiro carrega em si uma extensão das relações de produção e da mercantilização da sociedade; quanto ao segundo, traz em seu bojo uma mudança significativa apoiada no valor-signo e no fetichismo, ensejada pela crítica teórica do valor de troca. Quanto ao valor de uso, ao significante e ao significado, a teoria crítica dessa relação de valor continua por se fazer. Portanto é necessária a realização de uma teoria da troca simbólica. (cf. BAUDRILLARD, 1995, p. 186).

Antes de passar à análise do texto shakespeariano, para a consistência das indagações levantadas neste trabalho, é necessário apreciar mais alguns conceitos referentes à racionalização do signo. Em primeiro lugar Baudrillard diz que a ideologia é a mesma forma que atravessa tanto a produção dos signos, quanto a produção material conjugada de forma estratégica na seguinte equação:

VT / Vu

Ste / Sdo

Tal fórmula resulta no desdobramento funcional por onde a forma se reproduz, ela carrega consigo, na substância, a ideologia, pele da relação lógica entre VT e VU, isto é, já inteirinha na mercadoria, como está na relação lógica do significante com o significado, isto é, na carne do signo. Isso, porque a ideologia, na sua astúcia simbólica, não está nem dum lado nem do outro. “Ela é essa e mesma forma que atravessa todos os campos de produção social”. (ibid., p.180). É a inserção de toda a produção material ou simbólica) num mesmo processo de abstração, de redução, de equivalência geral e de exploração.

Com o sistema de comunicação regendo toda a forma de troca social, assentado na estrutura do signo da forma/mercadoria, esta última se institui e se ordena, assim como a forma/signo na legislação do código que ordena a troca de valores. Tanto no campo dos conteúdos materiais da produção, quanto no campo dos conteúdos imateriais das significações, é o código que determina; na regra do jogo dos significantes, habita a regra do jogo do valor de troca. É o código que nos dois casos generalizados no sistema da economia política, reduz toda a ambivalência simbólica para fundar sobre a equivalência regulada dos valores a sua circulação “racional” e o jogo de trocas.

Assim funciona o código da economia política (forma/mercadoria e forma/signo) na base da racionalização e regulação da troca, fazendo comunicar sob a lei do código e sob o controle do sentido. Na lei do código habitam o significante e suas semelhanças na regra da troca e no controle do sentido do significante, consignado no significado no complexo contínuo de termo a termo numa relação multívoca, equívoca, sem infringir a lógica econômica do signo. Um significante pode remeter a vários significados, ou inversamente, atuando no princípio da equivalência, portanto de exclusão e redução sobre o qual se funde o arbitrário (cf. BAUDRILLARD, 1969).

Dito isso, é preciso localizar algumas hipóteses de estrutura de comunicação verbal em que se dá o controle do sentido para melhor explicar o processo de troca, no exercício da operação simbólica, agindo sobre o sentido que ocorre sobre a matéria visual, fônica, gestual e social. Assim sendo, é ilustrativo frisar que é no tecido da estrutura do discurso da comunicação verbal que a lógica da ambivalência e do simbólico se estrutura, mas que na estrutura do discurso comunicativo não se deixa resolver, ou seja, aquela lógica que reúne a

troca num só corpo é íntegra, opaca e nunca elucidada, funde aí o mesmo tipo de mistério social do seu outro, a “mercadoria”. Umberto Eco pontua algumas situações reveladoras, evidenciados pelas estruturas comunicativas em que é perfeitamente possível o controle do sentido, inclusive atuando ou fundando uma nova identidade coletiva.

Percebe isso em situações em que o sujeito diz o que não estava no campo de sua intenção ou desejo: signos de virilidade guerreira usados por determinado indivíduo, por exemplo: (uniformes militares, armas, cavalos) mas ao abrir a boca, um excesso de trejeitos femininos é expresso por aquele indivíduo. Também na revelação da classe social, sujeito, bom contador de histórias que se diz descendente da nobreza, mas ao articular os signos da falação, a pronúncia popular o trai, denunciando sua origem humilde, ou ainda o estrangeiro na terra do outro, que ao articular a língua desconhecida, expressa vários signos de sua estrangeiridade. Do mesmo modo o ator de teatro em suas várias apresentações, imitando o andar de um idoso, uma criança, um artrítico, um gago ou um certo ricaço excêntrico, bem como o golpista que, nas ruas, escolhe sua vítima, simulando uma doença ou uma situação econômica desesperadora, para ser ajudado. Outrossim a batida nervosa dos dedos da mão sobre a mesa que, ao captá-lo, o interlocutor entende como um: “já é tarde” ou “ela quer que eu vá embora”, também uma situação análoga é o ato falho do paciente para o psicanalista, que se transforma em pistas para a decodificação da análise, sem que o paciente tenha tido tal intenção (cf., ECO, 1973).

Situação bastante curiosa é a adotada pela estratégia do discurso autoritário em que o discurso do poder cria a noção de erro e, portanto, funda aí o sentido de culpabilidade, utilizando-se de uma voz imperativa, portanto segura e autossuficiente, dando como resultado dessa estratégia o apagamento e esmagamento do outro, equacionado na seguinte fórmula:

A ensina B = A influencia B (cf., ORLANDI, 1969)

Onde B não tem escapatória, B é a cópia das vozes que estão inscritas em A. Pode-se assinalar, ainda, as situações em que as estruturas comunicativas expressam, através de um único conector, dependendo do contexto, vários sentidos, é o caso do “mas” que performa atos linguísticos de negação, retificação, argumentação, contradição, objeção, reivindicação, recusa, transição de um lugar para outro, réplica ou argumento a favor de. O contexto e a situação histórica podem definir, ainda, os lugares do emissor e do destinatário em um ato comunicativo, bem como gestos que assinalam ou remetem para atitudes de adoração e

submissão – o ato de ajoelhar-se diante do outro, por exemplo, ou até mesmo a pronúncia de certas fórmulas num contexto institucional (cf., MAINGUENEAU, 1996).

As situações significativas recortadas até aqui assinalam algumas orientações do sentido que podem, perfeitamente, funcionar como uma breve amostragem da formação da identidade do outro. Mostram, ainda, como as fundações do controle dos sentidos acontecem nas suas mais variadas formas de significação, conseqüentemente como uma situação homóloga de equivalência o signo pode ser controlado e substituído em sua radicalidade fundadora e passado economicamente ao fio da estrutura, que pode gerar como dividendos a dominação do outro. É o caso do texto shakespeariano, *A tempestade*, reencarnado no texto de Boal em que a estrada trilhada por “*A tempestade*” conduz ao terminal de dois fatos de língua costurados numa mesma lógica – o controle do sentido no sistema de trocas.

CAPÍTULO 2 – A TEMPESTADE DE WILLIAM SHAKESPEARE

Neste sentido, passa-se ao estudo da referida obra: *A tempestade*, de Shakespeare.

2.1. A sequência da história

Próspero, o Duque de Milão, estava mais interessado em seus estudos do que em governar o seu ducado, então ele confiou o governo do reino ao seu irmão, Antônio, mas este traiu sua confiança. À frente do governo do ducado de Milão, Antônio junta-se a Alonso, Rei de Nápoles, inimigo de Próspero, para tirar-lhe o lugar. Uma noite, Próspero é levado com sua filha de três anos para um navio. Em alto mar, ele e Miranda são colocados em um velho barco. Algumas provisões são colocadas no lá por um bom homem de Milão, chamado Gonçalo, que, junto com a água, comida e as roupas, não se esqueceu de colocar alguns dos livros preferidos de Próspero.

Doze anos depois um navio naufraga na costa de uma ilha. A bordo do navio estão o Rei Alonso, seu irmão Sebastião, seu filho Fernando e Antônio, bem como Gonçalo e outros cortesãos. Morando em uma cela simples, estão Próspero e Miranda. Próspero ocupou-se, nos últimos doze anos, da educação de Miranda e no estudo de seus livros. Graças aos seus estudos, Próspero foi adquirindo grandes poderes e dominando os espíritos da ilha. É o caso de Ariel, por exemplo, que é o espírito do ar e que comanda os trabalhos mágicos de Próspero. Antes da chegada deste, havia um único habitante na ilha, Caliban, descrito como o filho feio de uma bruxa, o qual é agora escravo de Próspero.

Miranda fica aflita com os sinais do naufrágio, mas Próspero garante-lhe que ninguém havia se machucado. Pela primeira vez, Próspero conta a Miranda toda a história de suas vidas e como os dois foram parar naquela ilha. A tempestade que provocou o naufrágio do navio em que estava o rei foi produzida por Ariel, seguindo as instruções de Próspero. Durante o seu trabalho, Ariel assegurou-se de que não só os náufragos, mas também o navio, estivessem a salvo, sem nenhum arranhão, em algum porto da ilha. Próspero ordenou que Ariel enfeitiçasse Fernando e o levasse até as proximidades de sua cela.

Ao ouvir a música de Ariel, Fernando a segue até a cela de Próspero. Lá ele vê Miranda e, imediatamente, apaixona-se por ela e ela por ele. Isso era tudo o que Próspero queria, mas ele trata Fernando de forma fria e cruel. Miranda não entende a crueldade de seu pai para com seu amado. Finalmente Próspero concorda que Fernando se case com Miranda no tempo devido. Mas até o casamento, por exigência de Próspero, os noivos têm de permanecer puros. Esse contrato é firmado por uma mascarada formal. Enquanto isso, em outra parte da ilha, o rei de Nápoles, acompanhado de sua corte, acredita piamente que seu filho Fernando havia morrido afogado durante o naufrágio. Gonçalo tenta em vão confortá-lo. Sebastião e Antônio fazem algumas picardias com Gonçalo, e, em segredo, eles tentam matar este e o Rei Alonso, para ficarem sozinhos com o poder de Nápoles e Milão. Ariel aparece subitamente e os detém, impedindo que o crime fosse realizado, falando-lhes sobre o pecado que os encobriria e lembrando-lhes da forma errada como agiram em relação a Próspero.

Todavia, em outro ponto da ilha, Caliban esconde-se da tempestade debaixo de sua capa gabardine. Nesse intervalo vê Trínculo, o bobo do rei. Trínculo procura abrigar-se da tempestade sob a gabardine de Caliban. Neste sentido, quando Estefano, o despenseiro, aproxima-se, vê quatro pernas à mostra debaixo da capa de gabardine e crê ter encontrado um monstro. O suposto ser tinha duas bocas e Estefano colocou vinho em ambas. Caliban acredita que Estefano, com o seu licor dos céus, seria um deus ou em última instância um homem maravilhoso. Assim, mais do que depressa, imagina Estefano como o rei da ilha e a destituição de Próspero do poder. Portanto, depois de três goles do licor, a trama para derrubar Próspero está travada. No contraponto Ariel, com suas informações e sortilégios, encarrega-se de tornar tal empresa um fiasco.

No desenlace, Próspero tem todos os seus inimigos em suas mãos, mas ele opta pelo perdão, por achar que o perdão é mais nobre do que a vingança. Assim, o Rei de Nápoles e sua corte são levados até Próspero por Ariel. Próspero desmancha-se em gentilezas por Gonçalo, perdoa Alonso e repreende Antônio e Sebastião pelas suas sucessivas traições. O navio fica pronto para partir. Próspero e Miranda navegarão com o Rei e sua corte no dia seguinte. Miranda casa-se com Fernando, sendo a futura rainha de Nápoles e Próspero voltará a ser o Duque de Milão. Na sessão da sequência da história apresentada acima, pode-se observar como os vários grupos se organizam dentro da peça, mas tais sequências não seguem a ordem em que os personagens aparecem no palco. Shakespeare apresenta os diferentes personagens da seguinte forma:

	Ato I	Ato II	Ato III	Ato IV	Ato V
Próspero e Miranda	I.ii		III.i	IV.i	V.i
Caliban	I.ii	II.ii	III.ii	IV.i	V.i
Alonso e sua Corte	I.i	II.i	III.iii		V.i
Estefano e Trínculo		II.ii	III.ii	IV.i	V.i
Contramestre	I.i				V.i

2.2. As similitudes das fontes em *A tempestade*

Apesar das variadas afirmações em relação à primeira versão de *A tempestade*, existe um acordo entre os pesquisadores da obra shakespeariana que a peça foi representada pela primeira vez no inverno de 1611, para o deleite da corte inglesa.

Dentre os biógrafos de Shakespeare, há uma pluralidade de entendimentos em relação a produção de *A tempestade*, suas fontes e circunstâncias pouco claras em que Shakespeare escreveu a obra (cf. CARNEIRO, 1991, p. 11). Nesse período, parece que Shakespeare deixou Londres para recolher-se em Stratford-upon-Avon, sua cidade natal. Tal mudança recebeu muitas interpretações, desde o acometimento do alcoolismo até uma doença não diagnosticada, mas todas convergindo para um estado mental alterado, dominado pela depressão. Isso levou muitos biógrafos de Shakespeare a considerarem *A tempestade* como uma autêntica despedida do bardo, o que leva muitos intérpretes a lerem a fala final de Próspero como um intuitivo adeus às artes e à vida. Cinco anos mais tarde, sem voltar a Londres, morre William Shakespeare.

No tricotar das palavras que compõem *A tempestade*, há uma profusão de fontes tidas como influências claras da obra. Para alguns estudiosos essa obra inspira-se nas narrativas que contam um naufrágio da época relatado pelos escritores Sir George Somers, Sir Thomas Gates, William Strachey, Sylvester Jourdan e Richard Rich. Essas narrativas tomam como

lugar de referência as Bermudas, durante uma expedição dos ingleses para Virgínia em 25 de julho de 1609. Essas narrativas estão contidas nas baladas de Rich, conhecidas como *News Form Virginia* ou nos textos de Sylvester Jourdan, *A Discovery os the Bermudas*, ou no manuscrito de Strachey, *The Reportory of the Colonie in Virginia*, ou também nos escritos de Sir Thomas Gates, *Knight*, este último sem publicação até 1625. Para alguns pesquisadores, como é o caso de H. D. Gray, a história que compõe *A tempestade* se parece, em muitas maneiras, com um dos quatro cenários para a comédia *dell'arte*, conhecido como *Li Tre Satire*, de Neri. Não há dúvida de que o ensaio de Montaigne, *Of The Canibales*, traduzido para o inglês por John Florio, corta o texto de ponta a ponta, com a sua visão utópica, compara os homens de uma sociedade natural com os homens de uma sociedade artificial.

Existe, também, a possibilidade de *A tempestade* ter tido influências espanholas. Possivelmente Shakespeare teve contato com as *Noches de Inverno* (Madri, 1609) de Antônio de Eslavo. Essa obra é uma coleção de relatos, dentre os quais figura a *História de Nicephoro y Dardano*, cuja semelhança com *A tempestade* é bastante plausível – Dardano, Rei da Bulgária, é um mago virtuoso que, destronado por Nicephoro, usurpador da Grécia, embarca com sua única filha, Serafina, em uma pequena nau e constrói no fundo do oceano um grandioso palácio para eles morarem. Quando sua filha se torna moça, o mago disfarça-se de pescador, sequestra o filho do usurpador de seu trono e o leva para seu palácio submarino.

O príncipe e Serafina casam-se, o usurpador morre, o mago retoma seu reino e, por último, transfere seu poder ao jovem casal. O certo é que muitos episódios contados pelos viajantes e alusivos à dominação colonizadora, percorreram a Europa de ponta a ponta na época de Shakespeare. A peça *A tempestade* foi dividida, mais tarde, em cinco atos, respeitando os princípios da regra áurea da época, ou seja, de acordo com a unidade clássica da Renascença. Conforme aquela atitude, as ações ocorrem em um mesmo lugar, a ilha, em um único dia, embora Próspero, na primeira cena do primeiro ato, rememora sua história ocorrida em Nápoles, a unidade do tempo permanece a mesma.

2.3. A estrutura do vai e vem do texto em seu contexto histórico

Investigando para além da história, percebe-se que a narrativa se encontra mediada por alguns contratos que suportam não só a orientação e organização dos conteúdos presentes no texto de *A tempestade*, bem como a enunciação de cenários preexistentes que possibilitam a

formação de ambientes ideológicos concretos, forjados nos atos sociais de fala e no projeto europeu de colonização. Esses contratos estão investidos dos valores vigentes no mundo feudal. Tal contrato resume-se nos princípios que ancoram a ordem pré-histórica europeia que se estende do século XII ao século XVII. Foi um período de muita efervescência, de disputas, de urbanização, ascensão da burguesia, consolidação dos Estados Nacionais, diversificação religiosa, desenvolvimento capitalista, expansão ultramarina e visão científica do cosmo do homem. Daí a história Ocidental ser entendida como permanentemente em expansão (cf. MORSE, 1988).

Subjacentes a esses fatos históricos, pode-se localizar como pano de fundo, dois focos de tensão que permeiam esse período. O primeiro seria a ética paternalista cristã que se apoiava na hierarquia de cima para baixo enquanto organização do feudo. O segundo foco seria o processo de comutação que permitia aos vassalos trocarem a quantidade de trabalho devida ao seu senhor pelo equivalente em dinheiro gerando, com esse procedimento, a corrosão do vínculo de sustentação de feudo, instalando em seu lugar as relações de mercado e a busca de lucro como princípios organizadores da produção. (cf. HUNT & SHERMANN, 1985)

Faz-se necessário ressaltar que na orientação da ética paternalista cristã, a ênfase era voltada para o lugar que cada homem ocupava na sociedade. Dessa forma, os homens que ocupavam posição de poder e eram os detentores de riquezas, assemelhavam-se ao pai ou ao protetor da família. Tinham obrigações paternalistas com os homens comuns, ou seja, os pobres. Em troca, estes aceitavam o seu lugar na sociedade e se submetiam à liderança dos ricos e poderosos do mesmo modo que o filho aceita a autoridade do pai. Portanto, os valores reinantes na ordem feudal consistiam em o suserano exigir dos vassalos uma série de serviços: fidelidade, obediência, cooperação nas lutas e assistência em resoluções difíceis. Em troca, os vassalos recebiam o feudo e a proteção do amo e senhor. O não cumprimento desse acordo significava crime infame, traição ou felonía. Essas relações eram mediadas por um código de honra, reafirmado por São Tomás de Aquino e pela Igreja, cristalizado pela interpretação de que as relações econômicas e sociais que caracterizavam o sistema senhorial refletiam uma ordenação natural e eterna, isto é, de que estas relações emanavam de Deus. Daí a compreensão de que Deus era o suserano dos suseranos, a quem se submete diretamente o rei ou imperador e as causas ancoram interesses diversos: as guerras contra os infiéis serviam

tanto para a expansão da fé, quanto para a acumulação de poderes e riquezas do soberano e de seus vassallos. (cf. PANDOLFO, 1977).

Em meados do século XIV, conforme afirmam Hurt & Sherman, em muitas partes da Europa as rendas em dinheiro excediam os valores das prestações de trabalho, o que significa que havia um excesso de moeda disponível no mercado e que a balança comercial da ordem feudal encontrava-se em desequilíbrio. Isso proporcionou não só o advento de uma outra ordem de produção, bem como a atualidade e o reforço do processo de comutação, que ganhava uma frequência cada vez maior, possibilitando a substituição rápida das prestações de trabalho, exigidas aos servos, por pagamentos em dinheiro. É esse fato que parece ter acontecido com o ducado de Milão, de Próspero, uma vez que ele, no primeiro ato de *A tempestade*, descreve Milão como o melhor de todos os ducados e fala da ambição do seu irmão, Antônio, de forma desmedida. É o que sugere a metáfora dessa fala de Próspero:

The government I cast upon my brother/ Twelve year since, Miranda, twelve year since, /Thy father was the Duke of Milan and /A prince of power./ To have no screen between this part the play'd/He needs will be/ Absolute Milan / “The manage of my state, as at that time/through it is the first” / Being once perfected how to grant suits,/How to deny them, who t’advance, and who/To trash for over topping, new created/ The creatures that were mine, I say or chnged’em,/The dukedom, yet unbow’d/ to most inoble stooping. (SHAKESPEARE, 1994, p.14-16)²

Essa nova forma de produção transforma o senhor feudal em apenas um **landlord**, um proprietário de terras, enquanto os servos, por sua vez, vão rompendo com as antigas obrigações feudais gerando, com isso, certo grau de liberdade e de independência individual. Esse fato chegou a gerar choques e revoltas camponesas na Europa no final do século XIV ao princípio do século XVI. É em consonância com essa estrutura subjacente e conjuntural que muitos elementos constitutivos da ordem feudal são encontrados na ordem da estruturação do texto shakespeariano.

Nesse caso é fácil compreender que a narrativa traz à tona o modo de vida da época e uma determinada maneira de produção emergente que vem substituir a velha ordem feudal; o jogo antagônico de interesses está em curso, com efeito. O que se percebe nesse primeiro

² Daqui por diante assinalaremos esta obra apenas pela abreviatura AT. “Prospero: Deixei os encargos de governo para meu irmão/ Há doze anos, Miranda, há doze anos teu pai era o um príncipe poderoso. Era Duque de Milão./ Para que não houvesse nenhum véu entre o papel que desempenhava e o seu próprio desempenho, decidiu tornar-se senhor absoluto de Milão/ Ele a quem confiei os negócios do meu Estado/ Que era na época o melhor de todos./ Conhecedor da arte dos favores, de como concedê-los e negá-los, transformou meus súditos em seus, moldando-os./ O Ducado até então insubmisso/ se curvou a mais infame servidão.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 27-29-31.

contrato é a exemplificação histórica de como o sistema feudal foi corroído e solapado em seu sentido ideológico. Um sistema centrado na hierarquia vertical, abrigando tantos interesses diversos, depositava no Senhor, figura emblemática da concentração de riquezas e dos desígnios da Providência, a encarnação de toda a ideologia feudal. Portanto o Senhor feudal foi uma figura ímpar, com o seu destino apoiado no mito de origem, viabilizado no ato do desempenho e na realização dos costumes e tradições. Ora, quando Próspero se torna absenteísta, afastando-se do governo de seu ducado e dedicando-se, exclusivamente, à procura de conhecimento, ele se torna alvo fácil de conspirações e traições. É o que a narrativa atesta:

Prospero: He, whom next thyself /Of all the world I loved, and to him put/ The manage of my state, [...] The government I cast upon my brother, /And to my state grew stranger, being transported / And rapt in secret studies [...] The creatures that were mine, I say, or changed' em, [...] and my trust, /Like a good parent, did beget of him. [...] He being thus lorded [...] To credit his own lie, he did believe/ He was indeed The Duke, out of 'th' substitution/ [...] he needs will be. Absolute Milan. [...] He thinks me now incapable, confederates / [...] so dry was for sway, - wi 'th' king of Naples [...] to give him annual tribute, do him homage [...] subject his coronet to his crown, and bend/ the dukedom yet unbowed – alas, poor Milan - / To most ignoble stooping. [...] Mark his condition and th' event; then tell me/ If this might be a brother. (SHAKESPEARE, William, 1994, p. 28-30).³

Em virtude das relações sociais e de parentesco, nessa época, serem explicadas na base da hierarquia e do mito de origem e da reciprocidade dos laços feudais, Miranda duvida da honradez de sua avó por ter gerado um filho tão infame. Ela diz: “I should sin/ To think but nobly of my grandmother: / Good wombs have born bad sons”. (SHAKESPEARE, 1994, p.30)⁴. O contrato que caracteriza o rompimento do pacto entre Antônio e Próspero, marca o nascimento de um novo acordo entre Antônio e o Rei de Nápoles, isto é, embora em sua simetria estrutural obedeça a organização social vigente na ordem feudal, esse texto registra, pelo menos parcialmente, a vaga linha que separa de um lado a velha e decadente ordem feudal e, de outro, o sistema capitalista emergente. Mas os atores pertencentes àquele contexto

³ “Prospero: Ele, a quem eu amava quase tanto quanto a ti, a quem confiei os negócios do meu Estado [...] Deixei os encargos do governo para meu irmão. Fui me tornando estranho ao meu Estado, absorto, exilado em meus estudos secretos. [...] Transformou meus súditos em seus. [...] E a minha confiança sem limites recebeu em troca uma falsidade sem fim. [...] Acaba cometendo o erro de acreditar na própria mentira- ele acabou acreditando que era o verdadeiro Duque. Esqueceu-se de que era meu substituto. Decidiu tornar-se senhor absoluto de Milão. [...] Próspero: Ele considerou que eu não era capaz de governar, sedento de poder, aliou-se ao Rei de Nápoles, comprometendo-se a pagar-lhe um tributo anual, prestar-lhe homenagem, e submeter sua coroa de Duque à coroa real, até então insubmisso- ai de ti, Milão! - se curvasse a mais infame servidão. [...] Repara bem nas condições e nas consequências desse pacto. Diz-me se é possível chamar um homem desses de irmão.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 80-81.

⁴ “Seria pecado desconfiar da honra de minha avó: os bons ventres podem gerar maus filhos.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 30.

não percebem a mudança de valores emergentes apoiada tanto pela força de uma nova cultura no sistema de troca, quanto pela desordem realizada pelo mecanismo das comutações, pois Antônio combina com o Rei de Nápoles o pagamento de uma certa quantia em tributo e vassalagem em troca da expulsão de Próspero do ducado de Milão e é dentro dessas condições que o pacto se efetiva. Diz Próspero em seu relato:

Now the condition. / This king of Naples, being an enemy/ To me inveterate,
hearkens my brother's suit,/ Wich was, that he, in lien 'th'premisses/ Of homage and
I know not how much tribute,/ should presently extirpate me and mine/ Out of the
dukedom, and confer fair Milan, / With all the honours, on my brother. Whereon,/ A
treacherous army levied, one midnight/ Fated to th' purpose, did Antonio open/ The
gates of Milan; and, i'th' dead of darkness,/ The ministers for th' purpose hurried
thence/ Me and thy crying self. (SHAKESPEARE, 1994, p. 30)⁵

O léxico utilizado por Próspero, nesse primeiro ato, aponta uma via de acesso ao fato de que o sentimento de dever é rompido pela anulação do conteúdo referencial que, conseqüentemente, é substituído por conteúdos ideológicos mascarados pelas razões do sistema, encadeados e automatizados por conclusões exclusivas e dirigidas. Tal exclusivismo na direção dos fatos vai permitir a mediação e o preenchimento ideológico futuros com a saturação simbólica do valor de troca e o valor de uso culminado pelo arrasamento do outro. Centrado nesse instrumento poderoso que é a linguagem e nas condições do dever ser, negadas pelo seu irmão Antônio, Próspero prossegue construindo o seu álibi; apoiado em técnicas, táticas e caminhos infinitos, conjuga os elementos e recorre ao mito para explicar a sua chegada àquela ilha:

Qualquer grande ordem de produção (burguesa ou feudal) alimenta um mito de realização ideal, que é simultaneamente mito de realização e mito de origem. A economia política sustenta-se do grande mito de realização do homem segundo a lei natural das necessidades, tal como a teologia se sustenta do mito da realização do homem segundo a lei divina. A mesma finalidade se reconhece num e noutro caso: *a de uma realização ideal do homem com Deus através da fé e da regra divina, a providência*. Por certo, esta vocação ideal é sempre, e de imediato, vivida como perdida ou comprometida, mas a finalidade permanece, e o valor de uso, sepultado sobre o valor de troca como a harmonia natural do Paraíso Terrestre, quebrada pelo pecado e pelo sofrimento: permanecem inscritos como essências invulneráveis, prometidas, no termo da história, a uma futura redenção. (BAUDRILLARD, 1969, p.77)

⁵ “Vamos agora as condições do pacto: o Rei de Nápoles, meu inimigo inveterado, aceitou a proposta de meu irmão que era a seguinte: Em troca da vassalagem e de não sei quanto tributo, ele deveria expulsar-nos sem demora do ducado, entregando Milão, com todas as honras, a meu irmão. Então aliciado um exército traidor, em certa noite predestinada, Antônio abriu as portas de Milão, e, na calada das trevas, os homens encarregados da missão arrebatarem-nos de lá, a mim e a ti, que choravas.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 31-32.

Próspero, sabiamente, recorre às evidências da simplicidade, à sutileza da metafísica e à astúcia teológica para explicar a presença dele naquela ilha, apoiado numa idealidade do homem que cumpre as regras do seu tempo, sob o álibi da fé na regra divina, ao mesmo tempo que alimenta na audiência a crença no reconhecimento divino em que a lei da justiça eterna não desampara nem falha, como um motor terrestre que está sempre atuando no sentido de restabelecer a ordem prometida. É assim que o exílio é providencial para Próspero, que anexa ao fenômeno de sua chegada àquela ilha à promessa de reconquista de um paraíso perdido como um Adão, a dádiva da providência recuperada.

É esta lei moral do valor de uso que funde, na ideologia do sublime e do providencial, a economia necessária à reorganização do sistema; todo o mistério em torno da presença de Próspero na ilha simplifica-se, bem como a falsa transparência de sua relação com os seres da ilha. Em suma, é partindo do álibi da sutileza metafísica de quem expulsa os diabos, que Próspero explica o exercício do seu poder e dos domínios sobre aquela ilha. Portanto é de um lugar de poder, recoberto pela totalidade do corpo social, que se instala na língua entre choques das contradições da idealidade do homem, brotados no caráter do complexo ideológico do signo que nasce a justificativa: “How came we ashore?”⁶ pergunta Miranda, “By Providence divine”⁷ responde Próspero (SHAKESPEARE, 1994, p.19).

Essa justificativa, ancorada no sublime e no encantatório, é eficiente porque disfarça a nova economia que está se construindo ali. Logo, o velho sentido da ordem feudal é que serve de pano de fundo para a organização das relações presentes no texto. Uma nova forma de ver e pensar o mundo está em curso. Dessa forma Próspero posa de vítima da traição realizada pelo seu irmão Antônio, mas, simultaneamente, não esquece de enaltecer as suas próprias qualidades, se colocando moralmente acima dos outros, dono de uma tecnologia do intelecto, ou seja, da escrita e do que ela possibilita. Descreve toda a sua habilidade, o seu antigo gosto pela leitura, o que já o coloca acima dos outros, frente a audiência que assiste à peça. A concepção que vai se formando, uma nobreza singular, baseada na disciplina livresca, na ilustração e no conhecimento do que era fundamentalmente hermético, oculto e obscuro descortina-se na peça dando uma visão talentosa e inteligente daquele sujeito tão correto e tão cheio de capacidades e saberes: “Knowing I loved my books, he furnished me/ From mine

⁶ “Miranda: Como chegamos a Terra?” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 33.

⁷ “Próspero: Por graça da divina Providência” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 33.

own library with volumes That/ I prize above my dukedom”.⁷⁸ (SHAKESPEARE, 1994, p. 20).

É de se esperar que, com tantas vantagens sobre os outros, Próspero viva. A estrutura comunicativa do texto encarrega-se, dentro das formações ideológicas em curso, de neutralizar todas as ações decorrentes da prática de Próspero na ilha. Essa prática basear-se-á nas características de colonialismo de Próspero, isto é, na intolerância com os diferentes, na competitividade com os seus iguais e no desejo ardente pelo poder, o que demonstra uma imaturidade infantil.

Como se não bastasse uma vez na posição de colonizador, Próspero resolve seus traumas tratando as pessoas da ilha como objetos, como seres inferiores, controlados pela magia de sua tecnologia, da língua escrita e da autoridade política, reinando como o supremo do absoluto, centrado na sua capacidade mágica da leitura. Este fato o coloca em vantagem em relação aos moradores da ilha, pois na hipótese de Jack Godoy: “A habilidade de ler, escrever, usar livros me capacita a fazer coisas que os povos de uma cultura fundamentalmente oral, por mais inteligentes e talentosos que sejam não podem fazer” (GODOY, 1998, p. 10). Uma vez no Novo Mundo, a máscara ideológica de Próspero é a máscara da dominação e do escravagismo. Centrado num falso altruísmo, Próspero vai implantando a mais-valia por uma rota em que a contramão do progresso vem mesclada por um discurso, como diz Restrepo:

Inúmeras histórias infantis que formam nosso painel histórico foram sucedendo-se paralelamente, ou melhor, dentro do processo que permitiu, à nossa maneira, assimilar as novas mudanças e os avanços trazidos pelo colonizador, que se mesclavam por sua vez aos inúmeros e imitáveis choques comumente resolvidos pela força. (RESTREPO, 1993, p. 28)

Próspero, com o cetro do monopólio capital, inclusive no universo linguístico, espalha privilegiadamente o seu discurso através do médium da língua e vai criando condições favoráveis à formatação desse mesmo discurso. É desse lugar que o mesmo vai apresentando as personagens que fazem parte do drama que se trava na ilha. Dessa forma a primeira personagem, nativa da ilha, é apresentada à audiência, realizando as tarefas a ela impostas sob o comando de Próspero. Um nível hierárquico de escravidão ancorado na saturação do

⁸ “Próspero: Sabendo que eu amava meus livros, ele me trouxe alguns volumes de minha biblioteca, que eu prezava mais que o meu ducado.”. Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 35.

símbolo e da língua como meio comum de interação discursiva surge claramente aos olhos da audiência.

Na interpretação da Pragmática para o discurso literário, de Dominique Maingueneau, entende-se que na realização do intercâmbio verbal, respeitado o gênero do discurso, obviamente é requerido um “contrato tácito” entre as partes e esse contrato, funciona adornado por três princípios básicos: de cooperação, de pertinência e de sinceridade. O princípio da cooperação é regido pelo estatuto da meta princípio, isto é, “os sujeitos falantes que se comunicam e se esforçam por não bloquear o intercâmbio, por fazer a atividade discursiva ter êxito” (MAINGUENEAU, 1996, p. 117). Valendo-se da citação de Maingueneau, pode-se dizer, de acordo com Sperber e Wilson, que o princípio de pertinência é de fundamental importância para a sobrevivência do intercâmbio verbal:

De maneira muito intuitiva, um enunciado é tanto mais pertinente quanto com menos informação leva o ouvinte a enriquecer ou modificar ao máximo seus conhecimentos ou suas concepções. Em outras palavras, a pertinência pragmática de um enunciado é diretamente proporcional ao número de consequências pragmáticas que acarreta para o ouvinte e inversamente proporcional à riqueza de informação que ela contém (MAINGUENEAU, 1996, p. 118)

Assim, o discurso de Próspero tem consequências imediatas, não só econômicas, quanto políticas. No primeiro ato à medida que Próspero, no centro da narrativa, introduz as personagens que se apresentam no palco, já se tem o desenrolar desses dois princípios realizados, que se voltam ao princípio de sinceridade mais tarde.

Mas o que se quer frisar neste estudo é a importância paulatina e econômica que à roda desse discurso eficiente e atuante, vai se formando em torno do núcleo a ideologia emergente. Isto é, desenha-se a possibilidade de atualização do ponto de vista da audiência da época, atravessada pela opinião de Próspero e sua visão de colonização do Novo Mundo, ou seja, a naturalização do discurso através da imposição da língua do dominador e, conseqüentemente, a banalização da escravidão dos nativos da ilha. Não escapando nem mesmo a personagem que está mais próxima de Próspero, que é apresentada à audiência como um “espírito”. Enquanto isso, o “princípio de pertinência” já atuou junto à audiência. Próspero, como a personagem centro da narração, já realizou o trabalho com as palavras sob o seu comando de pessoa reconhecida de igual para igual, em se tratando de audiência europeia, portanto, pertinente àquela formação ideológica: a de ser superior qualificado como a representação do progresso em relação aos outros personagens da peça em questão.

Dentro dessa ideologia gerada até aqui é de se esperar, portanto, que as demandas e as reivindicações das personagens dependentes de Próspero serão abortadas facilmente e, em consequência, cairão no descrédito e na desqualificação muito facilmente. Nesse jogo de xadrez Ariel (personagem espírito) é apresentado à audiência investido de toda discursividade cooperativa. Todos os seus gestos, palavras e atitudes se encaminham no sentido de agradar a Próspero. O contrato tácito do princípio de cooperação do discurso encontra ressonância total na aparição dessa personagem, no primeiro ato de *A tempestade*, Ariel é todo zelo e subserviência em relação a Próspero. Depois de provocar a tempestade e naufragar o navio que conduzia em seu interior todos os velhos inimigos de Próspero, Ariel retorna e relata de forma pueril os detalhes de seu feito.

A audiência então fica sabendo que Ariel estava na ilha quando Próspero e Miranda chegaram, também que Ariel tornou-se escravo de Próspero e que aquele tem medo dos poderes mágicos deste, servindo-o em todas as suas vontades. Ariel é um espírito que voa, nada, mergulha no fogo e pode tornar-se invisível e, por fim, a audiência também toma consciência de que o espírito-escravo tinha sido originalmente aprisionado em uma fenda de carvalho por recusar-se a cumprir as ordens de Sycorax, descrita como feiticeira, mãe de Caliban. Assim o contrato tácito do princípio de cooperação que encontra ressonância na personagem-espírito encontra ancoragem na contiguidade reclamada pelo princípio de informatividade.

A audiência toma consciência de que Ariel coopera com Próspero, mas também que aquele reclama pela sua liberdade. Que a tempestade e o naufrágio ocorreram às duas horas da tarde: “What is the time o’th’day?”⁹, pergunta Próspero para Ariel. “Past the mid season”¹⁰, responde Ariel. “At least two glasses”¹¹, comenta Próspero. “The time ‘twixt six and now must by us both be spent most preciously”¹². Próspero conclui a conversa dizendo que toda a ação tem que ser realizada em até quatro horas. “[...] My liberty”¹³, reivindica Ariel a Próspero, mas este responde com uma negativa: antes do prazo, nem pensar: “before the time de out? No more!”¹⁴. (SHAKESPEARE, 1994, p. 24)

⁹ “Que horas são?” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 39.

¹⁰ “Já passa do meio dia.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 39.

¹¹ “Duas ampulhetas, pelo menos.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 39.

¹² “Temos aproveitar o tempo precioso que nos resta até às seis horas.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 39.

¹³ “Minha liberdade.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 39.

¹⁴ “Antes do prazo, nem pensar.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 39.

Mais uma vez a audiência europeia se defronta com uma realidade econômica bem próxima de sua experiência, ou seja, a prestação de serviços do servo ao suserano por um tempo X em troca de proteção. Só que, nesse caso, o dono legítimo da terra é Ariel, logo há uma inversão de valores e de propriedade. A negativa de Próspero implica também na sustentação da narrativa e nessa discussão entre Próspero e Ariel revela-se a referência de habitantes da ilha com ancestralidade africana.

Já foi dito que Próspero, ao chegar à ilha, encontrou o bom escravo Ariel aprisionado numa fenda de um pinheiro: “she did confined the into a cloven pine”¹⁵ (SHAKESPEARE, 1994, p.41) e que Próspero, com sua mágica avançada, libertou Ariel daquela prisão, mas o fez prisioneiro de um outro cativeiro: a escravidão. A informação mais significativa é que nesses rasgos de histórias e de lembranças, Próspero acaba fazendo um background de toda a situação da ilha, confirmando o que Barthes já teorizou uma vez sobre a língua:

A razão dessa resistência e dessa ubiqüidade é que o poder é o parasita de um organismo trans-social, ligado à história do homem, e não somente à sua história política, histórica. Esse objeto que se inscreve no poder, desde toda eternidade humana, é: a linguagem – ou para ser mais preciso sua expressão obrigatória: a língua. (BARTHES, 1978, p.14)

Mais adiante Barthes conclui dizendo que a língua não é nem reacionária nem progressista; ela é simplesmente fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer. Investido nesse sentido econômico da língua em sua versão consignada, Próspero acaba dizendo que Sycorax, mãe de Caliban, personagem que não apareceu no palco ainda, era uma algeriana, antes de ser banida para aquela ilha, e possivelmente negra, capaz de realizar feitiços terríveis.

Assim, no confronto da solidão do sentido, sob a capa do discurso persuasivo do poder, Próspero mantém Ariel cativo sob a falsa transparência do sentimento de gratidão, sob a estratégia do terror, da ameaça e da chantagem. Portanto, apesar de Ariel ter consciência da diferença entre o bem e o mal, o método chantagista de Próspero em manter Ariel escravo surte os efeitos desejados, como podemos ver na seguinte citação:

Prospero: thou hast. Where was she born? Speak; tell me. Ariel: Sir in Argier
Prospero: O, was she so! I must./ Once in a month recount what thou has been,
Which thou forget'st. This damned Sycorax,/ For mischiefs manifold, and sorceries
terrible/ To enter human hearing, from Argier,/ Thou know'st, was banished. For
one thing she did/ they would not take her life. Is not true? Ariel: Ay, sir. Prospero:

¹⁵ “Ela confinou-te num pinheiro fendido.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 56.

This blue-eyed hag was hither brought with child/ And here was left by th'sailors/ A human shape (SHAKESPEARE, 1994, p. 27-8)¹⁶

Pode-se dizer que o contrato tácito de cooperação entre Próspero e Ariel baseia-se na sujeição e servidão. As palavras repetidas, mês a mês, têm a função de manter a penhora dos serviços de Ariel e respondem a uma ética escravagista, pois encarregam-se de manter a ferida da tortura escrava sempre aberta, conseqüentemente, o controle do sentido e o corte unidimensional de uma ordem. Assim, a liberdade para Ariel ganha à funcionalidade do impossível, da utopia teimosa que se desloca e aflora no jogo da língua. Nesse sentido, após várias ameaças, Próspero promete que em dois dias dará a liberdade para Ariel: “Ariel: Pardon, master. / I will be correspondent to your command,/ And do my spriting gently. Prospero: Do so, and after two days/ I will discharge thee.” (SHAKESPEARE, 1994, p. 30)¹⁷.

Note-se bem que a promessa de liberdade só volta ao cenário depois que Ariel volta a ser um “bom espírito” e passa a concordar com a realização de todos os desejos de Próspero. O que é bastante interessante nessa passagem é gradação da sujeição. Próspero dá a entender à audiência e à personagem que a escravidão imposta por ele ao habitante da ilha é menos agravante que aquela imposta, anteriormente, por Sycorax. Como se a escravidão não fosse uma só, ou seja, trabalhos forçados e a privação da liberdade do ser; isto é, a condição humana de propriedade como coisa qualquer, passível de ser vendida ou comprada à revelia de sua vontade.

2.3.1. Caliban no paraíso das infâncias

Para o pensamento marxista, as práticas sociais e culturais unificadas no tempo e no espaço é que são responsáveis pelas formações ideológicas e simbólicas em geral. Curiosamente, *A tempestade* nasce engendrada desse invólucro inseparável da unidade clássica – unidade de tempo e de espaço – que é a estrutura básica de formatação de texto.

¹⁶ “Prospero: Esqueceste, sim. Onde foi que ela nasceu? Anda, fala. Ariel: Em Argel, senhor. Prospero: Ah, foi mesmo? A cada mês preciso recordar-te o que foste, já que te esqueces. Esta maldita feiticeira Sycorax, por seus mil malefícios e feitiços, que enchem de horror os ouvidos humanos, foi banida de Argel, como bem sabes. E não lhe tiraram a vida por uma única razão. Não é verdade? Ariel: Sim, senhor. Prospero: Como estava grávida, trouxeram essa bruxa de olhos fundos para cá, e aqui os marinheiros a deixaram.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 41.

¹⁷ “Ariel: Perdão, mestre. Hei de obedecer às tuas ordens. Cumprindo de bom grado minhas funções de espírito. Prospero: Procede assim. E, ao fim de dois dias eu te darei a liberdade.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 43.

A centralidade das ideias do texto baseia-se na opção ocidental generalizante pelo colonialismo, tendo como vínculo eficaz a limitação das forças produtivas, a subordinação das ideias cingidas por um falso idealismo de homem, condicionado a uma situação histórica de hibridez. Esta justifica a transplantação e a apoderação dos territórios do Novo Mundo em nome, ora da fé cristã, ora do progresso e da civilização, isto é, do melhoramento a obter. A *tempestade* impõe, ainda, o condicionamento do pensamento organizado em um gênero que pressupõe todo um processo de sequências obrigatórias do malfeito cometido. Sycorax enclava Ariel na fenda de um pinheiro. Próspero, ao chegar àquela ilha, o liberta, mas, em contrapartida, transforma-o em seu escravo e cria uma estratégia de pagamento: de *feitio a ser retribuído* como se fosse uma *recompensa* pelo *benefício* cometido.

Assim, as regras do pensamento constroem-se dentro da perspectiva que delimita e neutraliza “as esferas de ação correspondentes aos diversos papéis (ou chamatis peronal).” (BREMONT *apud* BARTHES, 1976, p.113). A ação de um agressor corresponde à ação de um justiceiro, investindo-o de uma perspectiva de que uma agressão se torna malfeitoria que lhe renderá lucros. Nesse arco-íris de justaposição e de correspondências de ações, Próspero plasma-se, vela-se e esconde-se sob a face do progresso, enquanto Ariel possui uma *dívida a quitar* e um mestre a obedecer. Dessa forma, toda uma trilha econômica de equivalências e trocas vai se constituindo no mercado das significações. Ariel é obrigado pelo processo sistêmico a tornar-se um aliado de Próspero, na esperança de um benefício futuro, a sua liberdade. Enquanto no binarismo das oposições Caliban vem pinçado sob a grafia de outros traços: naquele que reage contra a expropriação da terra ou contra a escravidão que lhe foi imposta.

Neste sentido, é útil reafirmar neste trabalho algumas reflexões que envolvem as marcas dos processos e fenômenos que envolvem as palavras: *colo* – *cultus* – *cultura* – *escravo*. Nas afirmações de Alfredo Bosi as palavras *cultura*, *culto* e *colonização* derivam do mesmo verbo do latim *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *cultutus*. *Colo* significou, na língua de Roma, “eu moro, eu ocupo a terra, e, por extensão do trabalho, eu cultivo o campo”. Um herdeiro antigo de *colo* é *íncola*, o habitante; outro é *inquilinus*, aquele que reside em terra alheia:

Colo é a matriz de *colônia* enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar ou sujeitar. *Colonus* é o que cultivava uma propriedade rural em vez de seu dono; o seu feitor no sentido técnico e legal da palavra. Está em Plauto e Catão, como *colônia* [...]; o habitante de colônia, em grego m. *Ápoikos*, que vem a estabelecer-se em lugar dos *íncolae*. (BOSI, 1992, p. 11)

Alfredo Bosi classifica os tipos de colonização em dois processos distintos; o primeiro é o que se atém por simples povoamento. Já o segundo se traduz pelo que conduz à exploração do solo, curiosamente *colo* está em ambos: *eu moro, eu cultivo*. Emprestando um ar de recomeço e de aventura, os processos de colonização têm funcionado como um biotônico, verdadeiros universais das sociedades humanas, porque têm caracterizado, não só pelo arranque das culturas seculares, como também pela produção das relações de poder, da esfera econômica e da esfera política, determinados por um *tomar conta de* que se amplia por um *mandar em*.

Assim, como em um plano conceitual, a colonização é um projeto totalizante, cujas forças matrizes poderão sempre ser buscadas ao nível do *colo*: ocupar um novo chão, explorar os seus bens e submeter seus naturais. Mas os agentes desse processo não são apenas suporte físico dessas operações econômicas rememorando a significação e *cultus* (1): o que foi trabalhado sobre a terra, cultivado; *cultus*: (2): o que se trabalha sobre a terra; *culto*: enterro dos mortos; ritual feito em honra aos antepassados.

Bosi acrescenta que foram também os crentes que trouxeram nas arcas da memória e da linguagem aqueles mortos que não devem morrer e, mais adiante, ele acrescenta: “Cultura pressupõe uma consciência operosa e operante que desvenda a entranha da vida presente nos planos do futuro”. (BOSI, 1992, p. 16). Os ilustrados de plantão preferem conceituar cultura em oposição à natureza, o que gera um entendimento contraditório. As vezes cultura aproxima-se de *colo* enquanto trabalho de *cultus*. Acultuar um povo se traduzia, afinal, em sujeitá-lo ou, no melhor dos casos, adaptá-lo tecnologicamente a certo padrão tido como superior. (cf. BOSI, 1992, p. 17). Assim, conclui Bosi, a economia já é política em estado bruto. Saber é poder, na equação crua de Sir Francis Bacon.

Ao circunscrever as áreas de maior interesse econômico, os colonizadores reinventam e estimulam velhas formas de trabalho fundadas em uma lógica de acúmulo do capital primitivo em que os métodos arcaicos convivem com o novo. Isso proporciona um crescimento acelerado e voraz de uma matriz ávida de riquezas e de modernização do capital, processo que torna a colonização do Novo Mundo um dos agentes mais eficientes e modernizadores do comércio europeu nos séculos que se seguem ao ciclo das descobertas.

Consequentemente algumas observações de Karl Marx sobre o processo de colonização são obrigatórias neste trabalho:

O capital, dinheiro formado por meio da usura do comércio, era impedido de transformar-se em capital industrial pelo sistema feudal no campo e pela organização corporativa na cidade. [...] As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio e a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista, das pilhagens dos índios orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. (MARX, 1982, p.868).

A combinação dos diferentes métodos propulsores da acumulação primitiva obedecem mais ou menos à mesma ordem cronológica por diferentes países, especialmente Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, diz Marx nos fins do século XVII, esses métodos são coordenados, obedecendo a vários sistemas: “O colonial, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo. Esses métodos se baseiam em parte na violência mais brutal, como é o caso do sistema colonial.” (MARX, 1982, p. 869). Para ilustrar o exercício danoso da força empregada contra as populações nativas, na pressa do invasor em transformar o modo de produção feudal em modo capitalista, Marx cita um estudioso do cristianismo que diz o seguinte:

As barbaridades e as implacáveis atrocidades praticadas pelas chamadas nações cristãs, em todas as regiões do mundo e contra todos os povos que elas conseguem submeter, não encontram paralelo em nenhum período da História Universal, em nenhuma raça por mais feroz, ignorante, cruel e cínica que se tenha revelado. (MARX, 1982, p. 869).

Daí pode-se ver que a colonização nos tempos modernos foi escrita com letras de sangue, tendo a força como aliada, a prática parteira da sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas. Nesse sentido, as razões da história da escravidão em Java, imposta pela colonização holandesa e comentada por Marx, elucidada com propriedade a questão:

Caracteriza bem essa colonização o sistema de roubo de seres humanos em Célebes, a fim de prover Java com escravos. Os raptos eram treinados para essa profissão. *O raptor, o intérprete e o vendedor* eram os agentes principais desse comércio, sendo os príncipes os principais vendedores. Os meninos raptados eram escondidos nas cadeias secretas de Célebes até que estivessem na idade de serem expedidos para os navios de escravos. Diz um relatório oficial: “só a cidade de Macassar, por exemplo, está cheia de prisões secretas, uma mais horrenda que a outra, entulhadas de miseráveis, vítimas da cupidez e da tirania, postos a ferro, violentamente arrancados de suas famílias.” (MARX, 1982, p. 870).

A nova mecânica assentada em procedimentos e instrumentos modernos baseia-se mais na diferença dos corpos e seus atos, do que na terra e seus produtos. Tal mecanismo é exercido através da vigilância, explorações e do controle, por meio de taxas e obrigações distribuídas no tempo. Isso possibilita a convivência dos meios de produção em um mundo anterior com os mais novos possíveis, dando consequências agudas para a violência estratégica imposta aos naturais do Novo Mundo. Este processo culmina em uma formação

ideológica em que “os horrores bárbaros civilizados do sobretrabalho são enxertados nos horrores bárbaros da escravidão” (MARX, 1982, p. 260).

Essa nova forma, prenhe de saídas, modelos, inovações e acomodações, faz da língua o seu capital inicial, ao invés de investir na especialização e formação de intérpretes, o que viria a ser as condições necessárias no trato um com o outro, preservando a língua dos nativos. Mas tal interesse nas diferenças culturais não existe. É o ato bruto da subordinação e da abolição da língua nativa que fala mais alto, proporcionando uma economia que funciona como uma espécie de poupança na acumulação primitiva do capital, porque os dispêndios de tempo e de investimentos já foram economizados.

Essa equação gera uma inversão de papéis. O invasor que é o *inquilinus*, o *outro*; o intruso transforma-se no *mesmo*, o conhecido. Enquanto que o habitante da terra, o natural por excelência, o *incolae*, sofre a universalidade dos predicativos de quem se sujeita e nesse processo de vale tudo passa a ser o desconhecido, a ameaça e o que traz prejuízos. Dessa fase para a instituição da escravidão é um pulo, basta uma falta, uma falha qualquer e eis o alibi requerido para a nova situação “o mito de realização ideal, que é simultaneamente mito de realização e mito de origem, cumprem a finalidade do valor de uso sobre o valor de troca, prometendo uma futura redenção” (BAUDRILLARD, 1969, p.77).

Assim, mesmo com a ausência da falha, a simples presença da diferença do corpo, das crenças ou do modo de vida dos naturais servem de base à justificativa, tanto do ponto de vista do colonizador, que vem se estabelecer em terras alheias para expandir os seus mercados, quanto sob a ótica da imposição da língua e da dominação. Nesse contexto tudo é mercado, tudo é lucro. Esse novo modo de produção, que combina a velha forma de produzir com a nova, articula-se no interesse próprio, na conduta individual, na expressão econômica, nas forças matrizes da religião, nos contratos e nos lucros, na ideologia da força e na exploração do homem pelo homem.

O efeito cumulativo desse processo é a reintrodução e a convivência de dois mundos distintos: as novas leis de mercado em oposição ao feudalismo, a escravidão antiga ressurgindo no moderno, o Velho Mundo dominando o Novo Mundo. É a vida tornando-se um vir a ser de novo, inscrito pelo poder do capital. Ironicamente a palavra latina *servus* é que derivou o sentido próprio da palavra *escravo*, em oposição a liberdade, de acordo com Cícero: *praedia serva*, significa “terras sujeitas à servidão”.

Na Roma antiga a ideologia escravocrata foi instituída através de vários tratados que legitimavam, controlavam, puniam, vigiavam e justificavam o regime de escravidão. Na Grécia Platão e Aristóteles consideravam a escravidão um fenômeno natural, acreditava-se na inferioridade de certos homens e mulheres. Dotados de qualidades inferiores desde o berço, alguns nasceram para ser escravos, enquanto os superiores nasceram para tornarem-se proprietários.

Nos tempos da colonização, o escravo ressurgiu como uma categoria puramente econômica, suportando um estilo de produção vinculado ao sistema capitalista. Essa marca está impressa em *A tempestade*, tanto na relação do Próspero com Ariel “Hast thou, spirit/ Performed to point the tempest that I’m bade thee?”¹⁸ “Remember I have done the worthy service/Told thee no lies, made thee no mistakings, served. Without or grudge or grumblings. That didst promise/To bate me a full year”¹⁹ (SHAKESPEARE, 1994, p. 22) quanto na relação de Próspero com Caliban “Thou poisonous slave, got by the devil himself/ Upon thy wicked dam, come forth!”²⁰ “Ha-seed, hence!/ Ficht us in fuel- and be quick, thou’rt best/ To answer other business. Shrug’st’ thoe, malice?”²¹ Caliban em solilóquio: “I must obey. His art is of such power/It would control my dam’s god Setebos/ And make a vassel of him.”²² (SHAKESPEARE, 1994, p. 33).

A fonte que supre o trabalho necessário às condições de existência de Próspero na ilha é justamente a força de trabalho-escravo imposta a Caliban, sob o signo corrente da trapaça, do engodo, da troca de uma língua por outra “Caliban: you tought me language, and my profit on’t/ Is, I know how to curse. The der plague rid you/ For learning me your language!”²³ (SHAKESPEARE, 1994, p.33) e no engendramento de uma economia de dependência.

¹⁸ “Escuta, espírito, executaste a tempestade conforme te ordenei?” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 37.

¹⁹ “Ariel: Peço que te lembres dos valiosos serviços que te prestei. Não disse mentiras, não cometi erros. Nunca fui rancoroso, nem resmungão. Tu me prometeste descontar um ano inteiro.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p.39.

²⁰ “Prospero: Escravo peçonhento, que o diabo em pessoa gerou no ventre de tua perversa mãe, vem cá!” Tradução de CARNEIRO, 1991, p.45.

²¹ “Prospero: Sai daqui, cria de feiticeira! Vai busca lenha. E é melhor andar depressa, porque tens que cumprir outras tarefas. Não te moves coisa ruim?” Tradução de CARNEIRO, 1991, p.47

²² “Tenho que obedecer. Sua arte é tão poderosa que seria capaz de dominar Setebos, o deus de minha mãe, e transformá-lo em seu vassalo.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p.49

²³ “Tu me ensinaste a falar e meu único proveito a amaldiçoar. Que a peste vermelha te carregue por teres me ensinado a tua língua!” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 47.

2.3.2. Caliban e a eficiência do poder de Próspero

Na produção do texto shakespeariano *A tempestade*, a trama, muitas vezes, empurra o leitor ou a audiência para o mundo da experiência vivida, nas terras de além-mar, pelos navegantes; para as construções científicas da época e do senso comum, para a forma de se imaginar o homem de terras estranhas – o outro, o desconhecido e é nessa versação de idéias que o presente passa à narrativa, dando um tom de verossimilhança para a ficção. A metáfora, nesse contexto, tem uma função ideológica preciosa. A argumentação na construção dos personagens ganha status universal e marca a diferença com traços vinculados ao mito narratológico. Este associa e amalgama a saturação do sentido até um protótipo modelar, para a acomodação e conveniência do mundo europeu, do que seja a imagem do habitante do Novo Mundo. O modelo do habitante do Novo Mundo é apresentado ao leitor e a audiência sob a designação do rótulo que sugere uma intenção preconcebida de estar numa relação real com o fato, conjunção de um ser nomeado com a sua carga indicial. Daí, críticos e editores veem Caliban como uma composição de três ideias: monstro, escravo africano e um índio sem atrativos.

Outros levantam várias conjecturas em relação às características do nome Caliban. A explicação mais conhecida, desde o século XVIII, é que Caliban é um anagrama intencional da palavra “Can[n]ibal”. Como não havia uma preocupação em classificar e transcrever a língua oral dos povos naturais do Novo Mundo, é possível que quando Shakespeare pensou em um escravo selvagem e deformado, tenha desejado conotar a sua intenção no nome. Dessa forma as consoantes “l”, “n” e “r” são virtualmente trocadas: “Calib” > “Carib” > “Cannibal” > “Caliban”²⁴. Há também a tentativa de explicar a origem da palavra Caliban a partir de histórias dos nativos contadas a Colombo, após a descoberta da América, de que algumas tribos indígenas eram “canibais”. Mais tarde outros índios referiram-se a essas tribos como “Canibs” e estas eram conhecidas como apreciadoras de carne humana.

A significação da palavra Canibal na Europa, nos tempos de Colombo, parece que era bem evidente. Significava o homem que come carne humana e as criaturas semi-humanas

²⁴ “Como se sabe, “Caliban” é anagrama de “Canibal”- um antropógrafo. “Canibal” deriva-se de “Caribe” que, por sua vez, vem de “Caraíba”. Os caraiabas foram os habitantes da região que se opuseram á colonização europeia, estigmatizados, por isso, como bárbaros. Shakespeare, ao se apropriar do ensaio “ Dos Canibais”, de Montaigne, de 1580 (traduzido para o inglês em 1603), distorceu sua fonte iluminista, Montaigne afirmava nesse texto que, “nada há de bárbaro nem de selvagem nessas nações [...] o que sucede é que cada um chama barbárie o que é estranho a seus costumes”. (Montaigne, Michel de, 1533-1592; Florio, John, 1553?-1625; Saintsbury, George, 1845-1933).

com forte apetite para a antropofagia. Podendo sugerir, ainda, selvagem de moral degradada, de desprezível origem americana. Outro dado presente na obra shakespeariana em publicações feitas antes de 1611 é que o dramaturgo já se havia referido aos canibais como homens comedores de carne humana: “hungry cannibals”, “bloody cannibals” (em *Henrique VI*, I. IV. 153; V.V. 60); “cannibals that each [other] eat/ the Antropophagi” (em *Otelo*, V.V. 60 I.III.143-4) e “he had been cannibaly given, he might have boiled and eaten him too” (em *Coriolano*, IV.V.193-94). A questão que se pode levantar aqui é a seguinte: teria Shakespeare escolhido, intencionalmente, um anagrama da palavra “canibal” para nomear um personagem que não pratica o que seu nome diz?

O reverendo Richard Tarner escreveu em 1778, em suas anotações sobre o personagem Caliban, que o anagrama de Caliban para canibal é evidente. Mais tarde, em 1821, Edmond Malone reafirma a etimologia da palavra Caliban calcada na metátese de canibal. Desde então a derivação do nome Caliban como uma metátese de canibal tem sido largamente aceita. Para muitos críticos o corolário, presente no nome Caliban, demonstra que a trama foi baseada nas histórias contadas pelos viajantes sobre o homem americano recém-descoberto e que serviu de inspiração para a referida obra. Embora não seja conclusiva, há uma ligação de Shakespeare com a antropofagia.

2.3.3. Caliban e a sujeição do corpo

Em *Microfísica do Poder* (1979), Foucault faz algumas recomendações ao leitor que pretende estudar o poder e seus efeitos. Uma das precauções recomendadas por Foucault gira em torno das intenções do poder, que consistem em:

A face externa do poder, onde ele se relaciona direta e imediatamente com aquilo que podemos chamar provisoriamente de seu objeto, seu alvo ou campo de aplicação, quer dizer, onde ele se implanta e produz efeitos reais. [...] Convém perguntar como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos; [...] Saber como foram constituídos, pouco a pouco, progressivamente, realmente e materialmente os súditos, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das matérias dos desejos, dos pensamentos. Captar a instância material da sujeição enquanto constituição dos sujeitos. (FOUCAULT, 1979, p. 182).

Seguindo a recomendação de Foucault, vale dizer que Próspero elege Caliban como o objeto a ser eliminado da convivência social da ilha através de algumas formas de linguagem que, não só orientam o sentido na formação da identidade do outro, como também conduzem

às estruturas comunicativas mais gerais que evidenciam um contexto autônomo de leis. Este é único e funda uma nova identidade coletiva calcada na ambientação ideológica que nega a natureza humana dos naturais do Novo Mundo e que está ancorado no espelhamento do duplo caráter da mercadoria. Esta, que se encontra assentada em seu valor de troca, guia o mercado dos signos (os significantes) e por sua vez o valor de uso, guia o controle dos significados em sua ambigüidade na relação de ambivalência.

Portanto, é na ambigüidade da forma (mercadoria) VU/VT, combinada pela tradução homóloga da forma (signo) significante/significado, que Próspero buscará inspiração para os três tempos de uma cilada a ser aplicada contra Caliban. Assim, Caliban é apresentado a audiência e ao leitor na condição social de escravo. Diz Próspero à sua filha, Miranda: “We’ll visit Caliban, my slave, who never yields us kind answer” (SHAKESPEARE, 1994, p. 29)²⁵. Nessa passagem também a audiência e o leitor tomam consciência de que os sentimentos de Miranda em relação a Caliban não são os melhores: “Tis a villain, sir./I do not love to look on” (ibid., p.29).²⁶

Mas Próspero, ciente do quanto Caliban é útil para a conclusão de suas intenções e de seus interesses, explica para Miranda que o controle sobre Caliban (agora feito escravo), representa muita vantagem e lucro para ambos. Assim, o preenchimento do vazio, ou da ausência de corpos para a sujeição e resolução do trabalho pesado, é sustentado pela atividade escrava de Caliban. Ele representa a reduplicação do modo feudal de vida numa variante em que a estrutura de mundo retrocede à degradação escrava. Isso quer dizer que o modo de Próspero governar subjaz, calcada em outro modo de produção anterior ao presente de sua época, mas que para a efetiva sobrevivência do álibi da expropriação, naturaliza-se, funde-se em justificativas ideológicas. Desse modo é que Próspero sinaliza para Miranda, para o leitor e para a audiência que é diante do sucesso de tal operação que seu conforto está garantido com o trabalho e a força física do outro e que ele, Próspero, não pode perdê-lo:

Prospero: But, as ‘tis/ We can not miss him. He does make our fire, /Fetch in our wood, and serves in offices/That profit us. What ho! Slave! Caliban! Thou earth

²⁵ “Vamos falar com Caliban, meu escravo que nunca nos responde com palavras amáveis.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 45.

²⁶ “É um vilão, que não me agrada ver, senhor.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 45.

thou, speak! Caliban: There's wood enough within. (SHAKESPEARE, 1994, p. 29)²⁷

Curiosamente a entrada de Caliban em cena corresponde à realização do último tempo da cilada, isto é, Próspero já enrolou de forma tal que logrou sucesso em sua trapaça, já o induziu ao erro, tendo o erro chegado em seu termo. Próspero o explora tirando vantagem e colocando-o à sua mercê como um adversário desarmado “ I must eat my dinner./This island's mine, by Sycorax my mother,which thou tak'st from me. When thou cam'st first, thou srtok'dst me, and made much of me, wouldst give me [...] For I am all the subject that you have/ Which fist was my own king; and here you sty me/ In this hard rock, whiles you do keep from me/ The rest o'th' island.”²⁸ (SHAKESPEARE, 1994, p. 31).

Em *A lógica dos possíveis narrativos* (1976), Claude Bremond esquematiza as fases da cilada e confronta o erro cometido contra a ocasião a aproveitar. Esse esquema aplica-se com propriedade e clareza à natureza do texto shakespeariano produzido em *A tempestade*. Tanto o leitor, quanto a audiência podem perceber a ansiedade e precisão matemática com que Próspero aproveita e explora o “prejuízo infligido” a Caliban. É dessa forma que o discurso autoritário, com a sua característica de não pertencimento, vai construindo a expropriação da terra, a substituição da língua, e a sujeição do corpo ao trabalho escravo conforme a passagem citada acima.

²⁷ “Prospero: Ainda assim, não podemos dispensá-lo. Ele nos acende o fogo/ Providencia lenha e nos presta serviços proveitosos/ E-hê, escravo! Caliban! Fala, ó lasca de barro! Caliban: Há bastante lenha aqui dentro.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 45.

²⁸ “É hora de comer o meu jantar. Esta ilha é minha, porque foi de Sycorax, minha mãe. E tu a tomaste de mim./Quando chegaste, tu me fazias afagos e gostavas de mim [...] Porque eu, que sou teu único súdito, era antes meu próprio rei. E aqui me aprisionaste neste rochedo, enquanto te apossas do resto da ilha.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p.45-47.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DE A *TEMPESTADE*

O texto trabalha para construir a vítima e naturalizar as ações do colonizador/agressor através de todo um programa de degradação que segue mais ou menos esses passos: Caliban é apresentado à audiência e ao leitor como escravo; este é descrito sob uma aparência desumana (sob o significante da redução, do recalque e do aniquilamento) retificada pelo estigma da degeneração física. Ele também vem de um mito em que sua origem é prejudicada – Próspero o descreve nascido de atributos e parentescos satânicos. Reduplicando a descontinuidade do ser recalçado por rasgos e clarões de histórias do não ser, alargando o maniqueísmo do mito de origem.

Próspero, enquanto sujeito da cognição, dissimula o que ele realmente é e simula intenções pacíficas diante de Caliban, quando da sua chegada à ilha, seduzindo-o, agradando-o, adulando-o, enfim, ganhando a confiança do outro, que morde a isca feito um peixe. Aquele, em suas ações investidas de uma tecnologia intelectual – a língua escrita e a linguagem articulada – engendra a noção de erro, o qual Caliban é tentado a cometer e com essa operação a imputação da culpa, tendo como consequência o motivo, que endossa a visão do castigo, da utilidade centrada nas relações hierárquicas de quem pode ordenar e quem deve obedecer. A anulação do conteúdo referencial e sua substituição ideológica, massacrando as razões do sistema e, por conseguinte, fertilizando o terreno para por em prática o instrumental de substituição de uma língua por outra, já que não se troca uma mercadoria por outra igual, a troca reside justamente no valor de uso marcado pela diferença.

O passo um, que coincide mais ou menos com o terceiro tempo da cilada, hora em que Caliban aparece no palco, corresponde à explicitação da condição social de Caliban, enquanto escravo de Próspero, como testemunha da passagem citada. Esta condição é ratificada por outras passagens que denunciam o que Próspero obrigou Caliban a ser, isto é: “He, that Caliban /whom now I keep in service”/ “What, ho! Slave! Caliban,”/ “poisonous slave”/ “most lyng slave”, que é corroborado pela repreensão de Miranda: “ Abhorred slave [...] But vile race [...] Had that in’t which good natures [...] Therefore was thou/ Deservedly, confined into this rock, who hadst/Deserved more than a prison. ”²⁹(SHAKESPEARE, 1994, p. 29-33).

²⁹ “Próspero: Sim, esse Caliban que agora tenho a meu serviço[...] E-hê, escravo! Caliban![...] Miranda: Escravo repugnante [...] Mas, teu caráter infame era intolerável. Por isso, foste merecidamente confinado neste rochedo. Tu merecias mais que uma prisão.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p.47.

Reafirmado pelo lamento doloroso de Caliban, que se queixa aos recém-naufragados aportados naquela ilha, Estefano e Trínculo, sobre “the tyrant that i serve!” (ibid., p.67)³⁰, reclama Caliban. Mais importante, na interpretação de Vaughan é que Próspero o trata como escravo por toda a peça, dando-lhe ordens e punindo sua indolência: “If thou neglect’st, or dost unwillingly” (ibid., p.33)³¹. A escravidão de Caliban começa antes do início da peça e dura um pouco depois da última cena, quando ele irá reaver sua liberdade e sua ilha (cf. VAUGHAN, 1991, p.9).

O passo dois retrata o processo de desumanização a que o personagem é submetido para justificar o progresso humano da civilização europeia sobre uma pretensa indolência e inferioridade dos naturais do Novo Mundo, o que leva a atribuir ao personagem ideias e traços co-extensivos a espécies reais ou imaginárias com toda a afetação que se permite e que se aplique à mente. Quando se transforma o real em objeto, em coisa, em algo desfrutável em que domina a onipotência do poder, ancorado no território livre do discurso autoritário, inscrito na materialidade das palavras, ou melhor, dos adjetivos com que Próspero e os outros personagens da construção narrativa se referem a Caliban: “Come, thou tortoise/Thou carth”, “hag-born”, “Hag-seed”, “shrug’st thou malice?”, “Beast”, “filth”, “minishapen kive”, “a bastard one”, “thing of darkness”³².

Próspero insiste no valor do insulto, na repreensão e na negação, estendendo o controle do sentido das palavras, dissolvidas feito ácido no corpo de Caliban, como uma imagem bem agressiva que promove a degradação física da personagem que representa, para Próspero, a diferença de Caliban para com os homens que possuem maneiras e educação europeia. A degradação é reforçada por essa afirmação de Próspero: “He is disproportioned on his manners/ as in his shape” (SHAKESPEARE, 1994, p. 131)³³.

A semelhança co-extensiva que pinta Caliban com atributos coisificados, portanto desumanizados, também é encontrada nas falas cáusticas de Miranda, quando o referente é Caliban: “Tis a villain, sir/ which any print of goodness eilt not take/ Being capable of all ill!”

³⁰ “Caliban para Estefano e Trínculo: O tirano a quem sirvo!” Tradução de CARNEIRO, 1991, p.91.

³¹ “Se não fizeres o que mando, hei de atormentas-te com câimbras de velho e torturar teus ossos.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p.49.

³² “Vem tartaruga/lasca de barro/bicho parido/cria de feiticeira/coisa ruim/traste disforme/uma cria bastarda/filho das trevas/coisa estranha.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p.45-47-48.

³³ “Próspero: Ele é tão disforme nas feições como nos hábitos.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p.154.

(ibid., p. 32)³⁴. Ou com a função de promover o riso, mas sempre analisando o outro, negando a sua humanidade, é o que ocorre no episódio em que Trínculo e Estefano vêem Caliban. “Trínculo: What have we here? A man or a fish? [...] A fish: he smells like a fish; a very ancient and fishlike smell; a kind of not-of-the-newest poor John. A strange fish” (ibid., p.62)³⁵.

Embora Trínculo, diante da ilusão criada ao deparar-se com o habitante da ilha, perceba que Caliban é uma criatura humana, “Legg’d like a man! and his fins like arms! [...] this is no fish, but an islander” (ibid., p. 62-63)³⁶, e não um animal aquático, volta com as imagens de monstro, classificação degradada que tanto Próspero, quanto os naufragos, aplicam a Caliban na tessitura ilusionista da narrativa de William Shakespeare, através dos adjetivos do deboche, que recheiam o texto: “ignorant monster [...] debosh’d fish [...] half a fish and half a monster?” (ibid., p. 79)³⁷. A descrição degradada de Caliban como um animal da água não é especificada apenas por Trínculo. Quase no final da peça Antônio também chama Caliban de “a plain fish”, num comentário entre ele e Sebastião. Quando este coloca os olhos sobre Caliban, imediatamente surge a pergunta e a cobiça do que se pode ganhar vendendo na feira aquela coisa: “Sebastian: Ha, ha! What things are these, my lord Antonio?/Will money buy’em? Antonio: Very like. One of them/ Is a plain fish, and no doubt marketable.” (SHAKESPEARE, 1994, p. 152).³⁸

O aprofundamento da negação no jogo da diferença do corpo em cena não aparece somente nas imagens da água, mas surge também de forma contígua e frequente, ampliada por imagens em que o rótulo “monstro” traz várias significações, especialmente nas falas de Trínculo e Estefano.

À primeira vista, Trínculo o descreve como monstro para designar coisa estranha diferente: “were in England now”, diz Trínculo, “there would this monster make a man./ Any

³⁴ “Miranda: Esta coisa é um vilão senhor./que não guarda vestígio de bondade, sendo capaz de todas as abominações.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 45-46.

³⁵ “Trínculo: O quê é isto?/Um homem ou um peixe[...] Um peixe! Ele fede como um peixe; um inconfundível fedor de peixe velho; parece bacalhau estragado. Que peixe espantoso.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p.83.

³⁶ “Tem pernas feito gente, e as barbatanas parecem braços/não é um peixe, mas um habitante da ilha.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 83.

³⁷ “Trínculo: monstro ignorante/peixe debochado/cruza de peixe com monstro.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p.101.

³⁸ “Sebastião: Há há! Que figuras são essas meu caro Antônio? Será que se pode compra-los? Antônio: È bem provável./Um deles é um peixe legítimo. Portanto serve para vender na feira.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p.153.

strange beast there makes a man” (ibid., p. 62)³⁹. Imediatamente, isso faz Trínculo pensar que poderia ficar rico com aquele exemplar da espécie. É de se admirar que isso apareça, em um registro exemplar de Shakespeare, enquanto a igreja falava na conversão dos pagãos, o hábito de empalhar os índios para exibi-los na feira, como registrado na fala de Trínculo: “When they will not give a doit to a lame beggar,/ they will lay out ten to see a dead indian” (ibid., p.62)⁴⁰. O que prova, também, o quanto a ordem feudal estava decadente naqueles tempos e dava lugar a formação do capitalismo emergente.

Estefano também refere-se a Caliban como um monstro de quatro pernas, que fala a língua dele e que poderia render um bom dinheiro em Nápoles: “Stephano: This is some monster of the isle [...] Where the devil should he learn our language? [...] If I can recover him, and keep him tame, [...]He shall pay for him that was him, and that soundly.” (ibid., p.64).⁴¹ Nessa visão obscura de coisificação do outro, Estefano acaba chamando Caliban de “cat”: “Stephano: Come on to our ways. Open your mouth./ Here is that which will give language to you, cat” (ibid., p.65)⁴².

Tendo em mente dominar o outro para o seu próprio proveito, Estefano experimenta adular o nativo: “Four legs and two voices a most delicate monster” (ibid., p.64).⁴³ A expressão “delicate monster” sugere a função fática do engodo, do gracejo e a ilusão do golpe para adquirir a confiança e realizar as suas intenções ilusionistas junto ao morador da ilha. Mesmo assim, Estefano trata Caliban como uma espécie amorfa, sugerindo certa estupidez, chamando-o de “moon-calf”. A palavra “monster” aparece outras vezes no texto em tom pejorativo, anexado a determinados adjetivos que expressam rebaixamento: “shallow”, “wet”, “credulous”, “most perfidious and drunken monster”, “puppy-headed monster”, “scurvy-monster”, “abominable monster”, “a most ridiculous monster”, “howling monster”, “lost monster”. São todos esses predicados, na visão de Trínculo, apresentados no texto em relação à Caliban.

³⁹ “Trínculo: Se estivesse na Inglaterra, como antes/Por lá este monstro faria um homem ficar rico./Lá, qualquer bicho raro enriquece o dono.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 83.

⁴⁰ “Trínculo: Eles não dão um tostão para ajudar um mendigo troncho, mas dão dez para ver um índio empalhado.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 83.

⁴¹ “Estefano Isto é algum monstro da ilha/Mas diabos onde aprendeu a nossa língua./Se eu puder curar o monstro, domesticá-lo./quem comprar há de pagar um bom dinheiro.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 85.

⁴² “Estefano: Reanima-te Abre a boca (dá de beber a Caliban)/Isto vai te fazer falar igual gato, a fala meu bichinho.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 87.

⁴³ “Estefano: quatro pernas e duas vozes/é um primor de monstro.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 87.

Quando “monster” inscreve-se no texto de forma aparentemente positiva, a palavra vem acompanhada de um modificador ambíguo, que mais denota deboche e sarcasmo, do que uma afirmação elogiosa e favorável em relação ao outro. Veja essa passagem em que Caliban, Estefano e Trínculo são levados perante Próspero, depois da tentativa fracassada de Caliban em reaver a sua ilha: “Stephano: Every man shift for all the rest,/ And let no man take care for himself, for all is but fortune./ Coraggio, bully-monster, coraggio!” (SHAKESPEARE, 1994, p. 128).⁴⁴ Ou as palavras pronunciadas por Estefano enquanto Caliban mostra para ele e Trínculo o caminho que leva à gruta de Próspero: “Stephano: O brave monster! Lead the way” (ibid., p.69).⁴⁵ Ou no sentido inespecífico e grotesco com que Alonso define Caliban: “This is a strange thing as e’er I looked on” (ibid., p.131).⁴⁶ Muitas vezes tal aparência vem reforçada pela falta de caráter sugerida por Próspero: “Thou earth” (ibid., p. 29)⁴⁷, “this thing of darkness” (ibid., p.130).⁴⁸

No jogo das similaridades e das dessemelhanças a apropriação da linguagem enfocada na obra engloba a forma social, ilusão de sujeito, interpelação feita pela ideologia habitada pelo imaginário europeu, que por sua vez se assenta na origem de Caliban. O terceiro passo da cilada, em rasgos de lembranças e cenários pré-existentes, aponta para uma exterioridade e condições de produção em que a materialidade, antes da ação do trabalho, é diferente do que é conhecido hoje pela luta de classes e revela no texto/documento a historicidade própria do sistema, veículo de inscrição que narra um modo de passagem do estado selvagem para a história civil da humanidade. Por diversas vezes, Próspero conta para a audiência que a mãe de Caliban, Sycorax, era uma bruxa algeriana e seu pai um demônio, revelação feita muito antes da entrada de Caliban no palco, numa conversa entre Próspero e Ariel em que este último reivindica sua liberdade:

Prospero: Dost thou forget/From what a torment I did free thee?/ Ariel: No./ Prospero: Thou dost; and think’st it much to/ tread he ooze/ Of the salt deep,/ To run upon the sharp wind of the north,/ To do me business in the veins o’th’earth/ When it is baked with frost./ Ariel: I do not, sir./ Prospero: Thou liest, malignant thing! Has thou forgot/ The foul witch Sycorax, who with age and envy/ Was grown into a hoop? Has thou forgot her?/ Ariel: No, sir./ Prospero: Thou hast. Where was she born? Speak!/ Tell me!/ Ariel: Sir, in Argier./ Prospero: O, was she so! I must/ Once in a month recount/ what thou hast been,/ Which thou forget’st. This/ damned witch

⁴⁴ “Estefano: Que cada um cuide dos outros, sem pensar em si mesmo./ Porque está tudo nas mãos do destino./Coragem, meu amado monstro. Coragem!” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 153.

⁴⁵ “Estefano: Oh! Monstro admirável! Mostra o caminho.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 90.

⁴⁶ “Alonso: (indicando Caliban). Esta é a coisa mais estranha que já vi.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 156.

⁴⁷ “Próspero: ó lasca de barro!” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 45.

⁴⁸ “Prospero:Este filho das trevas.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 155.

Sycorax,/ For mischiefs manifold, and sorceries terrible/ To enter human hearing,
from/ Argier, Thou know'st was banished./ For one thing she did/ They would not
take her/ life. Is not this true?/ Ariel: Ay, sir./ Prospero: This blue-eyed hag was
hither brought/ with child, And here was left by th' sailors./Thou, my slave, As thou
report'st/ thyself, was then her servant./ And for thou wast a spirit too delicate/ To
act her earthy and abhorred commands,/ Refusing her grand hests, she did/ confine
thee, By help of her more potent ministers,/ And in her most unmitigable rage,/ into
a cloven pine; within which rift/ Imprison'd thou didst painfully remain/ A dozen
years; within which space she died,/And left thee there; where thou didst vent thy
groans/ As fast as mill-wheels strike. Then was this island-Save for the son that she
did litter here,/ A freckled whelp hag-born – not honour'd with/ A human shape.
(SHAKESPEARE, 1994, p.26-28)⁴⁹

Assim é que o processo de constituição do sujeito vem amarrado à lógica do duplo apagamento do discurso, empreendido por toda a força de realização que a palavra desterritorialização compreende: primeiro o encobrimento da relação de dominação política e segundo o esquecimento do movimento do pensamento que analisa a dominação política. Esse processo é bem claro na obra estudada, pois Próspero inscreve o nascimento de Caliban na filiação do demoníaco e do grotesco: “Thou poisonous slave, got by the devil himself/ upon thy wicked dam, come forth!” (ibid., p. 30)⁵⁰ e ainda: “A devil, a born devil, on whose nature/ Nurture can never stick; on whom pains, / Humanly taken, all, all lost, quite lost;/ And as with age his body uglier grows,/ So his mind cankers. I will plague them all, / Even to roaring”. (ibid., p. 106-107).⁵¹

Nesse confronto social e histórico o, texto em sua forma caleidoscópica, ajeita o conteúdo, atestando uma natureza material do ser produzido pelo controle do sentido que se origina de uma fórmula, em que o mito tem a função psicológica e social da acomodação,

⁴⁹ “Prospero: Já te esqueceste de que tormento te libertei?/ Ariel: Não/ Prospero: esqueceste, sim. Consideras fatigante percorrer o lodo das profundezas do mar, correr no vento gelado do norte, fazer-me serviços nas veias da terra calcinada pelo gelo./ Ariel: Não, senhor./ Próspero: Estás mentindo, coisa maligna. Já esqueceste a asquerosa feiticeira Sycorax, que, de tão velha e tão malvada, era encurvada feito um arco?/ Ariel: Não, senhor./ Próspero: Esqueceste, sim. Onde foi que ela nasceu? Anda, fala./ Ariel: Em Argel, senhor./ Próspero: Ah, foi mesmo? A cada mês preciso recordar-te o que foste, já que te esqueces. Esta maldita feiticeira Sycorax, por seus mil malefícios e feitiços, que enchem de horror os ouvidos humanos, foi banida de Argel, como bem sabes. E não lhe tiraram a vida por uma única razão. Não é verdade?/ Ariel: Sim, senhor./ Próspero: Como estava grávida, trouxeram essa bruxa de olhos fundos para cá, e aqui os marinheiros a deixaram. Na ocasião, segundo me contaste, meu escravo, tu eras servo dela. E como eras um espírito excessivamente delicado para executar suas ordens baixas e abomináveis, e recusaste os seus preceitos arrogantes, ela, com o auxílio de ministros mais poderosos, confinou-te num pinheiro fendido. Assim aprisionado nesta fenda, permaneceste doze dolorosos anos. Nesse meio tempo, ela morreu, deixando-te lá, gemendo feito roda de moinho. Até essa época, esta ilha não abrigara qualquer forma humana – a não ser o filho que nasceu dela, um bicho sardento, parido de bruxa.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 41-43.

⁵⁰ “Próspero (chama Caliban) : Escravo peçonhento, que o diabo empessoa gerou no ventre de sua perversa mãe, vem cá!” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 45.

⁵¹ “Próspero: Um demônio, um demônio de nascença. Fiz tantos esforços para educa-lo. Para quê? Para nada. Em sua natureza não se imprime nada. Seu corpo, a cada dia, é mais disforme, e o caráter se corrompe cada vez mais. Hei de atormentá-los, todos, até rugirem de dor.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 131.

materialidade que se inscreve na palavra autoritária do outro, o não eu, regulada pelo texto disperso e não transparente do abuso discursivo que reitera estereótipos disfarçados. Não é à toa que em *A tempestade* Próspero tem 653 linhas dedicadas a ele e Caliban 177. De acordo com Marvin Spevack, o volume de palavras no texto vem assim distribuído para cada personagem: “Próspero 29,30%, Caliban 8,393%, Estefano 8,137%, Ariel 7,888%, Gonçalo 7,221%, Miranda 6,242%, Antônio 6,167%, Fernando 6,098% e Trínculo 5,088%. (SPEVACK *apud* VAUGHAN, 1991, p.7).

O passo que relata, no texto, o movimento de dissimulação de Próspero com a intenção de enganar o outro, através de signos que impermeabilizam as relações interindividuais, produziu o que Foucault chamou de “teia de ilusão”. Os sentidos são ludibriados por uma realidade enganosa e dissimulada, que gera uma “aparência-acreditada” que a vítima confiou como verdadeira; Caliban denuncia:

I must eat my dinner/ This island is mine, by Sycorax my mother, Which thou tak'st from me. When thou cam'st first, Thou strok'dst me, and made much of me, wouldst give me/ Water with berries in't and teach me how/ To name the bigger light, and how the less./ That burn by day and night. And then I loved the./ And showed thee all the qualities, o'th'isle/ The fresh Springs, brine-pits, barren place and fertile./ Cursed be I that did so! All the charms/ Of Sycorax – toad, beetles, bats light On you!/ For I am all the subjects that you have,/ which first was mine own king; and here you sty me/ In this hard rock, whiles you do keep from me/ The rest o'th'island (SHAKESPEARE, 1994, p. 31).⁵²

É visível o jogo permutativo que modela, produz e se aloja em mecanismos de espera. Ele se instala no poder através da clausura do saber e da dominação pela prática cognitiva, cujo produto é o conhecimento que se faz verbo-ação, fórmula do pré-sentido, relação antediluviana que “abarca a totalidade concreta do pensamento” (IANNI, 1979, p. 63). Neste sentido, o saber, dissolvido na elaboração da percepção e representação dos conceitos, traz uma categoria da atividade anterior que pressupõe que “toda força produtiva é uma força adquirida” (*ibid.*, p. 85), base de toda a história humana. Assim é que a mercadoria aparece como ela não é, coisificada, como se tivesse propriedades exclusivas independentes do produto e das relações de produção.

⁵² “Caliban: É hora de comer o meu jantar. Esta ilha é minha, porque foi de Sycorax, minha mãe. E tu a tomaste de mim. Quando chegaste, tu me fazias afagos e gostavas de mim./ Tu me deste água com frutas e me ensinaste o nome da luz maior, que ilumina o dia, e da luz menor, que ilumina a noite. E então gostei de te e mostrei todas as virtudes da ilha: as fontes de água doce, os poços salgados, as terras férteis e as terras áridas. Que eu seja maldito por ter feito assim! Que todos os feitiços de Sycorax, sapos, besouros e morcegos se abatam sobre ti! Porque eu, que sou teu único súdito, era antes meu próprio rei. E aqui me aprisionaste neste rochedo, enquanto te apossas do resto da ilha.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 47.

Dessa forma é que o nível de maturidade e desenvolvimento de Caliban, quando Próspero o encontra, é determinante e, simbolicamente, torna-se presa fácil. Aquele deveria ter doze anos quando este invadiu a ilha, pois como testemunha a narrativa, no diálogo entre Próspero e Ariel, esse último permaneceu preso em um pinheiro por doze anos, por obra e arte dos feitiços de Sycorax, mãe de Caliban. A primeira foi uma bruxa muito má, banida de Argel, cuja vida foi poupada porque estava grávida. Ela foi deixada na ilha pelos marinheiros, indício de que, nesse meio tempo, Caliban nasceu e, provavelmente, Sycorax havia morrido: “Próspero: As fast as millwheels strike./ Then was this island - / save for the son that she did litter here,/ A freckled whelp, hag-born-not/ honored with/ A human shape.” (SHAKESPEARE, 1994, p. 27-28)⁵³.

Portanto, quando Próspero chegou à ilha, encontrou Ariel confinado no pinheiro e Caliban, o único ser humano a habitar aquele lugar, como bem confirma as palavras de Próspero citadas acima. Daí, para a instauração da cilada, seria muito fácil diante da ingenuidade e imaturidade de Caliban. É uma questão de tempo, apenas, para que a trapaça de Próspero faça efeito e a alquimia fermente no interior de suas atividades.

Assim é que alguns episódios se encadeiam uns aos outros até chegar à forma e à orientação do sentido que a narrativa pretende alcançar. Quando Próspero manda Caliban buscar lenha, dizendo que tem mais serviços para ele, na realidade este é o propósito da estrutura narrativa, centrada na trapaça, enviando Caliban para mais uma cilada. Uma coisa está diretamente conectada à outra, como forças contíguas, fios duplicados e sustentadores da narração. Apesar dos protestos de Caliban: “There’s wood enough within” (SHAKESPEARE, 1994, p. 29)⁵⁴. Neste sentido, Próspero comanda Caliban a se deparar diante de outra ilusão, engodo e trapaça que é o seu encontro com os naufragos, dando vazão para que a estrutura textual, elaborada por elementos narrativos, permitam o jogo e as alegorias da trapaça apoiada na credulidade de Caliban e a chacota dos novos intrusos.

Deste modo, Próspero ordena e Caliban obedece, reaparecendo em cena em outra parte da ilha. Sob a tempestade, este amaldiçoa aquele, enquanto Trínculo entra em cena e Caliban toma-o por um espírito enviado por Próspero para torturá-lo. Por sua vez, Trínculo imagina que Caliban seja um peixe: “What have we here? A man or a fish? Dead or alive? A fish: he

⁵³ “Próspero: Rangindo feito roda de moinho./Até essa época, esta ilha não abrigara qualquer forma humana – a não ser o filho que nasceu dela, um bicho sardento, parido de bruxa.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 43.

⁵⁴ “Caliban: Há bastante lenha aqui dentro.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 45.

smells like a fish” (ibid., p. 62)⁵⁵, para logo em seguida concluir que é um habitante da ilha e abrigar-se embaixo de sua gabardine da tempestade que cai: “This is no fish, but an islander/ That has lately suffered by a thunderbolt/ [...] My best way is to creep under his gabardine” (ibid., p. 63)⁵⁶. Do controle do sentido da armação da trapaça, conclui-se, com a chegada de Estefano, que Caliban pensa ser mais um espírito a atormentá-lo e o outro toma-o por um monstro de quatro pernas e se surpreende pelo nativo falar sua língua: “This is some monster of the isle with four legs who was got, a I take it, an ague, Where the devil should he learn our language? I will give him some relief, if it be but for that” (ibid., p. 64).⁵⁷

Curiosamente, embora Estefano acredite que Caliban seja um monstro, o fato de Caliban falar a mesma língua que ele gera outra relação, ambos se entendem. Os elementos narrativos contidos nessa cena propiciam o riso, mas também serve de fecundação das forças produtivas, pois uma instância facilitadora de entendimento e significados já se processou através da ação da interlocução. Assim, afirma Bakhtin, “a língua se realiza através da interação verbal social dos locutores” (BAKHTIN, 1981, p.127). Consequentemente Estefano, estando diante de outro ser que domina o mesmo complexo sonoro que ele, cria uma relação solidária evidenciada por um contexto-social em que os interlocutores têm os sentidos orientados na fundação da identidade comum. Isto é, falam a mesma língua. Daí a decisão de Estefano de “ajudar o monstro”: “Where the devil should he learn our language? I will give him some relief, if it be but for that” (ibid., p.64).

Na realidade, a estratégia narrativa usada pela chegada dos dois novos personagens aprofunda o processo de degradação. Para isso o narrador precisa recriar um estado de tensão e introduzir novas forças de oposição, proporcionando intencionalmente uma atmosfera de ilusões e percepções truncadas com a chegada dos intrusos. Portanto é assim que Caliban entra em contato com os novos estrangeiros, mais uma vez iludido, acreditando tratar-se de deuses.

⁵⁵ “Trinculo: O que é isto? Um homem ou um peixe? Vivo ou morto? É peixe: o fedor é de peixe.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 83.

⁵⁶ “Trinculo: isto não é um peixe: é um habitante da ilha. fulminado agora mesmo por um raio.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 83.

⁵⁷ “Estefano: É algum monstro da ilha. Um monstro de quatro pernas, que provavelmente, pegou uma febre. Mas, diabos, onde aprendeu nossa língua? Ao menos por isso vou socorrê-lo.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 85.

O programa da nova trapaça então recomeça, Caliban valoriza e adora Estefano, como se este fosse o homem da lua. “Has than not dropped from heaven?”(ibid., p.66)⁵⁸, pergunta Caliban a Estefano. Este último imediatamente responde: “Out o’ th’ moon I do assure thee. I was the Man I’ th’ moon when time was”. Inocentemente, Caliban afirma: “I have seen thee in her, and I do adore thee/ my mistress showed me thee, and thy dog, and thy bush” (ibid., p.66-67)⁵⁹. Da mesma forma, Caliban foi generoso com os primeiros invasores de sua ilha, Próspero e Miranda, quando ele afirma lamentando: “When thou cam’st first, [...] I loved thee, And showed thee all the qualities o’th’isle, the fresh springs, brine-pits barren place and fertile” (ibid., p. 31).

Ironicamente Próspero e Miranda recompensam Caliban prendendo-o em uma rocha, escravizando-o e promovendo sua degradação. Quando este tenta novamente ser amigo dos novos estrangeiros que se encontram em sua ilha, o nativo embriaga-se com o vinho que estefano coloca em sua boca: “These be fine things, and if they be not sprites/ that’s a brave god, and bears celestial liquor, I will kneel to him” (ibid., p. 66).⁶⁰ Em sua embriaguez Caliban oferece o mesmo discurso a Trínculo e Estefano que, anteriormente, haviam dedicado a Próspero e a Miranda:

I’ll show thee every fertile inch o’th’island – [...] I’ll show thee the best springs;
I’ll pluck thee berries;/ I’ll fish for thee, and get thee wood enough./ I prithee let me
bring thee where crabs grow./ And I with my long nails will dig thee pig-nuts,/ Show thee a jay’s nest, and instruct thee how/ To snare the nimble marmoset. I’ll bring thee/ To clust’ring filberts, and sometimes I’ll get thee young scamels from the rock” (ibid., p. 67-68).⁶¹

Para Vaughan, a hospitalidade generosa de Caliban, em relação a Trínculo e Estefano é, sem sombra de dúvida:

Primarily for his own advantage, but in part it is also a mark of native generosity toward strangers who initially seem godlike: “Has thou not dropped from heaven? [...] I will kiss thy foot. I prithee my god” (II.ii.131, 143). Once again Caliban is betrayed, for Stephano and Trinculo are no more his real friends than were Prospero and Miranda. All Europeans, from the deposed duke to the drunken butler, are heart imperialists whose only interest in the native is in what he can do for them. They

⁵⁸ “Caliban: Não caíste do céu?” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 89.

⁵⁹ “Estefano: Não. Asseguro que foi da lua. Antigamente, eu era São Jorge.”// Caliban: Eu te vi na lua e te prestei adoração. Minha ama mostrou-te a mim, com teu cavalo e o dragão.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p.89.

⁶⁰ “Caliban (à parte) se não forem espíritos, são belas figuras. Este que traz o licor dos céus é um deus admirável. Vou-me ajoelhar diante dele.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 87.

⁶¹ “Caliban: Vou mostrar-te cada palmo fértil da ilha./Vou mostrar-te as melhores fontes, trazer-te sempre lenha, peixe e frutas./ Deixa-me levar-te ao lugar onde crescem as maçãs, desenterrar castanhas, mostrar o ninho do bem-te-vi e o bosque de avelãs. Vou te ensinar a apanhar sagui e de vez em quando, caçarei gaiotas no rochedo.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 91.

exploit him at every turn; they appropriate his land and his labor; they abuse him verbally and physically. Their principal legacies to Caliban are a language in which to curse and a liquor in which to drown his sorrows. (VAUGHAN, 1991, p. 50)⁶²

No comentário de Vaughan está mais do que expresso o papel que o colonialismo representou na vida dos naturais do Novo Mundo, pois nenhuma palavra amável é dita em relação à Caliban. Ao contrário, ele é chamado de ignorante, ingrato e selvagem, enfim, quando este tenta recuperar a sua ilha, conspirando e encorajando Estefano e Trínculo a agirem contra Próspero, a trama falha, em grande parte, porque os dois europeus provam ser menos astutos que Caliban e, também, porque o nativo não resiste à bebedeira provocada pela embriaguês corruptora do “celestial liquor”, o que torna a conspiração um fiasco. O quinto passo assenta-se no que Barthes chama de estratégia do poder:

O poder está presente nos mais finos mecanismos de intercâmbio social e até mesmo nos impulsos libertadores que tentam contestá-los: chamo discurso de poder, diz Barthes, todo discurso que engendra o erro e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o recebe. (BARTHES, 1978, p.11)

Como já foi dito, Caliban deveria ser um pré-adolescente, com doze anos mais ou menos, quando Próspero invadiu sua ilha e teria vinte e quatro anos quando este provocou a tempestade e os novos estrangeiros chegaram ao seu lar, pois, como relata Próspero em sua regressão temporal, ele comenta para Miranda que: “twelve year since, Miranda, twelve year since thy father was the duke of Milan/ A prince of power” (SHAKESPEARE, 1994, p. 12).⁶³ Juntando esta afirmação de Próspero, com os doze anos em que Ariel ficou preso na fenda do pinheiro, pode ser bem possível que Caliban, no presente texto narrado, esteja com 24 anos, logo, um jovem adulto. Educado longe de seus familiares, fez dele um ser vulnerável e sem maldade em relação ao chamado mundo civilizado e esses são os elementos que simbolizam o jogo tenso de associação da composição da personagem.

E é justamente com essa falta de malícia que a magia de Próspero trabalha, com uma virtualidade de um fim a atingir e é, por essa razão, que a conduta de Caliban está sempre

⁶² Tradução nossa: “Primariamente para sua própria vantagem, mas em parte também é uma marca de generosidade nativa em relação a estranhos que inicialmente parecem divina: "Será que tu não caíu do céu? [...] Eu vou beijar o teu pé. I pritheo meu deus "(II.ii.131, 143). Mais uma vez Caliban é traído, por Stephano e Trínculo que não são seus verdadeiros amigos tanto quanto não o foram Prospero e Miranda. Todos os europeus, desde o duque deposto com o mordomo bêbedo, são imperialistas de coração cujo único interesse pelo nativo é no que ele pode fazer por eles. Eles exploram-no em cada turno; se apropriam de sua terra e seu trabalho; abusam dele verbalmente e fisicamente. Seus principais legados para Caliban são uma língua para praguejar e um licor para afogar as mágoas.

⁶³ Próspero: Há doze anos, Miranda, há doze anos teu pai era um príncipe poderoso. Era o duque de Milão. (IBIDEM:p.27)

sendo atualizada na narrativa. Uma vez que Próspero sabe que Caliban é um agente dotado de iniciativa, de interesse próprio e que é o verdadeiro dono da ilha, transforma-o em seu adversário e, em seu projeto de exploração, Próspero passa para o segundo tempo da cilada, isto é, a exposição de Caliban ao erro.

Caliban tem a ilusão de que pode violar a honra de Miranda impunemente. Por que Caliban pensa desse jeito? Obviamente porque ele foi educado para pensar assim: observe o que diz Claude Bremond sobre esse erro:

Pode-se caracterizar o processo de erro como uma tarefa cumprida ao contrário: induzindo ao erro, o agente põe em ação os meios que são precisos para atingir o resultado apostado a seu objetivo, ou para destruir as vantagens que quer conservar. [...] O narrador pode apresentar estas regras como impessoais, derivando da simples “natureza das coisas”. [...] A narrativa pode igualmente fazer disso interdições que emanam da vontade de um legislador. Trata-se então de cláusulas restritivas introduzidas por um aliado obrigante no tratado que estabelece como o reconhecido. Este é engajado a observá-los para se beneficiar de um serviço (permanecer no paraíso terrestre). A transgressão da regra traz prejuízo ao aliado “credor” e é este dano que pede, eventualmente, a intervenção de um retribuidor que sanciona a traição do pacto (BREMOND *apud* BARTHES, 1976, p. 128).

A primeira reflexão em relação à indução ao erro, apresentada por Bremond, aplica-se com propriedade à situação de Caliban, que foi educado por Próspero. Mas isto ocorreu enquanto Caliban era uma criança. Acontece que as pessoas crescem e com Caliban não foi diferente. Tal situação pode ter gerado uma ameaça para Próspero. Ocorre, ainda, que Próspero tem objetivos pessoais diferentes dos de Caliban, aquele quer o seu ducado de volta, este quer a sua ilha. Entretanto os meios disponíveis são uma única e exclusiva mercadoria, a filha de Próspero, Miranda. Assim é que a atitude dos dois personagens orienta-se na utilização do mesmo meio. Para ter de volta aquilo que lhes foi usurpado em um passado recente: o ducado de Próspero e a ilha de Caliban.

Próspero sabe que, casando a sua filha com o filho do Rei Alonso, terá o ducado de volta. Por isso mesmo, como um expatriado, e agora legislador e usurpador daquela ilha, o sentido das interdições precisa ser bem controlado por ele, de perto. Ao orientar o sentido das palavras nessa direção é que Próspero guarda sua filha como se fosse uma joia rara, um tesouro real, visto que na ideologia da ordem feudal somente o pai pode dar a filha a outro homem para casar-se.

Paralelamente a isso, como atua Caliban na narrativa? Caliban sabe que Miranda é filha de Próspero; tanto ele, quanto Miranda foram educados por este no isolamento da ilha. Assim é que Próspero, apoiado no comentário, gaba-se orgulhosamente de ter dado educação

esmerada a Miranda: “Have I, thy Schoolmaster, made thee more profit/ Than other princess’ can, that have more time / For vainer hours, and tutors not so careful” (SHAKESPEARE, 1994, p.20).⁶⁴ Por outro lado, Próspero acredita que o mesmo não ocorre com Caliban: “a born devil, on whose nature/ nurture can never stick” (ibid., p. 106).⁶⁵ O que não deixa de ser uma avaliação equivocada por parte de Próspero, porque Caliban age e pensa a partir das ações modeladas e especuladas, encenadas por aquele, uma vez que o caráter mimético do ser humano, especialmente na política, é notado desde as exposições de Platão.

Pela imitação, sucessivas gerações têm sugerido o modelo de governantes, estrelas de cinema, esportistas e religiosos. O exemplo tem definido o rumo das coletividades em geral. Dessa forma é que a audiência pode perceber que as réplicas de Caliban são contiguamente reguladas por comentários de protestos, contra o engodo de Próspero.

Contraditoriamente, Caliban atua a partir do princípio da sinceridade, não conhece as artimanhas sofríveis do poder, encobertas pela fixidez do discurso autoritário e diante do nascer do confronto dos sentidos. A terceira possibilidade é a recuperação, pelo menos em meio aos fragmentos ideológicos, da linguagem do objeto da reflexão. É a possibilidade do discurso polêmico, tendo como pressuposto básico as palavras realizadas no interesse de cada um (Próspero X Caliban), o qual traz à tona todo o processo de esmagamento do outro, fecundado não só pelo processo sumário de aprisionamento do outro num escasso lugar que remete a simples e pura exclusão do convívio humano, como também reflete que o dominador não exclui o dominado como tal. Pelo contrário, devora-o, deglute-o, incorporando-o como tal, ao discurso e à justificativa. Neste sentido diz Benveniste nas citações de Enni Pucinelli Orlandi: “A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental [...], essa polaridade não significa igualdade nem simetria: ego tem sempre uma posição de transcendência quanto a tu: apesar disso nenhum dos termos se concebe sem o outro.” (BENVENISTE, *apud* ORLANDI, 1996, p.45).

Essa equação comprova-se, perfeitamente, nas cenas do primeiro ato de *A tempestade*, quando Caliban é tomado como sujeito de referência. No momento em que Próspero convida Miranda para falar com Caliban, seu escravo, e declara este que nunca o atende com palavras

⁶⁴ “Próspero: Como teu mestre pude fazer com que progredisse mais que outras princesas, que encontram mais tempo para futilidades, de professores menos cuidadosos.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 35.

⁶⁵ “Próspero: Um demônio de nascença. Fiz tantos esforços para educá-lo. Para quê? Para nada. Em sua natureza não se imprime nada.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 131.

amáveis, proporcionando à audiência, num dado parâmetro, condições de conceber juízo sobre a polêmica que existe entre Próspero e Caliban. As marcas linguísticas dessa passagem denotam, claramente, que “onde está à linguagem está à ideologia, polarizada pelas formas do texto [...] justamente opondo-se ao discurso, na estreiteza do discurso autoritário”. (ORLANDI, 1996, p. 46-49)

Essa é a marca registrada na reação de Caliban, que responde de dentro do rochedo em que se encontra aprisionado: “There’s wood enough within”. No confronto de interesses posto em cheque, Próspero parece dizer que ele não veio informar ou dar um recado ao outro, mas ordenar, ou como afirma Enni Orlandi: “dizer não é apenas informar, nem comunicar, nem inculcar, é também reconhecer pelo afrontamento ideológico” (ORLANDI, 1996, p. 34).

Todo o programa autoritário de Próspero parece ao leitor e à audiência centrar-se na produção de sucessivos impedimentos hierárquicos, em que o esmagamento e a anulação da vontade do outro é a tônica. Próspero diz: “Come Forth, I say! There’s other business for thee. Come, Thou tortoise! When?”.(SHAKESPEARE, 1994, p.29-30).⁶⁶ Tal confronto encaminha-se na ambiguidade dos pólos em que Próspero é portador de um discurso racional, conhecido e enunciado pelo narrador no auto-afirmado “eu mesmo”. Enquanto Caliban, também ancorado num discurso preexistente, porém desconhecido, constrói-se na negação do sentido, no diferente, passível de troca, o outro, significante, vazio de sentido, forma pura, habitat do não eu, o ele mesmo.

É nessa busca que a ressignificação simbólica satura-se, expurga-se, e aos rasgos de lembrança interpõe condenados clarões sobrevalorizados na memória do poder que representa sua mãe, Sycorax, apoiado num mundo mágico de uma outra existência, o Éden perdido, outra organização de vida, provavelmente mais solta, mais ampla do que o binômio expropriação-escravidão, um tempo talvez mais feliz, paradisíaco, pelo menos para Caliban. É o que denota a passagem em que o nativo amaldiçoa Próspero por tê-lo feito escravo, roubando a sua ilha e transformando-o em uma personagem desacreditada. Caliban pragueja contra Próspero e Miranda: “As Wicked dew as e’er my mother brushed/ With ravens feather

⁶⁶ “Próspero: Vem cá, já disse. Tenho outro trabalho para ti. Vem, tartaruga. Não queres vir?” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 45

from unwholesome fen/ Drop on you both! A south-wet blow on ye/ And blister you all o'er!" (ibid., p. 30).⁶⁷

Diante da reação de Caliban, Próspero lança sobre ele o mais cruel dos castigos: dores musculares que provocam dificuldades respiratórias. Esta tortura deve reinar no corpo de Caliban durante todas as horas da noite, proporcionando o mais torpe dos pesadelos: "Shall, for that vast of night thar they may work, / All exercise on thee; thou shall be pinch'd/ As thick as honeycomb, each pinch more stinging/ Thar bees can made 'em." (ibid., p. 30-31).⁶⁸ Frente a tal ameaça, Caliban reage com altivez, reivindicando seu direito natural de alimentar-se: "I must", diz Caliban, "eat my dinner"⁶⁹ (ibid., p. 31), denotando que Próspero interrompeu Caliban quando este cumpria o direito sagrado de comer sua refeição, denunciando o quanto o protagonista era caprichoso, irracional e violento, colocando o seu clã, suas metas individuais e seus interesses privados acima do direito natural do outro.

Por outro lado, as manifestações de uma ordem ou noção "patrimonialista", como diria Max Weber, começam a desenrolar-se na mente e na reação de Caliban que, raivosamente e asperamente, retruca dizendo: "this island's mine, by Sycorax my mother" (ibid., p.31)⁷⁰, refletindo que, embora Caliban seja um jovem destronado, trapaceado e vítima da traição estrangeira, ele tem a nítida noção do prejuízo que Próspero lhe causou, roubando-lhe a sua ilha e herança de sua mãe. Assim, nos versos subsequentes, Caliban demonstra o tamanho da perfídia que habita na trapaça de Próspero destinada a ele – no enunciado que se realiza a enunciação da conversa: " Which thou tak'st from me. When thou cam'st first, / Thon strok'dst me, and made much of me, / Would'st give me Water with berries in't" (ibid., p.31).⁷¹ Então Caliban estabelece uma relação entre o dito e o implícito através da interlocução entre ele e Próspero que costumava não só adular o nativo, como também presenteá-lo com bebidas diferentes, mas tal ação, que desemboca no presente vivido por Caliban, isto é, nos binômios expropriação-escravidão, tortura-dominação, fê-lo pensar na

⁶⁷ "Caliban: Que o mais pestilento orvalho jamais colhido por minha mãe com penas de corvo num pântano podre caia sobre vós dois! Que o vento sudoeste sopra sobre vós e vos cubra de pústulas purulentas." Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 45.

⁶⁸ "Próspero: Ficarás mais crivado de picadas que os favos de mel, e cada picada será mais penetrante que uma ferroada de abelha." Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 45.

⁶⁹ "Caliban: eu preciso comer meu jantar." Tradução de CARNEIRO, 1991, p.45.

⁷⁰ "Caliban: : Esta ilha é minha, porque foi de Sycorax, minha mãe." Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 45.

⁷¹ "Caliban: E tu a tomaste de mim. Quando chegaste, tu me fazias afagos e gostavas de mim. Tu me deste água com frutas." Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 45-46.

contradição inumana de Próspero, ou seja, na face real do conquistador e a face oculta, escondida por trás da fachada artilosa do invasor.

No sexto passo o enganador é o portador da tecnologia da língua escrita, realizada na combinação sintagmática, alinhavada pelo pragmatismo de associações emotivas, mediada pelos atos concretos de fala escorregadia e sinuosa do aventureiro colonizador.

Assim é que Caliban avança pelo espaço, pontuando nos rasgos da memória, o qual se converte na história da natureza, dominada pela intelectualidade de Próspero e ancorada na expropriação da terra e do homem que, por sua vez, mergulha no componente opressivo da continuidade linguística. Essa é a forma racionalista que engloba a negação da linguagem do outro, desapropriando-o de seu patrimônio cultural, de suas tradições místicas, oralizantes e de toda ordem de construções de mitos do mundo solar indígena, levando à crise do modelo original. Tal processo irá transformá-lo em uma outra coisa, o que permite ao narrador englobá-lo em forma social rechaçada pela ilusão de sujeito que sofre exatamente a cada frase, enunciada na interpelação, enunciação requerida pela ideologia de Próspero, tornando-o um fracassado político, que agora apenas lamenta a ingenuidade do ser.

Para além da opressão, Caliban verte para o comentário os condensados linguísticos, que legitimamente permitem tanto a exposição do protesto, quanto a realização da denúncia e, em parte, da resistência. O que proporciona ao personagem Caliban desvelar, nas sequências dos fatos narrados, o procedimento velado do jogo do sujeito civilizado. No caso de Próspero, ocultado pela dissimulação ávida de poder e de intimidação obtido por meios sedutores, assinalada pela estratégia do engodo, substituída pela força da degradação e submissão, relativizada pela intenção de indivíduo a indivíduo, exemplarmente identificado pelo “ser que reduz a um ter, a um ter sido, ter feito ser” requerido pelo *habitus*, que é o produto do trabalho de inculcação e de apropriação necessárias que, consignadas na diferença, multiplicam-se, reproduzidas sob a forma de disposições duráveis (no caso da língua), em todos os organismos submetidos aos mesmos condicionamentos, colocados, portanto, nas mesmas condições materiais de existência.

No encaminhamento das sequências das falas de Caliban, ele acaba dizendo, através de belíssimas metáforas, o modo escolhido por Próspero para ensinar-lhe a língua, isto é, a audiência e os leitores shakespearianos percebem, perfeitamente, que Próspero concebe o ensino da língua, partindo de uma metodologia em que a linguagem é tratada em suas

condições de produção e contextualizada, ou seja, no uso concreto da fala, proporcionando à nomeação dos seres em geral aparecer numa situação discursiva clara, explícita, possibilitando com esse procedimento a permutação de um signo linguístico por outro. Na sequência hierárquica, processa-se a transferência de um modo de pensar, muitas vezes barrado pela relação tensa entre locutor-interlocutor, disputa dinâmica que trás à tona o jogo entre o mesmo e o diferente, marcado por um e o outro sentido, diversidade oculta pela sujeição do ser ao comando do outro, controlado “por um agente exclusivo do discurso, a polissemia contida, que por sua vez nutre o discurso autoritário” (ORLANDI, 1996, p. 154).

Portanto, a equação que conduz à realização da eficiência da linguagem assimétrica é voltada para o uso prático com fins imediatos; é o que explica a seguinte citação, na voz de Caliban: “Caliban: and teach me how/ To name the bigger light, and how the less, / That burn by day and night. And then I lov’d thee” (SHAKESPEARE, 1994, p.31).⁷² A partir dessa experiência estruturada, particularmente concebida pela recepção e assimilação da mensagem propriamente pedagógica, a substituição de uma língua por outra se realiza, tendo como consequência prática e imediata a posse do conhecimento de todas as riquezas naturais da ilha necessárias à sobrevivência de Próspero, constituindo o que poderia ser chamado de “verdadeiro golpe de mestre”, aplicado pelo invasor.

Assim, encantado pela adulação, engodo e carinho recebido do invasor, Caliban chama Próspero para entregar-lhe todas as “qualidades” da ilha: os poços de água doce, as reservas de sal, as terras produtivas e improdutivas, o que para um recém-destronado não é um mau negócio; observe: “And showed thee all the qualities o’th’isle/ The fresh spring, brine-pits, barren places and fertile” (ibid., p.31).⁷³ Então um fluxo de palavras carregado de imprecações e maldições ecoa da boca de Caliban, maldizendo a si próprio por ter sido tão tolo a ponto de cair nas armadilhas artificiais do discurso verborrágico e assimétrico do estrangeiro, como ao próprio Próspero.

Na sua impotência, Caliban recorre às lembranças dos poderes de sua mãe, apoiado no mundo mágico de outra existência, de outra formação ideológica, o pólo da oposição do fazer a vida de forma natural, agora substituída pela língua e força antitética do dominador. “Curs’d

⁷² “Caliban: Tu me ensinaste o nome da luz maior, que ilumina o dia, e da luz menor, que ilumina a noite. E então gostei de ti.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 47.

⁷³ “Caliban [...] te mostrei todas as virtudes da ilha: as fontes de água doce, os poços salgados, as terras férteis e as terras áridas.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 47.

be I that I did so! All the charms/ Of Sycorax, toads, beetles, bats, light on you!” (ibid., p.31.)⁷⁴. Portanto, buscando na reversibilidade do discurso a forma social que engloba a ilusão do sujeito, colonizado com o corpo em cena, agora feito mercadoria objetivada pela passível forma de degradação escrava, controlada pelo demérito da punição e do castigo, impossibilitado de restabelecer a ordem anterior, através do discurso polêmico, Caliban solta o verbo contra Próspero: “For I am all the subjects that you have/ Which first was mine own king;/ and here you sty me/ In this hard rock, wiles you do keep from me/ The rest o’th’island” (ibid., p.31)⁷⁵.

Mas, tão logo Próspero tem a palavra, seu discurso reducionista volta à baila e, no jogo dos significantes, um jato de significados fundidos na forma/signo articulado em um código de valores europeus que remetem a significados/significantes e vice-versa vêm à superfície, dando consequência ao conflito alegórico e tenso de dois mundos, obstado pelo corte ideológico que inscreve, disfarça, domina, mutila e mercantiliza, transformando o ser indivíduo em forma correlata da forma/mercadoria (valor-de-troca) e da forma objeto (valor-de-uso), regulada pela dessemelhança do significante e o controle do sentido, estabelecidos pelos diálogos inscritos na peça aqui em causa.

Dessa forma, a estrutura comunicativa do discurso autoritário de Próspero imperativamente e espertamente racionaliza a economia do signo, deixando emergir dentro das águas de *A tempestade* o reino do discurso do poder, matéria cômica, forma/signo, regulada pela diferença que realiza a troca, faz comunicar sob a lei o código e sob o controle do sentido, no qual Próspero é o príncipe iluminado do conhecimento das artes e Caliban fruto da natureza contrasta com sua luxúria e promiscuidade, como é descrito pelo invasor, falta de disciplina, com o natural poder de Sycorax, Próspero encarrega-se de filia-lo às intenções do diabo.

Nesse sentido, assinala-se que no equacionamento do “erro”, Próspero fala através de Miranda, numa linguagem cifrada de núcleos apelativos que retratam o grau de domesticação, humilhação, degradação e desprestígio imposto ao outro, caminho necessário à expropriação e à aculturação inscrita na personagem pela e na adjetivação excessiva da negação. “Abhorred

⁷⁴ “Que todos os feitiços de Sycorax, sapos, besouros, morcegos se abatam sobre ti!” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 47.

⁷⁵ “Caliban: Porque eu, que sou teu único súdito, era antes meu próprio rei. E aqui me aprisionaste neste rochedo, enquanto te apossas do resto da ilha.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 47.

slave, / Which any print of goodness will not take/ Being capable of all ill! I pitied thee,” (ibid., p.32).⁷⁶ Então o estereótipo da negação planta e encarna o absurdo das oposições mascaradas na matéria, no espírito, no corpo e na alma homens e natureza. As leis da natureza são adaptadas e transformadas segundo a bíblia histórica da relação entre trabalho/capital que permitem, em sua aplicação, colher os frutos brotados no reino da imposição e da trapaça binária, ancorada no direito do invasor europeu que aporta, domina e escraviza os povos e culturas diferentes pelo *modus operandus* de “By Providence divine.”(ibid., p.19)⁷⁷ que sacramenta para a audiência a impressão da legalidade regida e autorizada pela autoridade divina que institui o espírito linguístico como dádiva natural e piedosa, tomando como cena a posse da ilha.

Assim é que Miranda, bem atrás do pensamento de Próspero, confessa que na política de transferência do signo de si mesma para o diferente, a linguagem foi processada: “Took pains to make thee speak” afirma Miranda para Caliban: “taught thee each hour/One thing or other: when thou didst not, savage,” (SAKESPEARE, 1994, p.32)⁷⁸. Então, completa Miranda, “Know thine own meaning, but wouldst gabble like/A thing most brutish, thy purposes/With words that made them known,” (ibid., p.32)⁷⁹. Deste modo, a carga ideológica do dominador foi repassada, de ponta a ponta, para o corpo de Caliban, capital linguístico, legado histórico, dádiva dos invasores que Caliban não agradece.

Essa exibição notória de inculcação dos processos linguísticos realiza-se da seguinte forma: na ancoragem do fenômeno do objeto no princípio lógico de indeterminação ou incerteza, descrito por Pierce como primeiridade. Vale dizer que tal princípio, também presente nas estruturas sociais, é um elemento de fundamental importância “nas mudanças evolutivas como também responsável pela preservação da vida social” (PIERCE, 1974, p.95).

No caso em questão, toda a sociedade do personagem não é feita através de suportes mediadores ou metodologias que o valham, ao contrário, evidencia-se no discurso narrativo uma sutil e brutal técnica centrada na lógica do antropomorfismo, em que o paradigma da troca de um modo de pensar realiza-se única e exclusivamente na imitação de homem para

⁷⁶ “Miranda: Escravo repugnante, que não guarda vestígio de bondade, capaz de todas as abominações! Tive pena de ti!” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 46.

⁷⁷ “Próspero: Por graça da divina Providência.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 33.

⁷⁸ “Miranda : Penei para fazer-te falar e ensinar-te a cada instante uma coisa ou outra/Quando desconhecias o que eras e apenas te exprimias por grunidos.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 47.

⁷⁹ “Miranda: Eu recobri teus gestos com palavras/Para que assim pudesse decifrá-los.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 47

homem. Com isto, desconhece-se o todo universal em que o pensamento está no homem e na natureza e não apenas numa única parte do corpo, isto é, o cérebro humano.

Nesse sentido, é que Miranda repreende Caliban: “But thy vile race,/Though thou didst learn,had that in`t which good natures/Could not abide to be with: Therefore wast thou /Deservedly confined into this rock” (SHAKESPEARE, 1994, p.32)⁸⁰ recriminando-o e considerando-o um mal agradecido, um ser incapaz de realizar coisas boas.

Miranda conceitua e hierarquiza a posição de Caliban como inferior à dela, porque, ideologicamente falando, ela apenas reconhece os valores derivados do lugar e do espaço ao qual pertence. Tal procedimento leva o analista a perceber que a vontade do outro está sob o comando de um terceiro. Um terceiro que se faz juiz e que dita a sentença, comprometendo com esse artifício o desvelamento do discurso e a “trama da intersubjetividade”, a imposição do pensamento único, condição requerida para o apagamento da história natural do outro e economia necessária à instalação subjetiva de um modo de pensar por outro, decisivo na veiculação das ideias dos dominadores, vistas, na época, como as ideias mais eficientes, mais justas, e mais acertadas. Consequentemente desconhecem totalmente as diferenças e alargam o abismo entre o homem da natureza e o homem civilizado, este último, considerado como o homem que sabe e que acumulou as formas corretas do pensamento através dos séculos.

Daí a importância do argumento teológico utilizado por Miranda, apresentado como pedagogia da salvação, medieval discurso da nobreza ocupado pela mulher oriunda desse lugar, a filha de Próspero, Duque de Milão, que faz a ponte entre a Divina Providência, a “natureza” e o mistério desse Novo Mundo e seus naturais, considerados pelos colonizadores como selvagens monstruosos e deformados, merecedores de serem privados da liberdade pelos seus atos, embora tenham suas terras invadidas:

Miranda: “Which any print of goodness wilt not take/ Being capable of all ill !/ I pitied thee,/Took pains to make thee speak, taught thee each hour/One thing or other: when thou didst not,,savage,/ Know thine own meaning, but would gabble like/ A thing most brutish , I endow ‘d thy purposes/ With words that made them known. But thy vile race,/ Though thou didst learn, had that in`t which good

⁸⁰ “Miranda: Mas, embora conseguisses aprender, teu caráter infame era intolerável para as criaturas de boa natureza . Por isso, foste merecidamente confinado neste rochedo.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 47.

natures./[...] Deservedly confin'd into this rock,/Who hadst deserv'd more than a prison". (SHAKESPEARE, 1994, p. 32-33).⁸¹

Assim, Miranda se investe da função de convencer o público e o personagem em cena de quão míticas e superiores são as ações iluminadas dos agentes colonizadores na relação com os povos naturais, simultaneamente qualificando-os como incapazes. Daí a presença de tantos adjetivos endereçados à personagem da natureza, nas falas de Miranda e Próspero: “Abhorred slave”, “savage”, “vile race”, “Hag seed” (ibid., p. 32-33).⁸²

Esse reino discursivo revela *in locus* a face cruel da dominação e povoação, em que o invasor se considera superior aos naturais das Novas Terras, tanto do ponto de vista físico, quanto psíquico, tendo como consequência a implantação de modelos que condicionam a forma de pensar, de andar, de agir e de representar o mundo, procedimento requerido e dramatizado em toda sua extensão nos processos substitutivos combinados através da usura europeia que, ao “civilizar” o Novo Mundo, engravidava-se de futuros mercados, condição básica para a proliferação e a sobrevivência do novo modo de produção em curso. O deus capital estava chegando e o mercado saberia reconhecer os seus. Nesse sentido, tratar a personagem da terra como “a incapaz”, “a abominável”, e “a irracional” fazia parte de uma ordem ágil e sutil que estava surgindo.

Nessa medida o modelo especular escolhido para aculturação e inserção de Caliban na nova ordem econômica em curso é, justamente, a mulher, a filha de Próspero que age como professora, junto ao homem europeu, detentora dos conhecimentos relevantes e que sabe usar essas informações na educação de seu pupilo. Observe a didática utilizada por Miranda para ensinar Caliban a língua do europeu: “When thou didst not, savage./ Know thine own meaning, but woudst gabble like/ A thing most brutish, I endow'd thy purposes/ With words that made them known, but thy vile race [...] / Though thou didst learn, had that in't which good natures/ Could not abide to be with;” (ibid., p.32-33).⁸³

⁸¹Miranda: Que não guarda vestígio de bondade, capaz de todas abominações! / Tive pena de ti, /Penei para fazer-te falar e ensinar-te a cada instante uma coisa ou outra. /Quando desconhecias o que eras, e apenas te exprimias por grunhidos, / eu recobri teus gestos de palavras, para que assim pudesse decifrá-los. /Mas, embora conseguisses aprender, teu caráter infame era intolerável para as criaturas de boa natureza. / Por isso, foste merecidamente confinado neste rochedo. Tu merecias mais que uma prisão. Tradução de CARNEIRO, 1991, p.

⁸² “Miranda e Prospero: Escravo repugnante, bicho ignorante, selvagem, caráter infame, cria de feiticeira!” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 47.

⁸³ “Miranda: Quando não sabias que eras um selvagem, e apenas exprimias por grunhidos, uma coisa muito bruta. Eu recobri teus gestos de palavras, para que assim pudesse decifrá-las, mas tu raça vil. Embora conseguisse aprender, teu caráter infame era intolerável para as criaturas de boa natureza.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 47.

O registro dessa fala confirma e explica passo a passo a profunda subordinação que a vontade patrimonialista europeia impôs aos pensamentos dos povos naturais do Novo Mundo, ou seja, o privilégio relevante aos idiomas europeus, em detrimento da condição menor do diferente, que no caso estudado, sequer é considerado como uma expressão da natureza. Pelo contrário, a língua dos naturais é vista como aquela coisa horripilante, degenerescente, inconcebível e incompreensível que se expressa por grunhidos e que precisa ser urgentemente domesticada.

Tanto essa hipótese é verdadeira que Próspero, através da fala de Miranda, assinala que o signo linguístico foi ensinado a Caliban não só em seu aspecto de material acústico/significante, mas também na articulação do valor/significante com valor/significado da língua, código, na qual Próspero e Miranda se identificam. Foi repassada em sua dupla face tanto no valor de uso, significado, quanto no valor de troca, significante, descartando e velando a função econômica que representou essa ação do colonizador, nos processos de subordinação do outro. Escamoteando toda e qualquer possibilidade de atuação das leis históricas naturais, como no princípio relevante em relação com o diferente. Miranda reconhece, todavia, que Caliban é dotado de cérebro e do complexo aparelho fonador que permitem aprender e articular a linguagem, quando ela afirma: “But thy vile race,/ though thou didst learn”.⁸⁴ (SHAKESPEARE. 1994, p.33).

Tal atitude, centrada na funcionalidade econômica do outro, reduz o indivíduo a uma forma histórica correlativa à forma da mercadoria (valor-de-troca) e da forma objeto (valor-de-uso), em que o sujeito é coisificado, pensando em termos econômicos, no perigoso jogo dos bens de consumo, traduzido pela força de trabalho que aquele corpo pode produzir. Efetiva-se, na verticalidade hierárquica da troca, uma equação mais ou menos assim: o valor-de-troca está para o valor-de-uso assim como o significante está para o significado. Como o significante expresso pelo aparelho fonador de Caliban não tem nenhum significado econômico para Próspero, naquele estado natural em que Caliban se encontra, tal constatação cínica é o álibi da troca.

Caliban é visto pelo colonizador, literalmente, como uma coisa a ser apropriada e usada, “A thing most brutish”, ou como animal exótico, portanto destituído de todo e qualquer direito humano. Ele é o bicho desumanizado, a quem o invasor piedoso tentou ensinar os

⁸⁴ “Miranda: Mas embora conseguisse aprender. Caráter infame[...]”. Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 47.

valores do bem, mas aquele bicho do diabo é incapaz de aprender e incorporar os “bons costumes”. Daí a concessão linguística “wouldst gabble like”. Estas palavras ou sons vocálicos e consonantais articulados por Caliban eram estranhos, talvez uma imitação de mãe natureza que Próspero, dono de uma tecnologia da língua escrita, não perdeu tempo em aprender ou interpretar. Um sistema também ininteligível para Próspero estava em curso e ele tinha que lucrar ao máximo nessas novas terras, condição requerida para retomada de seu lugar em Milão.

O combate ancorado nos gritos inventariados pela natureza reaparece no uso da informação adquirida por Caliban que impiedosamente resiste, debocha e critica Próspero, para a incompreensão de muitos pesquisadores que sempre discutem o assunto da troca da língua representado por este verso como o retrato de um ato imperdoável para quem encontra-se na base da pirâmide social e se ancora nessa réplica de Caliban: “You taught me language; and my profit on’t/ Is, I know how to curse. The red plague rid you/ For learning me your language!”⁸⁵ (SHAKESPEARE, 1994, p. 33)

Tal interpretação confirmaria a afirmação de Maria Lúcia Santaella Braga que, ao discutir as passagens de uma formação social a outra, bem como as operações lógicas de concepção de pensamento e apoiada nas teses de Pierce e de Srour, conclui: “O homem não habita um reino que está fora da natureza, ou acima dela. Ele é também a natureza, nela integrado não apenas em carne e sangue, mas também no cérebro.” (SANTAELLA. 1978, P .14).

⁸⁵ “Caliban: Tu me ensinaste a falar a sua língua e meu único proveito foi aprender a amaldiçoar. Que a peste vermelha te carregue por teres me ensinado a tua língua!” Tradução: CARNEIRO. 1991, p. 47.

CONCLUSÃO

Este estudo visou demonstrar, ao longo do período pesquisado, a engenharia da substituição de uma língua por outra, ao que parece é nesse tempo, nessa articulação do não-valor, na super-estruturação da troca simbólica, em que a perda se institui não como perda e apagamento de um processo anterior de experiência com as palavras, que precederam a experiência das coisas, mas como um valor novo, carregado, dimensionado e classificado em uma nova forma de linguagem: a da dominação pela língua do invasor, inscrita e cruelmente eterna, de uma falsa lei da moral do valor, a da unicidade e identidade entre os povos e assim, a roda da fortuna gira na transparência falsa de sua relação com as coisas e com os homens.

Verificou-se, no período estudado, que a preocupação estética possui a força de uma instituição social. Para tal tarefa, a literatura tem sido ímpar no resgate da superfície das formas ideologicamente condicionadas no riscado da linguagem. Nesse sentido, a arte da palavra supera a instituição do Estado enquanto anunciação e enxugamento dos direitos do dia-a-dia do cidadão, porque registra, guarda e denuncia o tempo, enquanto o Estado, com uma política de invasões, absorve e anula as diferenças culturais entre os povos, tendo como lucro a dominação.

Nessa questão, constatou-se que a obra *A tempestade*, de William Shakespeare, é exemplar para perceber como se processa a troca de uma língua por outra, dentro de cânones dos interesses econômicos e dos variados modos de produção que irradiam na terra. Verificou-se que a metáfora expressada por Shakespeare em *A Tempestade* é um registro significativo, visto que a luz atravessa os portões do tempo e encontra-se um autor que viveu na época das conquistas marítimas, que fabricou um personagem que fala em voz alta, de forma insolente ao invasor e que não está satisfeito com as condições que o colono lhe impôs, visto que Caliban é o morador da ilha, antigo dono, e se torna vítima das dominações de um intruso invasor, que o obriga a submeter-se aos seus caprichos, visto que é alguém mais poderoso, representado pela personagem de Próspero.

Detectou-se, através do passo a passo do estudo deste trabalho, que o objetivo geral estabelecido inicialmente foi alcançado através das constatações de construção de identidade de Caliban através da influência do invasor e suas relações de poder e dominação. Verificou-se, também, que os objetivos específicos do mesmo modo foram expressos através do ensinamento da língua do invasor ao Caliban que lhe foi ensinada por Próspero e pela sua

filha, Miranda. Vimos, outrossim, que no momento em que Próspero chega à ilha e encontra Caliban, este último emitia alguns sons incompreensíveis para Próspero, logo como se constatou no decorrer desse estudo, a troca de uma língua por outra que se dá por imperativos econômicos para o colonizador. Fica mais barato impor a sua língua ao povo invadido do que mediar a relação de conhecimento e exploração da terra através de intérprete.

Percebeu-se que nos processos de troca de uma língua por outra, existe a marca significativa da diferença, pois nunca se troca uma mercadoria igual. Faz-se necessário entrar no mundo do abstrato de construção de cada ser humano, nas relações de uso do significante, da forma/signo transformada em forma/mercadoria, na diferença troca-se. Em contato com os mundos diferentes e na história do uso dos significantes, traduzidas em sua forma/signo para que o mesmo se transforme em forma mercadoria e na diferença troca-se, através dos mecanismos descritos ao longo deste estudo.

Verificou-se, através da tessitura da narrativa de *A Tempestade*, que os mecanismos de troca de uma língua por outra atravessam um processo de hierarquização da língua. O falar do invasor é mais importante do que a língua do invadido, atualizando aí as substituições de línguas que aconteceram no Novo Mundo, dando consequência a acumulação econômica no período das navegações marítimas. Vimos, também, que o aparato teórico conduziu este estudo para a identificação das situações da análise do discurso que mostram à relação de dominação de Próspero sobre Caliban que o naturaliza como um ser desumanizado, sem alma, estereótipo de um homem macaqueado sem direito ao que é seu.

Em síntese, verificado o alcance dos objetivos propostos inicialmente neste estudo, percebeu-se que a obra *A Tempestade* carrega em sua narrativa a edificação das rupturas efervescentes da época, contendo as dificuldades sobre as relações de homem a homem e a reflexividade sobre as fraturas dos tempos passado e presente, bem como a expansão marítima europeia que data do século XV e XVI sucedida pelos movimentos de colonização ao novo mundo empreendidos pela velha Europa: tem-se a impressão de se imaginar o período em causa que se trata de uma turbulência efervescente, de ideias, conhecimento, troca de línguas, posse de novos territórios.

Com efeito, pode-se exemplificar as movimentações das navegações marítimas com a primeira cena do primeiro ato de *A Tempestade*. Toda cena, descrita com os horrores da tempestade, e acompanhada do naufrágio que se edifica com a presença do Rei de Nápoles e

sua comitiva, que está retornando da celebração do casamento de sua filha ocorrido em terras africanas. Adiante, na segunda cena do primeiro ato, Próspero cobra de Ariel qual o destino dado para o navio real, os marinheiros e o resto da frota que navegava pela costa da ilha:

Ariel responde: Safely in harbor/ Is the King's ship, in the deep nook where once/
Thou called'st me up at midnight to fetch dew/ From the still-vexed Bermoothes,
there she's hid;/ The mariners all under hatches stowed,/ Who, with a charm joined
to their suffered labour,/ I have left asleep. And for the rest o'th'fleet,/ Which I
dispersed, they all have met again,/ And are upon the Mediterranean flot/ Bound
sadly home for Naples,/ Supposing that they saw the king's ship wrached,/ And his
great person perish./ Prospero: Ariel, thy charge/ Exactly is performed, but there's
more work./ What is the time o'th'day?/ Ariel: Past the mid-season./ Prospero: At
least two glasses. The time 'twixt six and now/ Must by us both be spent most
preciously./ Ariel: Is there more toil? Since thou dost give me pains,/ Let me
remember thee what thou hast promised,/ Which is not yet performed me./ Prospero:
How now? Moody?/ What is't thou canst demand?/ Ariel: My liberty./ Prospero:
Before the time be out? No more!"⁸⁶ (SHAKESPEARE, 1994, p.24-25)

Enfim, trata-se da expansão imperialista do velho mundo e é em meio desse redemoinho que se encontra Shakespeare, escritor moderno, que irrompe com *A Tempestade* e seus novos personagens, despidos as vezes de alma pelo dominador, em meio aos “mecanismos de desençaixe” que caracterizam a modernidade:

A modernidade é a época em que a alma se retira do mundo das coisas e recolhe - se no mundo dos homens, bem como a época em que os homens se acreditam suficientemente fortes e poderosos, qual um novo, qual um novo Prometeu, se não para elevarem - se contra a divindade e se imporem aos deuses ao menos para prescindirem de sua proteção e dispensarem seus serviços. (DOMINGUES, 1991, p.32).

A modernidade em sua nova roupagem traz novos elementos para uma das últimas composições shakespearianas que beira o início de um romance e caracteriza-se por uma edificação de uma “alocação mimética é a alocação de significados sobre um corpo discursivo significante, mutável, histórico” (COSTA LIMA, 1980, p.81). Pode-se dizer, também, imponderável com sua nova roupagem em carne e osso, representa o corpo performado em cena; tem-se, assim, que a sociedade da época pode imaginar as ações de dominações do homem pelo homem, representados no teatro, pela rapidez do tempo, que se misturam em passado e presente desconectados, retratados pela verossimilhança da vida em curso, Próspero

⁸⁶ “Ariel: O navio do Rei está escondido na enseada, no remanso onde certa vez me chamaste para colher o carvalho das tempestuosas Ilhas Bermudas. Os marinheiros se amontoaram no porão e, como acrescentei feitiço ao seu cansaço, deixei-os dormindo. Quanto ao resto da frota que dispersei, os barcos se reuniram e navegam melancolicamente pelo Mar Mediterrâneo, no rumo de Nápoles, supondo que contemplaram o naufrágio do Rei e a morte de sua magnífica pessoa./ Próspero: Ariel, tua tarefa foi perfeitamente cumprida. Mas ainda há o que fazer. Que horas são?/ Ariel: Já passa do meio-dia./ Próspero: Hum. Duas ampulhetas, pelo menos. Temos que aproveitar o tempo precioso que nos resta até as seis horas./ Ariel: Mais trabalho? Já que me reservas outras tarefas, permite que te lembre de uma promessa que ainda não cumpriste./ Próspero: O quê? Estás de mau humor? O que queres pedir?/ Ariel: A minha liberdade./ Próspero: Antes do prazo? Nem pensar!” Tradução de CARNEIRO, 1991, p.39.

domina Caliban, escraviza Ariel, e desterritorializa Caliban, que perde sua ilha para Próspero, conforme verificou-se neste estudo.

Por outro lado, além da reflexividade, da dominação e desterritorialização, verificou-se traços da modernidade em *A Tempestade* apontados por Giddens sobre as características que ele descreve a modernidade. Para Giddens, a primeira tentativa de caracterização da modernidade pode descrevê-la como um estilo, um costume de vida ou organização social, surgido na Europa a partir do século XVII e que, devido a sua influência, veio a se tornar mundial. (cf. GIDDENS, 1991, p.8). Assim, o autor elenca alguns pontos que conceituam confiança diante do mecanismo de desencaixe na sociedade que passam a reger a modernidade:

1. A confiança está relacionada à ausência no tempo e no espaço. 2. A confiança está basicamente vinculada, não ao risco, mas à contingência. 3. A confiança não é o mesmo que fé na credibilidade de uma pessoa ou sistema; ela é o que deriva desta fé. A confiança é precisamente o elo entre fé e crença, e é isto o que a distingue do "conhecimento indutivo fraco". Este último é crença baseada em algum tipo de domínio das circunstâncias em que a crença é justificada. Toda confiança é num certo sentido confiança cega! (GIDDENS, 1991, p.35)

Dessa forma, pode-se perceber que em *A Tempestade* encontra-se alguns relatos relacionados à contingência que Próspero confiou o governo de seu ducado ao seu irmão que o traiu ao aliar-se ao Rei de Nápoles, submetendo o ducado de Milão à servidão, traíndo a sua confiança:

in my false brother/awaked na evil nature; and my trust,/Like a good parent, did beget of him/ A falsehood in its contrary, as great/As my trust was, which had indeed no limit,/A confidence sans bound. He being thus lorded,/Not only with what my revenue yielded, /But what my power might exact like one/ Who having unto truth, by telling of it,⁸⁷ (SHAKESPEARE, 1994, p.15).

Por outro lado, no mesmo ato cena II, encontra-se o relato de Caliban que expressa a confiança que o mesmo depositou em Próspero e o movimento que este último realizou para enganá-lo:

Water with berries in't, and teach me how/ To name the bigger light, and how the less,/ That burn by day and night, And then I loved thee,/ And showed thee all the qualities o'th'isle,[...]/ For I am all the subjects that you have,/ Which first was

⁸⁷ Próspero; Despertei em meu irmão uma natureza perversa. E a minha confiança sem limites recebeu em troca uma falsidade sem fim. Investido no governo, não apenas senhor das minhas rendas, mas das barganhas e negócios do poder, como alguém que inventa uma falsa história. “ Tradução de CARNEIRO, 1991, p.29.

mine own king; and here you stay/ In this hard rock, whiles you do keep from me/
The rest o' th' island.”⁸⁸ (SHAKESPEARE, 1994, p.31)

Portanto, pode-se concluir que houve um esvaziamento do espaço ocupado no tempo em relação as duas personagens shakespearianas; tanto Próspero, que se distancia do seu condado e o confia ao seu irmão, quanto Caliban, que mostra as qualidades da ilha para um desconhecido e acaba sendo escravizado pelo mesmo, e assim Caliban perde a sua liberdade e o seu poder sobre a ilha que é dele. Embora de difícil análise, *A Tempestade* de Shakespeare, que se encontra associada a um período histórico, revela que o mundo elisabetano era de cabeça para baixo, que se dormia de uma forma e amanhecia de outra, era a modernidade batendo à porta e que Shakespeare representou com letra de ourives essas mudanças nesta obra.

Além disso, cabe destacar que este trabalho não esgota os trabalhos realizados sobre este tema, de tal modo que, por exemplo, seria interessante que outros trabalhos se aprofundassem sobre os relatos de viagem desta época e levem em consideração outros exemplos para comparação e estudos que joguem mais luz sobre o estudo realizado neste trabalho.

⁸⁸ “Caliban : tu me deste água com frutas e me ensinaste o nome da luz maior, que ilumina o dia, e da luz menor que ilumina a noite. Então gostei de ti e te mostrei todas as virtudes da ilha[...] Porque eu, que sou teu único súdito, era antes meu próprio rei. E aqui me aprisionaste neste rochedo, enquanto te apossas do resto da ilha.” Tradução de CARNEIRO, 1991, p. 47.

REFERÊNCIAS

AUERBACH, E. **Dante. Poeta do Mundo Secular.** Trad. Raul Barbosa de Sá. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia de linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance.** Trad. Aurora F. Bernardini e outros. São Paulo: UNESP, 1993a.

_____. **Estética da criação verbal.** Trad. M. E. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1993b.

BARTHES, Roland. **Aula.** Tradução e posfácio de Leila Perrone Moisés. São Paulo: Cultrix, 1978.

_____. **O grão da voz.** Trad. Teresa Meneses e Alexandre Melo. Lisboa: Edições 70, 1981.

_____. **O rumor da língua.** Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense: 1988.

_____. **A aventura semiológica.** Trad. Maria de Santa Cruz. Lisboa: Edições 70, s/d.

BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da economia política do signo.** São Paulo: Martins Fontes, 1969.

BHABHA, H. K. A Questão do ‘Outro’: Diferença, Discriminação e o discurso do Colonialismo”. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pós-Modernismo e política.** Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 177-203.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

BRAGA, Maria Lúcia Santaella. **Produção:** elementos da problemática. São Paulo: Cultrix: 1978.

BRAIT, Beth. **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido.** Campinas: UNICAMP, 1997

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BREMOND, Claude. A lógica dos possíveis narrativos. In: BARTHES, Roland et al. **Análise estrutural da narrativa.** Petrópolis: Vozes, 1976.

- CALVET, Louis Jean. **Roland Barthes: um olhar político sobre o signo**. Lisboa: Veja, 1973.
- CASSIRER, Ernst. **Linguagem e mito**. Trad. J. Guinsburg e Miriam Schnaiderman. São Paulo: Vozes, 1972.
- DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. Trad. Maria Beatriz. São Paulo: Perspectiva: 1966.
- _____. **Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova internacional**. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- DOLLIMORE, Jonathan; SINFIELD, Alan. **Political Shakespeare's: New essays in cultural materialism**. London: Cornell University Press, 1985.
- DOMINGUES, Ivan. **O grau zero do conhecimento**. O problema da fundamentação das ciências humanas. São Paulo: Edições Loyola, 1991
- DRAKAKIS, John. *Alternative Shakespeare's*. London: Methuen, 1986.
- EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. Porto Alegre: Afrontamento, 1978.
- ECO, Humberto. **Tratado geral de semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. Trad. Póla Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRANCO JÚNIOR, H. **Dante Alighieri o Poeta do absoluto**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- FURTER, P. **A Dialética da Esperança: Uma interpretação do pensamento utópico de Ernest Bloch**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GALEANO, Eduardo H. **O século e o vento**. Trad. Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GODOY, Jack. A linguagem escrita e a linguagem oral. **Folha de São Paulo**, cad. 5, 7 jun. 1988, p. 10.

HUNT & SHERMANN. **História do pensamento econômico**. 4ª ed. São Paulo: Vozes, 1985.

IANNI, Otávio. **Karl Marx: sociologia**. São Paulo: Ática, 1979.

JAMESON, Frederic. **O marxismo tardio**: Adorno ou a persistência da dialética. São Paulo: UNESP, 1997.

LAUND, L. **Cultura e Educação na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LIMA, Luiz Costa. **Mimeses e modernidade**: formas das sombras. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Pragmática para o discurso literário**. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. Lisboa: Presença, 1980.

_____. **O capital**. 7ª ed. Trad. Reginaldo Santana. São Paulo: Difel, 1982.

MENDES, Cleise Furtado. **As estratégias do drama**. Salvador: CED, 1995.

MONTAIGNE. **Of The Caniballes**. Translation by John Florio. United States: Renaissance Editions, 1603.

MORSE, Richard McGee. **O espelho de próspero**: cultura e ideias nas Américas. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: As formas do discurso. Campinas: Pontes, 1996.

PANDOLFO, Maria do Carmo Peixoto. **Joana D'arc**: semiologia de um mito. Rio de Janeiro: Grifo, 1977.

PIERCE, Charles Sanders. **La ciencia de la semiótica**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

POSSE, Abel. **Os cães do paraíso**. Trad. Vera Mourão e Regina Brandão. Rio de Janeiro: Casamaria, 1989.

- RESTEPO, Dario. **O faustico na nova narrativa latino-americana**. Trad. Ana Lúcia Alvarenga. Rio de Janeiro: Leviatã, 1993.
- ROWSE, A. I. **William Shakespeare: A Biography**. New York: Pocket Books, 1965.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SHAKESPEARE, William. **Complete Works**. New Jersey: Reprints, 1977.
- _____. **The tempest**. London: Routledge, 1994.
- SORIAN, Etienne. **As duzentas situações dramáticas**. Trad. Maria Lúcia Pereira e Antônio Edson. São Paulo: Ática, 1993.
- SROUR, Robert Henry. **Modos de produção: Elementos da problemática**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- STALLYBRASS, Peter; WHITE, Allon. **The Politics and Poetics of Transgression**. London: Methuen, 1989.
- VAUGHAN, Alden T; VAUGHAN, Virginia M. **Shakespeare's Caliban: A cultural history**. New York: Penguin, 1991.